

Manuel António dos Santos

A EXPANSÃO QUATROCENTISTA PORTUGUESA

Problemas das Origens
e da Linha de Evolução

DO AUTOR.

Razão e História — Lisboa 1940.

A Historiografia contemporânea — Lisboa 1942.

Documentos sobre a Expansão portuguesa, vol. I —
Lisboa 1943.

A România e a Crise do Século III — Lisboa 1943.

Esboços sobre alguns Problemas da Lógica — Coimbra
1943.

*Dúvidas e Problemas acerca de algumas Teses de
História da Expansão* — Lisboa 1943.

O Antigo Império Egípcio (3197-2423 a. c.) — Lisboa
1944.

Documentos sobre a Expansão Portuguesa, vol. II —
Lisboa 1944.

TRADUÇÕES:

*Sete Teses do Positivismo Lógico, examinadas críti-
camente*, por William Henry Werkmeister —
Lisboa 1939.

O Significado da História do Pensamento Científico,
por Federigo Enriques — Lisboa 1940.

VITORINO MAGALHÃES GODINHO



A Expansão Quatrocentista Portuguesa

Problemas das origens
e da linha de evolução



EMPRESA CONTEMPORÂNEA DE EDIÇÕES, L.^{da}

LARGO DO CALDAS, 8-3.^o

LISBOA

1 9 4 4

Número geral — 10

Tipografia da Emp. da Rev. Renascença
— Rua da Luta, 1-C, 1-D — Lisboa —

§ 1 — Evolução do problema das origens

QUANDO, na primeira metade do século passado, as pretensões francesas e as afirmações de Humboldt suscitaram a pesquisa da história dos descobrimentos, o Visconde de Santarém acentuou o carácter metódico das navegações e pôs em relêvo os motivos científicos que teriam norteado o Infante D. Henrique. As vastas leituras de autores antigos e medievais incitariam o filho de D. João I a empreender as viagens de exploração com o fito de atingir o Oriente e confrontar com os dados de observação as idéias correntes de geografia; em suma, tratava-se de constituir um cabedal de conhecimentos verificados e não de lançar indígenas ou embarcar escravos para a metrópole; e daí a escolha dos seus colaboradores, ao par de tudo quanto na época se sabia.

De então aceitou-se quasi indiscutivelmente a feição ordenada e o espírito científico dos descobrimentos, e esta idéia passou mesmo para a obra de Oliveira Martins, que é hábito apresentar unicamente como romântico intérprete da história. Mas na «História da Civilização Ibérica» e na «História de Portugal» o problema reveste complexidade nem sempre tida em conta quando se não destrinça o

floreado literário das explicações efectivamente propostas. Sem dúvida, lemos que à nação «chama-a de longe um dúbio tentador — o Mar!» e também que a empresa de Ceuta substituiu um torneio projectado. Entendamo-nos, porém. Desligadas do contexto, as frases podem dizer o que nêles integradas não significam, e estas alinham-se tão só como imagens estilísticas amenizando o desenvolvimento das razões reais. Há flutuação de idéias em Oliveira Martins, há, sobretudo, o borbulhar de múltiplas sugestões nem sempre logicamente harmonizadas ou até harmonizáveis. Descortino, no essencial, dois fios explicativos a entrelaçarem-se: a um lado, o misticismismo, o fervor de expansão da fé (o entusiasmo religioso caracteriza o génio da raça, e mesmo Colombo foi movido pela crença religiosa), o individualismo e o estuar de vida mal contida nos limites nacionais — ou seja, a explicação vital-emocional. Não reside aqui, contudo, o mais penetrante de Oliveira Martins. Sem atentarmos na vaga indicação da cubiça como móbil, apresenta-nos indicações mais precisas. O Infante D. Henrique tinha por desígnio alcançar o Preste João, chegar ao dourado Oriente, não por mar mas sim por terra; Ceuta fôra o primeiro passo, princípio de mais dilatadas empresas, e só a queriam abandonar os que ignoravam ou combatiam os desígnios do Infante; Ceuta era a chave marítima do império marroquino, e a conquista de Marrocos (pelo menos do litoral) garantia dois objectivos — um campo de exploração e o monopólio do comércio do Sudão — e abria o caminho

do Oriente através da África — o caminho do comércio da Índia. Ao mesmo tempo, D. Henrique pretendia devassar o mar desconhecido, e a ciência é a mola da expansão, cientificamente realizada. Os portugueses construíram no século XVI um império comercial, cuja alma era a pimenta, cujos fundamentos eram a pirataria e o saque, e que tinha por nervos os canhões. Afigura-se-me, por conseguinte, que a explicação dada por Oliveira Martins é económico-científica.

As «Considerações histórico-pedagógicas» de 1918 e o ensaio sobre «A conquista de Ceuta» de António Sérgio, representam a eliminação do fio explicativo vital-emocional de Oliveira Martins e a refundição da explicação económico-científica de modo a tornar a ciência em meio para realizar fins económicos. Para Sérgio, no início do século XV cruzam-se em Portugal a crise de subsistências, que só esta nação afecta, e a crise comercial, que atinge âmbito europeu. A escassez de cereais no reino notava-se com força desde Afonso III e induzia a ir buscá-los ao celeiro marroquino. Por outro lado, a progressão turca no Levante, a qual substituiu a civilização mercantil árabe por uma civilização guerreira, abria um dos maiores problemas da história mundial, cortando as vias comerciais entre a Índia e a Europa. Como abertura da expansão conquistou-se Ceuta por ser porto comercial e base para os cereais de Marrocos; esta empresa proporcionava derivação às gentes perdidas que a guerra da independência deixara. Ceuta não foi a substituição de

um torneio, mas a consequência da Revolução de 1383-5 que elevou ao poder a burguesia comercial-marítima: esta classe é que desejou o feito e o sugeriu por João Afonso, vedor da fazenda. O Infante D. Henrique continua a política burguesa, traçando desde o começo o projecto de alcançar a Índia e de se apoderar do comércio oriental, e para isso desenvolve os estudos geográficos, comerciais e astronómicos, manda vir o cartógrafo Jaime de Maiorca e cria em S. Vicente um posto de observação. Sérgio nega que o fervor religioso fôsse causa dos descobrimentos e conquistas, pois não enxerga qualquer relação entre o espírito do cristianismo e o proceder nada cristão dos navegadores e conquistadores.

Enquanto Sérgio desenvolvia o fio explicativo económico, Joaquim Bensaúde retomava e prolongava o fio explicativo religioso, já apresentado também por Beazley. O historiador inglês da geografia chamara a atenção para diferentes projectos de conquista do mundo islâmico, aparecidos nos séculos XIII e XIV, e para a pacífica penetração europeia no continente asiático por missionários e mercados. Baseado nestes elementos, Bensaúde pôde afirmar a intensidade de uma corrente europeia na Cristandade para ferir no dorso o Islame ⁽¹⁾ por um movimento envolvente em que se aproveitariam as alianças com príncipes cristãos nestorianos e jacobitas que se presumia existirem para lá da cinta de regiões muçulmanas. A iniciativa política pertence

(¹) Idéia aliás já apresentada por Oliveira Martins.

à Santa Sé que segue a directriz da cruzada contra os infiéis e do acôrdo com os inimigos do Islame. O Infante D. Henrique foi o realizador da política pontifícia. Não era movido pela avidez mercantil, pois, embora procurasse extrair proveito das navegações, só o fazia com o intuito de custear 40 anos seguidos de explorações oceânicas, tanto assim que morreu endividado. Supôr que o lucro era a mola real dos esforços marítimos de D. Henrique é não atender a que êles eram econòmicamente ruínosos e é ainda querer transportar para o século XV razões e atitudes muito modernas; ora, para compreendermos a pleno a figura do Infante, devemos despojar-nos das idéias e sentimentos recentes, para nos embrenharmos no ambiente social, ideológico e emotivo da época. O Infante era um cruzado, os descobrimentos são as cruzadas da era de quatrocentos. A sua mentalidade medieval, de profunda religiosidade, dirigia-lhe tôda a vida no sentido de guerrear os infiéis e propagar a fé e, mais concretamente, de libertar a Europa do pesadêlo que constituía a invasão turca. Não abandonou Ceuta porque a cidade era um baluarte do cristianismo contra o islamismo; abandonou o irmão D. Pedro porque considerava a unidade nacional sustentáculo necessário da cruzada cristã. «Nunca — escreve Bensaúde —, nem no período de D. Henrique nem no de D. João II, existiu a ambição desregrada das riquezas. Pairam sôbre as duas grandes figuras e sôbre todos os heróis da epopeia, um ideal superior de abnegação, de aspirações nobres e puras, um fôgo sagrado de sacrifício e de sin-

ceridade que ficarão para sempre na história como o traço mais profundo e mais belo das glórias nacionais.» ⁽²⁾

A explicação político-religiosa de Joaquim Bensaúde deu, não há muito, Jaime Cortezão adesão tanto mais significativa quanto a sobrepõe à explicação que anteriormente defendera, de carácter económico-geográfico. Em 1931 Cortezão afirmava que «na base de todos os descobrimentos geográficos, de carácter perdurável, encontram-se as razões económicas» embora reconhecesse que a estas andam ligadas razões espirituais. Seguindo António Sérgio, situava o problema da génese dos descobrimentos no horizonte europeu e não estritamente nacional e encaitava-os ao desenvolvimento da sociedade portuguesa na Idade Média, em que o género de vida se tornara o comércio marítimo a distância com base na agricultura. A subida dos preços das especiarias com os intermediários, a escassez do metal amoeado e a falta de segurança nas comunicações devido à pirataria dos infiéis concorrem a tornar aflitiva a situação do comércio rico na Europa ao terminar o século XV. Os muçulmanos erguem obstáculos for-

⁽²⁾ A tese de Bensaúde levantou Duarte Leite graves objecções, na sua crítica ao livro *A CRUZADA DO INFANTE D. HENRIQUE* (Seara Nova N.º 849, de Novembro de 1943). Também David Lopes notou algumas das suas dificuldades (*História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III) e concordou com a primeira crítica de Duarte Leite (de 1930). Recentemente as idéias de Bensaúde receberam algumas adesões infelizes (cf. Duarte Leite, *Bibliografia henriquina*, na *Seara Nova*, 1944).

midáveis à penetração comercial dos cristãos através do Levante e do Norte de África. Ora, a feição marítima e mercantil da Europa no outono da Meia Idade impulsionava fortemente a expansão, em busca do ouro sudanês e das especiarias orientais. Por outro lado, a Cristandade formava, pela unificação da Igreja entre os séculos XI e XIV, um bloco separado do mundo islâmico pelo ódio religioso, e os dois blocos temiam-se, espiavam-se e cubiçavam-se mutuamente. Daí, o ardor proselitista da Igreja, que o franciscanismo, ao enraizar o amor e o estudo da natureza, veio fortalecer, criando verdadeiramente a mística da expansão geográfica. E, em parte devido ao impulso franciscano, em parte à difusão da ciência grecô-árabe, sente-se no mundo europeu intenso apetite de conhecimento. De modo que, se o espírito de cruzada, mais persistente na Península, em consequência da Reconquista, foi o impulso iniciador, a verdade é que os descobrimentos resultaram do complexo de causas económico-geográficas e científico-religiosas.

Mas em 1940 Jaime Cortezão modifica o equilíbrio das causas no sentido das sugestões de Bensaúde. Fundamentalmente, a ameaça progressiva dos turcos na primeira metade do século XV foi a causa decisiva das navegações portuguesas. Não que o nosso país estivesse interessado no comércio levantino ou sequer o seu nível económico (atrazado relativamente à Itália e à Flandres) solicitasse a expansão; porém Portugal viu com agudeza o perigo catastrófico que pendia sobre a Cristandade. «Foi à luz do

que se passava no Levante que o Extremo-Occidente ganhou a consciência da missão que as condições geográficas lhe apontavam». Consciente desta contundente e dramática realidade, pelas informações de D. Pedro e apêlos do Papa, o Infante D. Henrique, perante o fracasso da política pontifícia de cruzada europeia, concebe o plano de destruir o Islame no Oriente, debelando assim «o desastroso alcance da invasão otomana sobre a economia e a civilização europeias». O golpe seria vibrado pela conquista dos alicerces económicos do império muçulmano, que eram o ouro africano e as especiarias orientais; para financiar o grande empreendimento utilizava-se a exploração comercial das terras ao sul do Bojador. Anos e anos de navegação demonstraram que só muito lentamente o projecto se iria realizando, e como, com a queda de Constantinopla em 1453, a situação europeia se tornou excepcionalmente grave, D. Henrique lança audaciosamente as suas caravelas através do golfo para dobrar pela passagem do Sudeste e através do Atlântico para descobrir o caminho do Noroeste, o que encurtaria o alcançar das fontes de riqueza do Islame. Para Jaime Cortezão, por conseguinte, os objectivos económicos dos descobrimentos constituíam acima de tudo um meio ao serviço de um fim político-religioso (a destruição do Islame e a defesa da Cristandade).

Pela breve exposição das explicações sugeridas no nosso século pode constatar-se a tendência para um acôrdo no diagnóstico da causa decisiva. Os descobrimentos e conquistas dos séculos XV e XVI cons-

tituíram a reacção europeia ao progressivo avanço turco que fêrreamente apertava o comércio ocidental e ameaçava os caboucos espirituais e a autonomia política da Cristandade. Ocorre imediatamente comparar as características e repercussões desta segunda expansão muçulmana (como a designou Fanfani) ⁽³⁾ com as da primeira dos séculos VII e VIII segundo as interpretou Henri Pirenne ⁽⁴⁾. O rápido subjugar da Pérsia, Síria, Egito, Norte de África e Península Ibérica pelos muçulmanos dilacerou a unidade mediterrânea em que assentava a civilização romana e a romano-germânica, e dêste modo arruinou o tráfego mercantil, as fainas industriais e a vida urbana na Europa, impondo o regresso à economia agrária e a absorção das instituições públicas pelos laços de dependência privada. O renascimento das cidades nos séculos XI e XII e a reabertura do Mediterraneo ao comércio cristão com as Cruzadas forjaram uma sociedade nova que, ao contrário da sociedade do século IV ao VII (em que a economia urbana se mantém mas em declínio lento e a economia domínial progressivamente se firma sem dominar exclusivamente), alcançou um nível de desenvolvimento económico-jurídico tal que, embora de momento abalada, pode resistir ao imperialismo turco e em breve vibrar-lhe golpes certos pela expansão geográfica e político-comercial. Actuando em sociedades

⁽³⁾ Amintore Fanfani: *Storia economica dalla crisi dell' Impero romano al principio del secolo XVIII*. Milão 1940.

⁽⁴⁾ *Mahomet et Charlemagne*. Paris 1885.

de certo modo semelhantes mas de sentidos evolutivos opostos, as conseqüências das duas expansões muçulmanas manifestam-se também antagónicas, a primeira operando a contracção e a segunda favorecendo a dilatação do comércio e das crenças ocidentais. De modo que a explicação, quasi unanimemente sugerida, dos descobrimentos encadeia-se à da génese do regime senhorial e feudalismo numa teoria geral da evolução histórica.

O primeiro e mais saliente traço comum das hipóteses de Bensaúde, Sérgio e Cortezão é o papel atribuído aos turcos numa crise económica e política que se teria dado na Europa no século XV. No entanto, apresentam ainda outros pontos de contacto muito importantes. Estes autores conferem todos ao Infante D. Henrique a primazia na direcção dos descobrimentos, por outras palavras, desenvolvem razões que supõem no âmago do fio explicativo a figura do filho terceiro de D. João I.

Ora, a intervenção do Infante segundo tais directrizes, requiere indispensavelmente que se aceite a existência do plano henriquino das Índias, quer dizer, é necessário supôr que D. Henrique pretendia alcançar o Oriente para manter a idéia de que a invasão turca provocou as navegações. Os historiadores mencionados concordam ainda em que os descobrimentos foram conduzidos metódicamente e com intensa preparação científica, de modo que as solicitações do espírito científico não seriam estranhas à conduta do Mestre da Ordem de Cristo. Sintetiza-

remos nas seguintes proposições os principais pontos a reter do que até aqui dissemos:

- a) — A progressão turca na primeira metade do século XV ameaçou gravemente a segurança da Cristandade e
- b) — provocou aguda crise comercial, cortando as rotas entre a Europa e a Ásia.
- c) — A expansão portuguesa teve por objectivo resolver os problemas europeus que resultaram do imperialismo turco.
- d) — O Infante D. Henrique foi o grande obreiro da expansão portuguesa.
- e) — O Infante D. Henrique concebeu o projecto de alcançar a Índia.
- f) — As preocupações científicas caracterizam a obra do Infante.

Acrescentaremos as duas afirmações antagónicas que contrastam a explicação económica e a político-religiosa:

O Infante D. Henrique era um cruzado, os Descobrimentos foram cruzadas.

O Infante D. Henrique foi o continuador da política comercial-burguesa de João Afonso, os Descobrimentos são o prelúdio do capitalismo moderno.

A primeira proposição corresponde à verdade histórica mas necessita de esclarecimentos capitais, ao passo que algumas outras carecem de prova e algumas mesmo devem ser formalmente contraditadas. Afigura-se-me que a discussão dos três primei-

ros pontos tem de realizar-se em função do estado económico-social da Europa no século XIV e primeira metade do XV, e depois em função do ambiente religioso e político.

§ 2 — A Europa económica e social nos séculos XIV e XV

A expansão marítima dos povos europeus nos séculos XV e XVI aparece primacialmente a um tempo como resultante e alavanca na passagem da sociedade senhorial e urbana de Idade-Média para a economia nacional de tendência capitalista.

Há muito já que o desenvolvimento das trocas e o advento da riqueza mobiliária não só se manifestaram na formação da burguesia e florescimento das cidades, como ainda repercutiram fundo nos campos, fazendo desaparecer a servidão da gleba. No entanto, se bem que cada domínio produza agora tendo em vista a venda, e não, como antes, para consumo quási exclusivo dos que nele habitavam, o conjunto da vida económica permanece predominantemente agrícola; só aqui e acolá, em centros urbanos dispersos, vemos aflorar a actividade industrial e afirmarem-se grupos de grandes negociantes e banqueiros. Como notou Pirenne, o declínio da sociedade medieval conheceu o capitalista, mas ignorou ou combateu o capitalismo.

Postas estas restrições, parece-me, contudo, que podemos afoitamente considerar as relações comerciais e marítimas, e o impulso que provém da nova

classe, como o factor decisivo na dissolução ou transformação do regime senhorial e na evolução económica e social que preludia a época moderna.

Quando o aumento das populações urbanas solicitou maior produção agrícola, os senhores empreenderam o arroteamento das terras, incitaram a intensificação da cultura e para isso viram-se forçados a transformar o trabalho servil, pouco produtivo, em trabalho livre, e a substituir, pelo menos parcialmente, as entregas em géneros e as prestações de serviços por rendas em dinheiro. Mas, dêste modo, conquanto não estejam mais dependentes directamente da abundância ou escassês das colheitas, ficam sujeitos às flutuações dos preços, salários e poder de compra da moeda.

Ora, a meio do século XIV, a Peste Negra vem rarear a mão de obra, calculando-se que a reduziu a metade ou a um terço; entretanto, a atracção das cidades, onde as fainas eram mais compensadoras e se vivia com mais liberdade, tendia ainda a despovoar o campo: tudo se conjugava, portanto, para uma alta do valor do trabalho, o que em alguns países levou os proprietários a conseguir a intervenção do poder real. A perspectiva do regresso à antiga servidão desencadeou uma onda de revoltas camponesas. Por outro lado, as rendas fixadas por contracto e costume de uma vez para sempre, não bastavam para satisfazer as necessidades crescentes da existência senhorial que resultavam do maior número e variedade de objectos de consumo trazidos pelo comércio. A classe cujo poder de compra estaciona

quando surgem novas condições materiais, baixa de nível em relação às outras classes, cujo poder de compra sobe proporcionalmente.

Comprimida entre a elevação do custo da vida e a centralização política, a nobreza procura no estado de guerra permanente legitimar e garantir o ascendente que vai perdendo.

Durante o período católico-feudal, o rei era apenas o suzerano supremo, que vivia do que lhe forneciam os seus domínios. Mas desponta o comércio, muitas cidades buscam a sua aliança para escapar às prepotências dos senhores, e, como a terra deixa de ser a única fonte de riqueza, o rei adquire novos mananciais de receitas nos empréstimos dos mercadores e nos impostos. É fácil de ver que, enquanto não circulava a moeda, não podiam existir impostos propriamente ditos nem erário público. De certo, no antigo Egito o Estado organizara-se como vasta empresa económica que, por uma rede de armazéns e um sistema de compensações nas trocas a distância, conseguia recolher e movimentar os produtos do solo; não devemos, porém, esquecer que na Europa cristã a agricultura assentava em bases muito diferentes. De modo que se tornava impraticável estabelecer os impostos em géneros e impunha-se ligar o exercício de uma função ao usufruto de um domínio. À medida que progride a economia monetária, pouco a pouco, da realeza considerada como chefia militar, baseada na propriedade particular da corôa, vão-se desprendendo os lineamentos do Estado, quer dizer, de um corpo administrativo, financeiro e judicial,

dispondo de exércitos próprios e não já das mesnadas dos senhores.

Mas esta transformação efectua-se com convulsões traduzidas nas constantes quebras de moeda; é que a adaptação da monarquia à sua nova finalidade realiza-se por ensaios sucessivos, num forjar de outros métodos e instrumentos de direcção da sociedade. Não existiam órgãos para receber os impostos e, por isso, o poder real entregava essa missão a particulares, que a adjudicavam e daí auferiam bons proventos, sendo esta até uma das origens importantes de acumulação de capitais. Os gastos com as guerras, torneios e dotes, os antigos hábitos de dispender sem ter em conta os rendimentos, dito de outro modo, a sobrevivência das características de uma realeza que era um bem pessoal e não uma função pública, obrigavam os príncipes, os reis e a Santa Sé a recorrer ao auxílio dos ricos mercadores, o que a estes trazia facilidades e privilégios. A mesma razão os impele a intensificar as medidas fiscais, a cada passo pedindo aos povos novos tributos e criando, como claramente se vê com o Papado, meios diversos, e por vezes opressivos, de angariar dinheiro. Freqüentes vezes, para restituírem os empréstimos e saírem de embaraços, depreciam a moeda sem terem em conta a desconfiança e transtornos que tal prática ocasiona ao comércio e ainda o prejuízo que lhes advirá de os futuros subsídios serem concedidos em moeda desvalorizada quando os preços já subiram.

Afigura-se-me, assim, que as grandes questões sociais ao findar o século XIV são determinadas pela

formação e progressivo alargamento da riqueza mobiliária. Poderia acrescentar que o próprio Estado monárquico tendia a tomar então por modelo a organização das cidades, quere dizer, a adoptar o seu sistema de finanças, de justiça e de administração. E ainda de outro modo notamos a influência da cidade, pois os arredores, numa área extensa, são por ela compelidos a abandonar o trabalho manufactureiro, reservado exclusivamente para os que habitam dentro dos seus muros: a época de trezentos é a do triunfo pleno da indústria urbana. Ao mesmo tempo, dentro de cada cidade, as corporações procuram réger toda a actividade económica e política, num esforço obstinado para deter a acumulação de capitais e impedir que estes venham controlar as trocas locais e a produção. Não só a entrada de mercadores estranhos na cidade é embaraçada por todas as formas, como também os núcleos industriais se atacam reciprocamente. Algumas cidades adquirem o privilégio, bastante rendoso para o fisco real, que assim se torna mais eficiente, de serem pontos forçados de passagem para certas mercadorias, como sucede com Bruges para as lãs inglesas.

Descortina-se, por conseguinte, uma tendência para a economia corporativa fechada e anti-capitalista, e, se bem que existam poderosas confederações com o fim de resistir aos príncipes e combater a pirataria, a comunidade urbana forma uma unidade. Mas as forças comerciais postas em jogo são já demasiado estuantes para se deixarem conter, e conduzirão à ruína os centros onde triunfa essa tendên-

cia particularista. Na verdade, o comércio internacional que impulsionou as aglomerações urbanas depende de uma multiplicidade de factores que elas não podem dominar, e que resultam precisamente desse carácter cosmopolita. Se queremos compreender os traços fundamentais dos problemas desta época, temos, portanto, de nos voltar para as relações dos vários mercados longínquos no espaço.

É no cruzamento das principais rotas mercantis que, em dadas épocas do ano, se encontram os mercados dos diferentes países e constituem feiras, como as de Champagne e Lyon, isto é, lugares de movimentos periódicos de transações. A troca simples, de objecto contra objecto, que se praticara no regime feudal e não fôra desconhecida de sociedades mais rudimentares, cedeu o lugar à troca por intermédio de metais, quer dizer, à compra-e-venda. Nas feiras generaliza-se uma modalidade aperfeiçoada deste sistema, a venda a prazo substituindo a venda a pronto pagamento; no fim, liquidavam-se as contas por compensações entre os diversos credores e devedores, e desta maneira se evitava a passagem do dinheiro de mão-em-mão. Esta prática conduz assim, no século XIII, ao aparecimento dos primeiros títulos de crédito, as letras de feira; a mesma vantagem de reduzir as transferências de numerário leva a criar a letra de câmbio, pela qual se regulam as contas quando um comerciante de uma cidade tem de pagar a um comerciante de outra cidade, e este, por seu turno, deve a terceiro mercador da mesma localidade do primeiro.

De forma que não só vemos surgir o instrumento fiduciário, como assistimos à passagem, insensível quási, das mercadorias como simples objectos de consumo para as mercadorias como bens móveis, como riqueza negociável, ou seja, valores. Do mesmo passo, os metais perdem a sua qualidade de simples mercadorias para se tornarem o instrumento universal das trocas e o padrão dêsses valores; uma vez utilizados como moeda passam também a ser objecto de operações de câmbio, que impõe a variedade de espécies monetárias de país para país e até de terra para terra. Os ganhos assim obtidos no comércio são freqüentemente empregados depois em empréstimos a juros e hipotecas e em adquirir propriedades rústicas e sobretudo urbanas, pois, com afluxo da gente à cidade, estas últimas garantiam rendas mais elevadas. Este movimento comercial e financeiro permite que se formem, e contribui em seguida para que prosperem, bancos dispondo de um montante já considerável de capital e com representação em várias nações, o que vem facilitar as trocas mundiais.

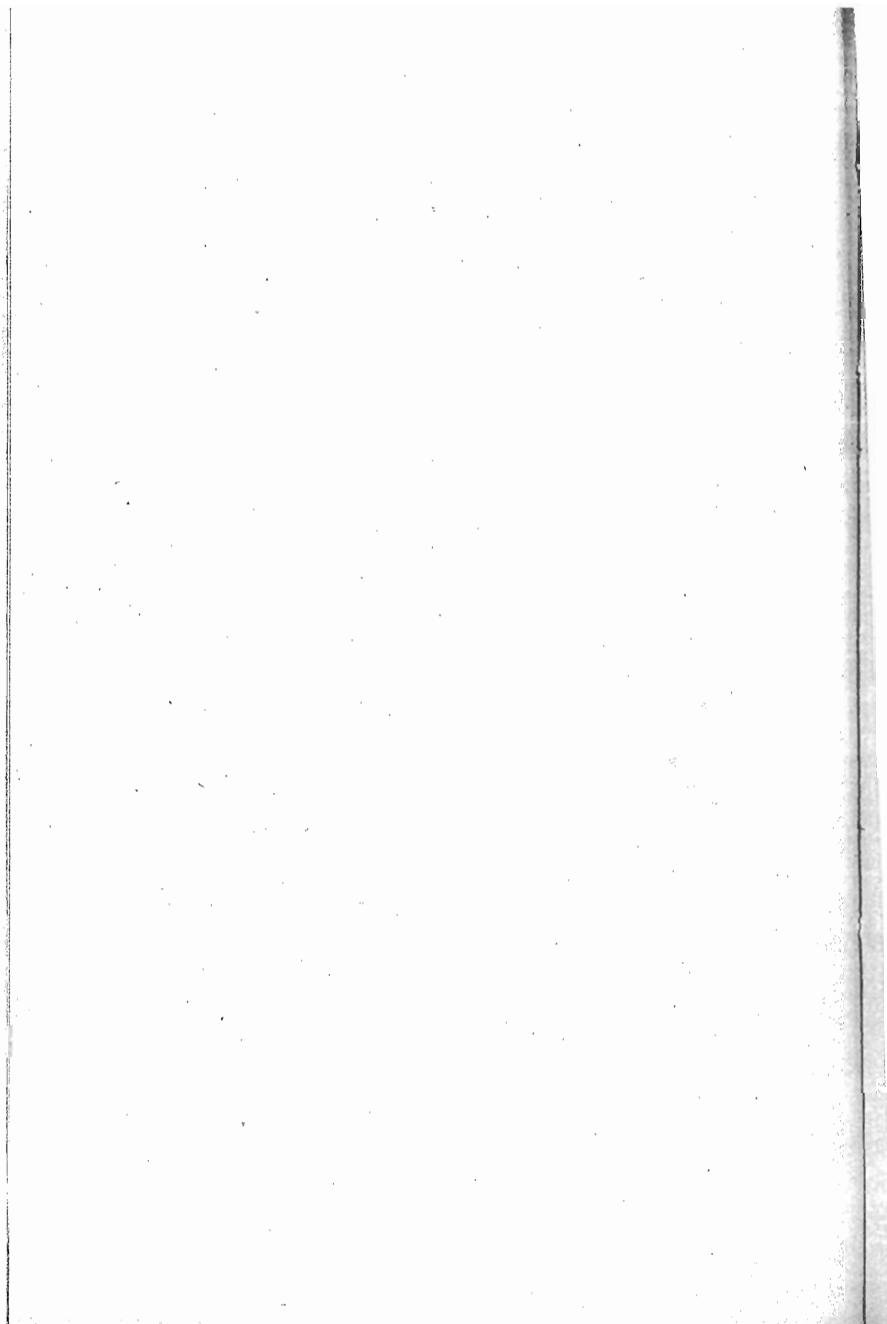
Pelas condições do comércio de longo curso, como sejam a insegurança, o elevado das despesas, a necessidade de conseguir facilidades e garantias, ao lado dos bancos aparecem as primeiras sociedades comerciais. Uma vez, são alguns mercadores que se reúnem para fazerem a viagem juntos e vendem em comum, assumindo todos a direcção do negócio e todos respondendo pelos danos ou dividindo no fim os benefícios proporcionalmente à quantidade

de mercadorias entradas; outras vezes, os que investiram capitais recebem os lucros, só respondem pela soma adiantada e confiam a gerência a um ou a alguns mercadores, a quem cabe a responsabilidade. Mas, para que sejam menores os prejuízos provenientes da navegação rudimentar e da incerteza das rotas, os armadores cooperam em bôlsas de seguros (como as organizadas por D. Fernando em Portugal), cada qual contribuindo com uma percentagem deminuta para a caixa comum, de onde serão pagos os barcos naufragados; também recorrem a seguros privados, acontecendo até o mesmo navio ser segurado por mais de um banqueiro. Para diminuir os riscos, os detentores da riqueza costumavam igualmente dividir o capital a empatar por cotas-partes com outros sócios em diferentes navios, em vez de o comprometerem num só.

As feiras, os bancos, as sociedades em nome colectivo e em comandita, as bôlsas de seguros, as corporações, constituem os elementos vitais da economia burguesa no século XIV. E se, para bem compreender o sentido destas designações na sociedade medieval, é indispensável despojá-las, em grande parte, do rico conteúdo económico e jurídico que as anima na sociedade contemporânea, não é menos certo que a organização capitalista modelava já a actividade comercial, e, embora não modificasse ainda as relações humanas na produção, já em certas indústrias, especialmente a dos lanifícios, o trabalhador era um assalariado sem direito ao produto do seu trabalho.

Esta poderosa acumulação de riquezas em algumas cidades não era possível pelo simples jôgo das trocas locais, mas apenas pela aproximação de vastos meios geográficos. O destino do comércio europeu dependia em larga escala do movimento de transacções com a Ásia e o Sudão. Ao Levante iam os mercadores buscar as pedras preciosas, as porcelanas, a sêda e as especiarias, entre as quais se contava o açúcar; lá deixavam os lanifícios, o cobre e o estanho, mas, a-pesar disso, tinham que pagar grande parte das compras em ouro. Constatamos, portanto, que se tratava principalmente de comércio de artigos de luxo, o que consentia maior margem de lucros dado que a exportação em grandes quantidades encontrava insuperáveis dificuldades de transportes ⁽⁵⁾.

(⁵) Sobre a economia europeia veja-se essencialmente: Henri Pirenne: *La civilisation occidentale du XI^e au XV^e siècle*, Paris 1933, e ainda Herbert Heaton: *Economic History of Europe*, New York, 1936; Boissonnade: *Le travail dans l'Europe chrétienne au moyen âge*, Paris, 1930; Pirenne, Renaudet, Halphen: *La désagrégation du monde médiéval*, Paris, 1931; Amintore Fanfani: *Op cit.*



§ 3 — Europa e Ásia — Os turcos e a expansão europeia

SE compararmos o desenvolvimento económico do mundo asiático com o desenvolvimento económico do mundo europeu, este aparecer-nos-á muito mais pobre e atrasado ante a variedade, a amplitude e a intensidade das relações comerciais, tanto marítimas como terrestres, que cerziam o Extremo-Oriente, desde as ilhas das especiarias, à Arábia, Egito e Síria. Para dar uma idéia do grau de complexidade da estrutura social, basta referir que Marco Polo encontrou na China moeda papel em curso.

As conquistas mongólicas, embora no ímpeto inicial destruíssem a rota pela Ásia-Central, Pérsia e Mesopotâmia, não só obrigam como contrapartida as caravanas a seguir pela primeira vez o caminho da Sibéria, alcançando Caffa no Mar Negro, como também, criando uma vasta unidade de quási toda a Ásia, bem servida por um conjunto de vias seguras e de comunicações relativamente rápidas, vêm impulsionar com mais força a prosperidade material e estreitar os laços de interdependência dos dois continentes. E assim, durante o século XIII, sucedem-se as viagens de franciscanos e de mercado-

res italianos através do império mongólico. O Khan da Pérsia, em contacto estreito com Génova, procura construir uma frota para bloquear Adem, a fim de desviar o comércio do Egito e de Veneza; embora não chegue a executar este projecto, desenvolve o pôsto de Ormuz para atrair aí a rota marítima das especiarias.

Pode afirmar-se que a partir de 1285 a história económica é dominada pela rivalidade comercial das três potências burguesas de Veneza, Génova e Aragão, que se esforçam por conseguir a supremacia no Mediterrâneo e o monopólio das transacções com o Levante. A coroa aragonesa estende o seu poder pela Sicília, Sul de Itália, Córsega, Sardenha e Grécia, e Raimundo Lúlio um momento concebe o plano de união da Cristandade, para arruinar o tráfego egípcio pela conquista de todo o Norte de África e organização de uma esquadra permanente.

Entretanto, a república veneziana obtinha, em 1302, um acôrdo com os mamelucos, que lhe garantia substanciais vantagens económicas; mas, como tinha conhecimento das idéias arrojadas das suas concorrentes, que, apelando para o sentimento cristão, pretendiam servir-se da nobreza europeia para destruir o exclusivo comercial egípcio-veneziano, torna seu o espírito de cruzada contra o infiel e, pelo projecto de Marino Sanuto, propõe a Roma e à França, levar a cabo a anexação do Egito com o auxílio da Liga Hanseática e dos mongóis. O fervor religioso é, portanto, invocado como meio de aliciar os senhores à causa dos interesses de qual-

quer dos imperialismos rivais. A prova está em que cada um só busca adiantar-se aos outros no entendimento com os muçulmanos: referimo-nos ao tratado entre Veneza e o Egito; basta agora indicar que em 1319 a armada genoveza ataca Chipre, a ilha dos Hospitalários, e vende aos turcos a prêsa do saque. A insegurança no Mediterrâneo Oriental provém sobretudo das lutas mesquinhãs dos próprios estados entre si, quer pela turbulência irreflectida dos nobres e homens de armas, quer pela oposição das cidades mercantis.

Mas, por 1350 muda sensivelmente o panorama da Ásia. Por tôda a parte rebentam revoltas dos povos submetidos contra os tártaros dominadores, e o fanatismo religioso tende a substituir a larga tolerância. A vasta unidade fragmenta-se, e os blocos desagregados embatem mutuamente, trazendo a perturbação ao mundo asiático. Aceita-se comumente que, enquanto os preços dos produtos orientais vão subir, a Europa sentirá, na primeira metade do século XV, a «fome do ouro», necessário às transacções do comércio internacional. A África e a Ásia transformar-se-iam em objectivos político-comerciais em conexões recíprocas. No entanto, para podermos avaliar a importância de expansão turca no comércio, e, de modo mais preciso, na génese dos descobrimentos, algumas observações são indispensáveis.

O avanço das hordas de Timur abrange sobretudo as regiões da Ásia-Central, e só depois de 1374 irradia pela Pérsia e Irão, alcançando Bagdad em 1387; quanto aos otomanos, a sua supremacia alas-

tra com esforço pela Anatólia, mas o seu objectivo preferido são os Balcãs. Lybyer mostrou há longos anos que só no primeiro quartel do século XVI os turcos ocuparam as vias terrestres fundamentais para as transacções mercantis. Mesmo se admitirmos que estas conquistas feriram irremediavelmente as vias comerciais terrestres, é preciso ter em conta que o Atlas catalão de 1375, por conseguinte não reflectindo ainda os seus efeitos, indica já que as especiarias seguem na sua maior parte o caminho do Mar-Roxo e Alexandria. Já então a principal estrada geográfica era, pois, a marítima e meridional, embora, naturalmente, o seu desenvolvimento aumentasse em seguida aos acontecimentos de que falámos.

É necessário recordar também que nesses tempos o movimento de trocas era ainda muito incerto e irregular, sempre à mercê de um choque de exércitos ou de um saque, e, além disso, estava muito ligado à pirataria e à aventura. Não julguemos, porém, que a expansão guerreira e sangrenta de Timur foi totalmente prejudicial aos mercadores. Ouçamos Halphen: «De Samarcande, Timur fizera um grande centro de comércio, aonde convergiam os produtos da Ásia: pelo Tibet e Pamir, as mercadorias chinesas, por Delhi e Kabul, as da Índia; os raros europeus que visitaram então Samarcande regressaram maravilhados». Quando os turcos ocuparam o Egito, durante a segunda década de quinhentos, procuraram reanimar o comércio no Mar-Roxo e protegerem os mercadores. «Não parece

demonstrado, declara-nos Hauser, que o preço das especiarias subisse em Veneza antes do começo do século XVI»; mas nessa altura resultava da decadência do Egito e da vitoriosa concorrência portuguesa. Já desde 1914 Lybyer firmara este ponto, que Heaton volta a recordar em 1936. Embora reconhecendo os entraves que o aparecimento dos turcos no Levante ergueu ao comércio, julgo, contudo, razoável depreender que não teve necessariamente por resultado o aniquilamento do tráfico e que não afectava de igual modo todos os países da Europa, não constituindo talvez um factor tão determinante como por vezes nos dizem na origem das navegações dos povos ocidentais.

O antagonismo político ou de crença não prejudicava tanto como se supõe a boa harmonia das relações mercantis. Nem sequer esse antagonismo era tão vincado como pode parecer a um primeiro relance. Timur, esse conquistador impiedoso, que encarna a reacção muçulmana, foi considerado como um libertador pelos cristãos quando derrotou os otomanos, seus irmãos na fé; e entre o infiel e os reinos católicos entabularam-se negociações. Não imaginemos que se defrontam dois mundos, a Cristandade e o Islame. Poucos anos antes os otomanos tinham passado à Europa transportados pela armada de Bizâncio, e em 1444 (nove anos antes da tomada de Constantinopla) os genoveses fornecem-lhes os navios pedidos a trôco de boa soma de ouro. E não vemos entretanto Castela disputar a coroa de Portugal, e a França e a Inglaterra esgotarem-se numa

contenda infundável? Sempre que o impõem as necessidades materiais desaparece a distinção entre cristãos e infieis, e surgem as dissensões entre os próprios cristãos ou entre os próprios infieis. Mais tarde os portugueses terão de combater no Oceano Índico tanto os rumes como alguns venezianos que os instigam e auxiliam, e a católica França aliar-se-á com os turcos para combater o imperialismo do católico Carlos V. Mas já nenhum dos apêlos do papa Eugénio IV, de 1442 a 1445, conseguira despertar de novo o espírito de cruzada.

O início do século XV, aliás, assiste a um recuo, não muito duradouro é certo, do poder muçulmano no Levante, pois não só em 1402 os tártaros venceram Bajazeto, como as frotas italianas continuam a deter o contróle do mar, tendo os turcos sido completamente derrotados na batalha naval de Galipoli em 1416. Só em 1421 Murad II retoma a expansão na Europa e as armadas otomanas rompem o ascendente que por uma década tinham perdido no Próximo Oriente ⁽⁶⁾. Anteriormente situaram-se a tomada de Ceuta e as viagens a Pôrto Santo e Madeira. Só dezasseis anos volvidos o imperador bizantino lança o apêlo para uma cruzada cristã: Gonçalves Baldaia descobria então o Rio do Ouro. A influência dos acontecimentos orientais no Poente europeu suscita, portanto, problemas delicados, pois

⁽⁶⁾ Para a situação asiática e seu reflexo na Europa: Pirenne, Renaudet, Halphen: *Op cit*; Hauser e Renaudet: *Les Débuts de l'âge moderne*, Paris, 1929; Oakeshott: *Commerce and society*, Oxford, 1936; Heaton, *op. cit.*

precisamente em 1448 as navegações e feitos de armas deixam de ser empreendidos (se alguma vez o foram) com espírito de cruzada e passam a constituir actos comerciais — indicam em perfeita concordância Zurara, Cadamosto, Diogo Gomes e o próprio Infante D. Henrique.

Mas que assim não fôsse. Não sei se o objectivo económico claramente visível do plano das Índias pode ser considerado instrumento de destruição do poderio turco na Europa. Uma concepção político-religiosa de tal modo arrojada, exigia não só que a mancha geográfica turca fôsse encarada como bloco de real unidade, como ainda a plena compreensão das articulações entre o poder político e militar e os recursos económicos, quer dizer, a idéia do bloqueio em escala mundial. Além disso seria necessário determinar como essa idéia surgia em Portugal. É difícil de crer que entre nós existisse tão completo conhecimento da situação internacional e tão aguda intuição de soluções mundiais. O Infante D. Pedro viajara pela Flandres, Itália e Centro da Europa, onde combatera contra os muçulmanos; participara também nos projectos imperiais contra Veneza. Ninguém, como êle, estaria habilitado para uma perspectiva de conjunto das questões internacionais. Talvez ao Infante, que percorreria as sete partidas, se deva o alargamento do plano das navegações, de africano e atlântico, para asiático e mundial (7). É já durante a sua re-

(7) Como foi sugerido em *«Os descobrimentos e a evolução da economia mundial»*.

gência que Antão Gonçalves parte em demanda das Índias e do Preste João.

Simplesmente, se esta hipótese pode explicar a compreensão dos problemas mundiais no Ocidente peninsular na primeira metade de quatrocentos, devemos contudo pôr em relêvo que um pressuposto está subjacente à idéa do projecto contra o imperialismo turco; podemos formulá-lo assim: o domínio da Índia e do Norte de África (incluindo o Egito) destruiria a base económico-política do império turco otomano. Ora, é preciso vincar com força que nada consente tal afirmação durante o século XV; o império turco não abarcava essas regiões, e menos se pode dizer que delas retirava os fundamentos do seu poder expansivo. Como o império bizantino, anteriormente, ou mais ainda, o império turco é, quanto ao seu substrato geográfico, anatóliò-balcânico. Este ponto é mais que suficiente para negar a realidade do plano de cruzada contra os turcos otomanos pela circum-navegação da África, a não ser que se pretendam atribuir aos dirigentes do século XV planos manifestamente absurdos. Que o absurdo se não deu, demonstra-o o facto de que, quando Afonso V pretendeu empreender a cruzada contra os turcos, aparelhou uma armada para os ir combater no Mediterrâneo Oriental: era aí, na realidade, que se decidia o choque.

Afigura-se-me altamente significativo o silêncio de todos os nossos cronistas e diplomas da época no que respeita a êsse plano. Não quero já que nos

referissem a articulação de idéias entre as navegações e a cruzada contra os turcos, embora só uma inaceitável política de rigorosíssimo sigilo pudesse dar conta da ausência das mais imperceptíveis alusões. Joaquim Bensaúde não ignorou esta lacuna da documentação da sua tese, e Cortesão não a deve também ignorar, mas não lhe atribuíram o significado que realmente tem. Basta-me apontar que em nenhuma das fontes se nota a mínima preocupação pelo imperialismo turco, que nunca se tem a idéia da Cristandade gravemente ameaçada e que urge defender a todo o custo, pelo menos até 1453. É impossível argumentar que os cronistas e os documentos não referiam estas inquietações devido à política de segredo.

Mas as fontes fornecem-nos até a prova de que a expansão turca não cortou as rotas comerciais entre a Ásia e a Europa. Na *Década I da Ásia* (Cap. V, Livro III), ao descrever a viagem de Afonso de Paiva e Pero da Covilhã, refere João de Barros que a Ormuz concorrem tôdas as especiarias e riquezas da Índia, as quais seguem para Bagodá e ganham Alepo e Damasco transportadas por cáfilas de camêlos; logo, a grande via mercantil do Golfo Pérsico e Síria continuava em activo tráfego no reinado de D. João II. A esta prova positiva podemos acrescentar a interpretação dada por Duarte Pacheco Pereira no capítulo 3.º do livro IV do «ESMERALDO DE SITU ORBIS» às conseqüências da viagem de Vasco da Gama: enquanto até então os mouros do Oriente forneciam as especiarias e outros produtos aos vene-

zianos que as distribuíam em abundância pela Europa, África e parte da Ásia, depois de 1498 as naus portuguesas detêm todo êsse comércio; por conseguinte, as mercadorias asiáticas não tinham deixado de afluir aos mercados europeus durante o século XV.

Pretende-se umas vezes que a expansão europeia resultou da perturbação comercial causada pelo avanço turco, afirma-se outras vezes que constituiu um meio para vencer a ameaça turca privando o império muçulmano dos seus recursos económicos e envolvendo-o militarmente. Causa económica no primeiro caso, causa político-religiosa no segundo, ambas as explicações assentam na tese de que a expansão turca gerou a expansão europeia. No entanto, convém lembrarmo-nos dos tópicos da análise que realizámos:

1.º — Os projectos de expansão europeia são anteriores à ameaça turca otomana (do início do século XIV, enquanto esta só se manifesta no século XV);

2.º — As primeiras navegações europeias e tentativas de penetração em África são também anteriores ao alastramento do império turco;

3.º — O Islame não formou um bloco em face da Cristandade;

4.º — A Cristandade não formou um bloco em face do Islame;

5.º — O avanço turco atingiu somente, no período que nos interessa, as estradas terrestres, de importância menor que a via marítima do Mar Roxo,

e mesmo quanto a essas só em 1516 dominou os termos das duas principais;

6.º — As conquistas turcas não aniquilaram o comércio, o tráfego não cessou nas vias terrestres;

7.º — Os preços das especiarias não subiram no decurso do século XV;

8.º — Não é possível documentar a inquietação pelo imperialismo turco no Portugal do século XV;

9.º — O projecto de destruir o poderio turco pelo domínio do Norte de África e Índia não se adequa à realidade política e económica do século XV.

Não será ousado concluir que o aparecimento dos turcos no Levante não explica por si só a génese das navegações ou até que nela não exerceu qualquer influxo, embora não seja inverosímil que mais tarde marcassem a orientação da política dos descobrimentos e conquistas ⁽⁸⁾; mesmo esta idéia não me parece de admitir, pois que as grandes linhas da expansão se explicam satisfatoriamente sem recorrer à ameaça turca. Aliás, não se tem reparado bem que a conexão entre as conquistas turcas e as navegações pressupõe desde o início a realidade do plano de alcançar a Índia. Sem tomar por agora posição na controvérsia, seja-me permitido sublinhar que carecemos de provas perentórias, plenamente claras, de que antes de D. João II se pretendia navegar até à Índia ⁽⁹⁾. Ora, parece-me profundo erro metodológico assentar a

⁽⁸⁾ Como foi sugerido em «OS DESCOBRIMENTOS E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL».

⁽⁹⁾ Duarte Leite: «O PLANO HENRIQUINO DAS ÍNDIAS E OS NOSSOS ESCRITORES», (Seara Nova N.ºs 754, 755 e 756) 1940.

explicação do movimento das descobertas em base sujeita a controvérsia. A realidade do plano henriquino da Índia não tem sido impugnada por espírito de polémica, antes pela necessidade de usar com rigor irrefragável a crítica histórica, destrinchando o que está límpidamente, irrefutavelmente documentado, do que não passa de conjectura plausível. Por conseguinte, impõe-se construir uma teoria dos descobrimentos que não dependa inteiramente de uma hipótese tão duvidosa.

§ 4 — O comércio europeu e as condições portuguesas

A eclosão dos imperialismos ultramarinos resultou sem dúvida de condições gerais de sociedade europeia e de condições especiais de cada país; para a compreendermos plenamente devemos atender ao nível económico da Europa no fim do século XIV, compará-lo com certos movimentos de carácter geral que nos mostra a economia, e situar neste quadro a intervenção de factores externos, demasiado realçada em detrimento dos factores internos.

Além das trocas com o Oriente, tecera-se já na sociedade europeia uma rede de relações de permuta de produtos e uma actividade industrial bastante amplas e intensas. Desde o século XIII que as galeas italianas iam buscar a lã em bruto aos mosteiros ingleses, que a forneciam também à Flandres; essa lã era tecida, tingida e confeccionada nas cidades flamengas e em Florença; em paga, a Inglaterra recebia os vinhos da Grécia, de Creta, do Reno e de Bordéus, as sedas de Bagdad e os brocados de Damasco, a pedra de construção da França. Por esse tempo, a Liga Hanseática trazia de Novgorod alguns produtos orientais, que aí chegavam vindos do Mar-

-Negro, e abastecia-se ainda das madeiras e peles da Rússia, vendia cereais em Londres, transportava para os Países-Baixos o cobre e o ferro da Escandinávia, e trocava a cerveja e o peixe pelo sal de que necessitava para salgar os arenques do Báltico. A Hungria exportava a prata para o Ocidente e a Sicília fornecia o açúcar, embora não dispensasse a sua compra no Levante. Os países do Mediterrâneo entravam em contacto com as Áfricas e a partir de 1291 estava estabelecido em Sidgilmessa, vila do Marrocos saariano, um mercador genovês. De modo que as várias regiões estavam já intimamente ligadas, quer pelas linhas curtas, que irradiavam dos grandes centros para localidades menores, quer pelas linhas mestras, que uniam o Meio-Dia às paragens setentrionais, uma, das repúblicas italianas às comunas flamengas contornando a costa atlântica, outra, convergindo dos Alpes e da bacia do Mosa e do Escalda para as cidades de Champagne, a terceira atravessando as estepes russas.

Existiam, portanto, na Europa uma vida comercial e manufactureira própria e vários centros económicos que entravam em disputa para se assenhorearem dos mercados e das bases de proveniência das mercadorias. Por outro lado, o comércio com o Oriente acusava saldo negativo e os metais preciosos eram por isso drenados. Já no Império romano tal acontecera, e pretendeu-se até que neste ponto estava a razão da crise monetária e social do séc. III, explicação aliás insuficiente. Mas agora o problema apresentava aspecto diferente, visto que esse desi-

quilíbrio financeiro se combinava com a necessidade de alargamento geográfico. A Europa atingira um plano de estruturação económica bem mais complexo e vasto do que a unidade mediterrânea do mundo clássico tinha permitido. É que a base da sociedade romana fôra o latifúndio e a escravatura, e o capital não chegara a exercer influência decisiva. Ao contrário, no século XV, com o trabalho de homens livres e a acção impulsionadora dos valores mobiliários que tentam controlar a indústria e pelo menos culminam pelo comércio, as comunidades urbanas possuem força interna de resistência e dilatação.

A progressiva procura de metais nobres só atinge a fase crítica no segundo quartel do século XV, quando também se estreita o cerco dos turcos ao império bizantino. Em 1447, o banco genovês dos Centuriones envia Malfante como seu delegado ao Tuat a-fim de indagar onde se localiza a zona aurífera e obter a maior quantidade possível de espécies metálicas, o que lhe permitiria dominar o mercado internacional. Por essa época na Alemanha, Tirol, Boémia e Hungria activava-se a exploração mineira e buscavam-se novos jazigos. O problema do comércio levantino aparece solidário do problema do comércio africano: quem detiver o ouro será senhor das transacções com o Oriente. No entanto, há muito que esta conexão de objectivos comerciais tinha sido percebida e há muito também que as riquezas da África atraíam os navegadores e os comerciantes. As viagens de genoveses realizaram-se

no fim do século XIII. No planisfério maiorquino de Dulcert, de 1339, vinha já indicada a bacia do Níger como centro exportador do ouro; os caminhos que lá conduziam estavam traçados na carta de Mecia Viladestes, de 1413, que reproduz as informações dum toulosano que estivera no país dos negros. Pelo Sudão e Saará estendia-se a actividade comercial de judeus, etíopes, egípcios e árabes; o reino dos mandingas fornecia-lhes o ouro proveniente do Alto-Senegal. O mistério rodeava as trocas mudas, em que brancos e negros não chegavam a avistar-se ⁽¹⁰⁾.

A crise monetária europeia do declínio da primeira metade de quatrocentos, como as conquistas turcas que lhe são contemporâneas, não podemos considerá-las portanto como determinantes dos descobrimentos. É sob o ângulo da concorrência marítima e comercial das comunidades burguesas do Mediterrâneo que deve ver-se o esbôço de expansão do século XIV; é ainda sob esse ângulo em grande parte que me parece necessário continuar a ver o movimento do século seguinte. Agora, porém, a amplitude das rivalidades é maior porque entram em jogo os interesses das cidades setentrionais. O quasi monopólio veneziano-muçulmano prejudicava tanto mais os países importadores, principalmente os do Norte, quanto o número elevado de intermediários aumentava os preços. Para dar uma idéia da situa-

⁽¹⁰⁾ Para as condições africanas: La Roncière: *La Découverte de L'Afrique au Moyen Age*, 3 vol.

ção, basta dizer que o cravo era comprado nas ilhas de Maluco a dois cruzados de ouro venezianos e custava em Calicut cinquenta e sessenta; no Malabar obtinha-se a pimenta a três ducados, mas em Alexandria alcançava por vezes oitenta. Ao chegarem à Flandres ou à Alemanha, os produtos orientais custavam dezenas de vezes o que tinham custado no lugar de produção. Isto explica, quero crer, o interesse dos negociantes flamengos e alemães pelas nossas viagens marítimas, e depois a sua participação no comércio do Oriente.

O problema punha-se como necessidade de libertar as relações mercantis entre os dois continentes do monopólio veneziano-muçulmano e de alcançar os lugares produtores de especiarias e de metais nobres. O imperador Segismundo, auxiliado pelo infante D. Pedro, então margrave de Treviso, tenta destruir o poder económico de Veneza. O Príncipe-Perfeito confia a Pero da Covilhã a missão de «ir descobrir e saber do Preste João e onde se acham a canela e outras especiarias, que daquelas partes vão a Veneza»: o que confirma que o avanço turco não aniquilou o comércio das especiarias, e indica que uma das preocupações da política portuguesa era arrebatá-lo aos mercadores venezianos. São bem conhecidos os laços íntimos que prendiam Génova a Portugal, e sob a direcção dos genovêses empreendemos as primeiras expedições marítimas. Estávamos, por conseguinte, interessados nas lutas económicas das repúblicas italianas e relacionados com os problemas comerciais da Europa. Aliás, o

problema nem sempre deverá ser visto globalmente, como antagonismo entre Génova e Veneza ; terão de se discriminar os interesses das várias casas comerciais das duas cidades.

As trocas entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, prolongando o influxo da civilização muçulmana, tinham suscitado no Ocidente da Península Ibérica o aparecimento de comunidades mercantis, que, exercitadas primeiro pelas pescarias, ousaram em breve enviar os seus barcos a regiões distantes. Ainda não findara o século XII e já encontramos em Bruges mercadores portugueses, que aí fixam a primeira feitoria. Em 1189 existem relações comerciais com Marselha e Montpellier ; catorze anos mais tarde, os portugueses recebem autorização de João Sem-Terra para negociar em Londres. Exportávamos então azeite, vinho, sal e fruta e recebíamos objectos manufacturados. Vemos, por conseguinte, que, mesmo desde o início da primeira dinastia, era forte a actividade comercial e certamente a correlativa ascensão das classes urbanas, o que aliás é confirmado pelo acôrdo de comércio de 1353 entre Eduardo III de Inglaterra e «os mercadores e comunidades marítimas de Lisboa e Pôrto».

E se a burguesia já irradiava o âmbito das suas transacções pelos mercados afastados, ao mesmo tempo vinham até Portugal representantes dos Bardi e de outras casas florentinas, genovezas e corsins, como revelam os privilégios concedidos por D. Afonso IV. Em 1375 os nossos mercadores recla-

mam contra a competição estrangeira, e o rei tem de tomar medidas proteccionistas ⁽¹⁾.

Com a revolução urbana de 1383 não só surge uma nova nobreza como também os burgueses passam a influir fortemente na vida pública; e por todo o século XV se arrastará o conflito, por vezes dramático, das duas classes. O advento da dinastia de Aviz marca um momento decisivo na nossa história e na evolução das nacionalidades. A burguesia mostra-se assás poderosa para que prevaleça a sua política, e, pela sua ascensão, cimenta-se a unidade nacional com as características de um Estado monárquico centralizado moderno, em moldes únicos nesse tempo.

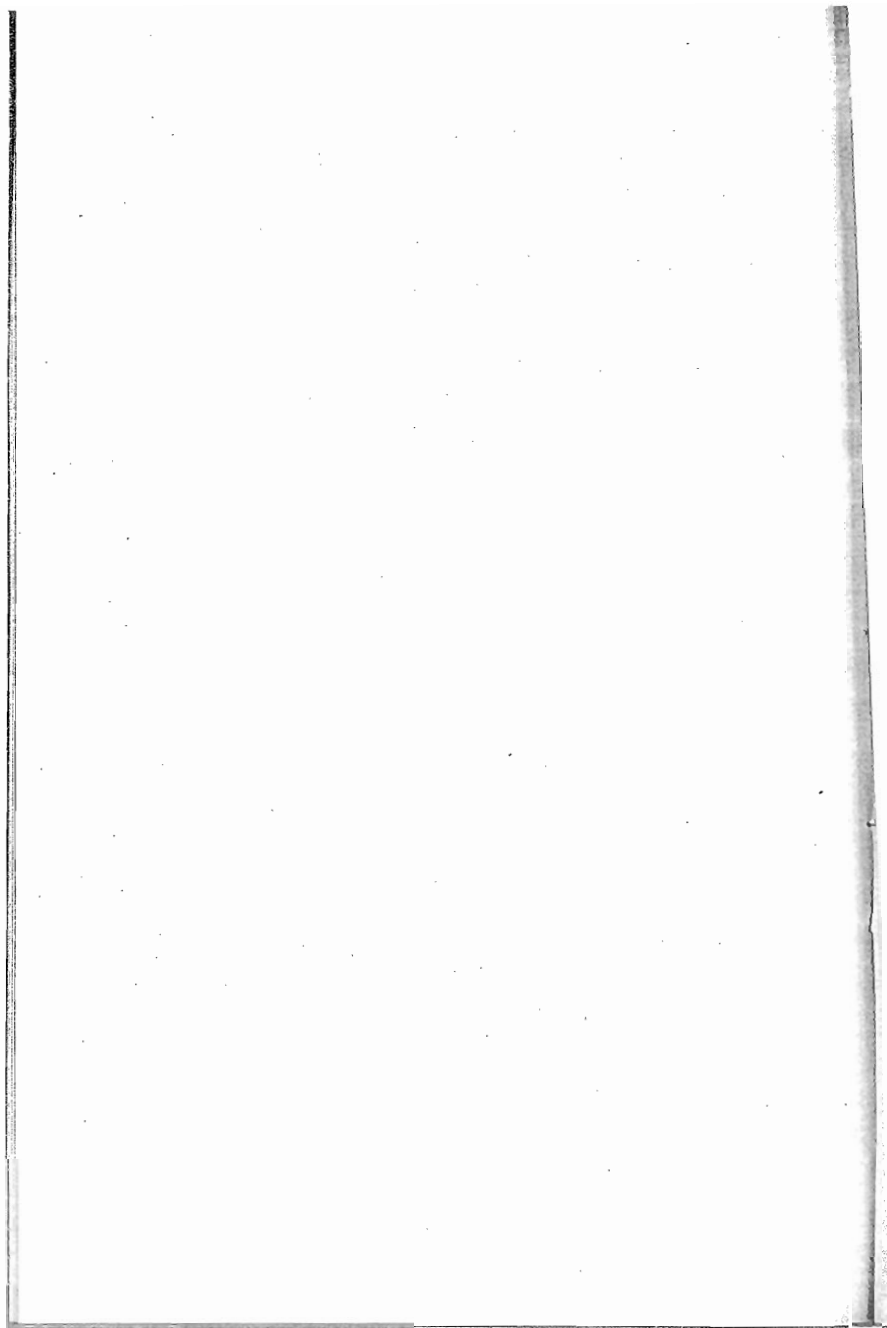
Entretanto, regista-se a baixa real dos réditos da nobreza, problema a resolver pela extensão territorial e recompensas que acompanham a acção militar. Nas côrtes de 1398 surgiram as primeiras queixas; mais tarde o Infante D. Fernando manifesta o seu descontentamento e o desejo «de acrescentar mais seu estado», e em 1433 o conde de Arraiolos escrevera a D. Duarte que pela colaboração na conquista de Granada os senhores «serão tornados a seu estado». Veiga Simões traçou com clareza a embaraçada situação financeira da classe nobre. O reflexo da crise económico-social europeia, cujos fundamentos apontámos, combinando-se com

⁽¹⁾ Para a economia medieval portuguesa, além de Gama Barros e Lúcio de Azevedo: Jaime Cortezão — *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal (História do Regime Republicano I)*; António Sérgio — *Em tórno do problema da «monarquia agrária»*.

as perturbações das guerras da independência, faz convergir na nossa sociedade a dupla aspiração da nobreza a aumentar as suas terras e da burguesia a conquistar novos mercados.

A paz com Castela não fôra igualmente acolhida por tôdas as classes do país. Regozijavam-se os mercadores porque a segurança consentiria reatar o tráfico regular com o interior da Península Ibérica, exportando fruta e outros bens pelos quais se obteriam nobres cousas para guarnição das casas portuguesas. De diferente modo pensavam os fidalgos, pois a continuação da guerra manteria o uso das armas, daria ensejo a roubar as terras inimigas — com o que poderiam enriquecer, — e traria a anexação de novos territórios. Afigura-se-me que se não tem reparado bem no que significaria a perda do uso das armas. Em 1383 a arraia miúda das cidades levantara-se não só contra a nobreza que se integrava nos interesses de uma monarquia terrestre, como contra a gente honrada, que possivelmente seria constituída pelos proprietários a quem os bens de raiz tinham advindo pela compra, mercê da acumulação de riqueza mobiliária, e que por isso abandonavam a iniciativa comercial pelo socêgo das rendas fundiárias; talvez também compuzessem o povo graúdo aquêles grandes negociantes e industriais que pretendiam sobrepôr-se aos mesterais e pequenos mercadores. Mas, no balanço final do movimento, verifica-se, pela criação da Casa dos Vinte e Quatro, que algumas reclamações do povo miúdo são satisfeitas; enquanto a gente honrada consegue

entrar directamente nos negócios do Estado e, pela guerra com Castela, parte ascende aos quadros da nobreza. Por conseguinte, numa sociedade em transformação, o uso das armas era o meio de tornar indispensável a nova classe que saíra do plano burguês para o plano do domínio da terra.



§ 5 — Ceuta e Marrocos

ALGUM tempo se hesita entre Castela, Granada e Marrocos. A classe aristocrática convém operações de pilhagem e propriedades que rendam, quaisquer que sejam, mas às comunidades marítimas não pode interessar um objectivo qualquer, só lhes importa apoderar-se de centros e vias comerciais ou de pontos estratégicos para emprêzas ulteriores. D. João I opunha-se a acções contra Castela porque a guerra ofensiva contra cristãos não é serviço de Deus; poderíamos acrescentar que a Portugal não interessava expandir-se pela meseta. Por isso propuzera aos castelhanos auxílio para levar a térmo a obra da Reconquista, expulsando os mouros definitivamente; a idéia fracassara devido às questões da sucessão da corôa aragonesa e, podemos acrescentar, devido sobretudo à não conveniência dêsse auxílio para Castela, pois implicava compensações territoriais. Mas João Afonso, vèdor da fazenda, homem cheio de clareza de entender, na opinião do cronista, há muito falava ao rei na conquista de Ceuta. Deve-se ao belo ensaio de António Sérgio a irrefutável demonstração de que o feito de Ceuta foi inteiramente iniciativa de João Afonso (apoiado pelo rei) repre-

sentando os interesses económicos e financeiros das gentes das cidades. Basta uma leitura superficial de Zurara para nos convenceremos dêste ponto. Os infantes não desempenham nenhum papel digno de relêvo, e no torneio e festa nem vale a pena falar porque é indispensável não confundir em história o anedótico com o explicativo. O vèdor sugerira a expedição muito antes de se tratar de armar os infantes cavaleiros, e possivelmente limitou-se mais tarde a indicar que se suprimiam as despesas das justas com a realização do seu projecto de Ceuta. Está bem provado que D. João I há muito concordava com João Afonso, e que as delongas resultaram da necessidade de tudo ponderar maduramente e preparar metòdicamente. Certamente possuíam-se já informes seguros àcerca da cidade, que os portugueses de há muito deviam freqüentar, de contrário seria inexplicável a naturalidade com que foram acolhidas as galés das embaixadas à Sicília que tinham por missão estudar no local o plano de ataque, como inverosimil era a desgarrada ida de um criado do vèdor a Ceuta resgatar cativos. Como mostrou nitidamente Sérgio, só o acôrdo de João Afonso e D. João I com os mercadores permitiu organizar a expedição. Um negociante de Londres envia quatro naus, da Flandres vêm dezoito, da Biscaia onze.

Por que se escolheu Ceuta? Zurara insiste em que Ceuta é a chave do Mar Mediterrâneo. Jaime Cortezão interpretou que Ceuta, com o domínio do estreito, daria a segurança à navegação entre as repúblicas italianas e a Flandres, constituindo uma

base para limpar a pirataria berbere. No entanto, seria incompreensível que tal iniciativa partisse de Portugal. Parece-me mais plausível supôr que Ceuta, chave do Mediterrâneo, nos abriria a entrada nesse mundo onde se degladiavam os estados comerciais de Aragão, Veneza e Génova. Em Ceuta abria-se o caminho do Levante, o mercado das especiarias, e o caminho da Barbaria, o mercado do ouro. A penetração comercial portuguesa no Mediterrâneo pode ser atestada desde longe. Ao reino de Granada ligavam-nos estreitas relações mercantis, pois os embaixadores granadinos lembram a D. João I que os naturais costumam vir a Portugal com suas mercadorias e os mercadores portugueses freqüentam o reino mouro como se dêle naturais fôssem, e D. João I na sua resposta indica que não há razão para cessar tal tráfego («Crónica da tomada de Ceuta» Capítulo XXXIV). Com Marocos mantinhamos também comércio; refere-se na «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes» (cap. LXXXI) que os mouros quâsi todos os anos compravam a fruta do Algarve com moeda de ouro. Muito provavelmente os nossos barcos visitavam os portos marroquinos. Mas pôdia o Norte de África interessar-nos sob o ponto de vista económico? Negou-se o valor económico da Barbaria quer quanto a cereais quer quanto ao comércio do ouro e de outras mercadorias. Analisemos, porém, as fontes.

No «Esmeraldo» de Duarte Pacheco a costa africana é cuidadosamente descrita. Ceuta precedeu todas as cidades da Mauritânia e Tingitânia e parte das

de Hispânia em nobreza e riqueza no tempo de sua prosperidade. «Aquy he ho principio das terras de África ; muito fertil de pam, vinho, fruitas, carnes, pescarias de desuairadas nações de peixes, e outras muitas cousas dinas de grande louvor» (capt. 13.º do Livro I). Quanto ao rio de Larache «He de muita pescaria, e a terra de redor d'elle de muito pam» (capt. 15. do Livro I). Ao sul fica o rio da Mamora que conduz à cidade de Fez : «ha terra de dentro d'este rio he chaam e campo e de muito criação de guados e grande laurança» (capt. 15). Da região de Salé diz Pacheco : «Toda esta terra he muito fertil de pam, carnes, pescados e mel, e outras muitas cousas boas, e muitos e bons cavalos que por muitas vezes a estes Reynos trazem» (capt. 15). A zona de Anafé «He muito fertil de todo o necessário» mas, embora sublinhe que «muitas cousas poderíamos dizer da bondade d'Anifée e prosperidade sua em outro tempo» (capt. 16), o autor não se detém porque fôra destruída pelos portugueses no reinado do Príncipe Perfeito. Já de Azamar informa que no rio há maravilhosa pescaria de sáveis muito grandes e bons, de que pagam tributo a D. Manuel, e que «esta villa d'Azamor e suas comarcas sam muito habastadas de pam, carnes, pescados e outras muitas cousas» (capt. 17). Da baía de Mazagão para diante «se começam os campos de Duquella que se estendem quasy quarenta leguas, terra de grande fertilidade de pam e carnes; e nessa bahya de Mazaguam carreguam muitas naaos d'estes Reynos, e asy de Castella, de trigo, quando cá por nossos pecados ho Deos nam

dá» (capt. 17). Mais ao sul, na casa do Cavaleiro, «há muito trigo e cevada, e muitas vezes carreguam aly navios d'elle; e isso mesmo há muyta habastança de carnes e caça; e no mar nas sincoenta e sessenta brasas há muita pescaria de pixotas e d'outros muitos peixes» (capt. 18). A cidade de Safim «he muito fertil de pam, carnes, pescados e muitos e bons cavallos que ham dos Alarues dos quaes alguns se trazem para estes Reynos, e asy ha aquy ouro que os alarues trazem por terra de Guinee, e muita courama de toda a sorte, e mel, e cera com outras mercadorias em que se faz asaz proveyto» (capt. 18). A terra do cabo de Gueer para o interior «he muito fertil de pam, carnes, pescados, mel, cera, courama e houtras muitas mercadorias em que se faz muito proveyto, e asy ha haquy ouro, que os Alarues trazem de Guinee por terra» (capt. 20). Tôda a costa do reino de Fez «he muito fertil de pam e carnes e outros fruitos com muita pescaria no mar;... e as mercadorias que nesta terra há, he muyto trigo e cevada e mel e tamaras e hanyl e coirama e pilitaria e muitos e bons cavalos com outras cousas de grande preço que cada dia se lá compram e trazem a estes Reynos» (capt. 20). A doze léguas de Meca estão os Montes Claros «e nelles há muito pam e fruitas e muito mel e cera e huuas passadas e muito ferro e cobre e muyta coirama» que «os moradores d'estas serras ao porto de Meca vem vender» (capt. 21). No cabo de Aguilo «á razoadamente ouro, que os Alarues por terra aly trazem de Guinee» (capt. 21). Na zona do cabo Não encontram-se «mui-

tas ortas e pomares em que há muita fruta», «e este luguar he de grande trato d'ouro por seer escapola d'Audem» (capt. 21) ⁽¹²⁾.

O «Esmeraldo» data de 1505 a 1508. Contemporânea dêste roteiro é a coletânea de notícias histórico-geográficas de Valentim Fernandes, onde há também úteis indicações àcerca do Norte de África. Ceuta é-nos apresentada como «hua das principais cidades no tempo dos mouros assy em edificios como em riquezas e nobrezas e mercadorias e aqui auia a principal desta nauegaça dellas para toda a terra do sertão. E estava em tãta prosperidade que quãtos nauios passassem pelo dito estreito quer de levãte ou poente auia de amaynar as velas e qual nao que esto nã fizesse logo os galees dos mouros ha seguia e a tomauã» (pág. 33 da Ed. Bensaúde-Baião). Na costa perto do rio de Mamora os castelhanos e portugueses costumam ir pescar (pág. 35). Salé mais ao sul, «he lugar principal de fustas e naujos desta costa. De çalle se faz grãde tracto para cidade de Fez» (pág. 35). No rio de Azamor há muitos peixes, sobretudo sãveis, de que entregavam 30.000 (*) em tributo ao rei de Portugal; «aqui resgatã bõos cavallos e alquiçees e aljaruias e alambees que leuã pera negros» (pág. 35-6). De Mazagão «leuã os naujos por seu resgate trigo que alli naçe» (pág. 36). Em Tyti «trigo carregã tãbem aqui muyto» (pág. 36). A Casa do Cavaleiro é «hua Vila de mouros donde vem

⁽¹²⁾ Para as informações do *Esmeraldo* chamou a atenção António Sérgio (Ensaio, vol. IV, pág. 425).

(*) Engano de V. Fernandes, por 10.000.

muyto trigo» e no cabo Carvoeiro a pescaria é abundante. Aliás tôda a costa é «de muyto e bõo peixe» (pág. 36). Safim é «cidade que a melhor e a principal que os mouros tem em toda a costa deste mar des ho estreyto para Ethiopia. Esta cidade he de grãde tracto e terra seça, colhem sua agoa em cisternas pera beber tem muyto trigo em cauas e ho mãtem muito tempo sem gargulho» (pág. 38). De Safim «trazem desta cidade muytos e bõos cavallos e muyto trigo, e anyll que faze no sertão goma arabica, alquiçes bedees etc.» Em Meça, «villa muy grãde de mouros», ha grãde tracto de mercadorias de barbaros e alarues, aqui estã genoveses mercadores. Por este ryo abaixo vem muyto ouro, cera, carama de vacas e bedees etc.» Em Meça, «villa muy grãde de mouros se trata muyta mercadoria». Existia no cabo de Não uma «casa de moeda que os barbaros fazê» (pág. 39). Valentim Fernandes indica ainda várias cidades e povoações que decaíram profundamente durante o século XV, sobretudo devido à acção portuguesa.

Já em meados do século XVI, Damião de Góis na sua «Crónica do Príncipe D. João» retoma a exposição da política marroquina e fornece importantes dados de geografia económica. Assim, no capítulo XV diz que Ceuta em tempo dos muçulmanos «foi mais próspera que dantes, assi de nobreza de cavalleiros, quomo de mercadores, e gente mechanica, porque has cousas se nella laurauão douro, prata, cobre, latam e outros metais eram tam perfeitas, que em artificio, e bõdade fazião auantage a todo genero do-

bra laurada em Damasco, de maneira que das desta calidade, e de pãnnos de lam, e de linho, seda tapetes, e outras cousas deste jaez, toda a Europa, e ha maior parte Dafrica se provia daquella cidade, per mercadores que nella tratauão». Mais adiante refere a existência de um vale perto de Ceuta, voltado para Alcácer, muito fértil, cheio de quintas com muita vinha, mas acrescenta «contudo has outras partes do sêrtam sem asperas, e de terra nam mui fértil, nem proveitosa». Góis acentua o valor estratégico de Ceuta como segurança não só de Portugal e Castela como até de tôda a Cristandade. No capítulo XI descreve Alcácer Ceguer cheia de «gente do mar, mercadores, e outra gente, de que a mór parte se sustentava de tecer, e fazer panos de linho muito bõs»; daí os mouros faziam dano à navegação cristã, segundo Góis, e além disso Alcácer Ceguer dominava a passagem de África para Granada. Quanto a Arzila, lê-se que «ha comarqua desta villa he mui fertil, tão que poucas daquella costa Dafrica lhe fazem auantagem, assi de fructas, quomo de sementeiras». Já da região de Tânger afirma Góis que «nam he muito fertil, nem respondem bem has sementeiras», no entanto acrescenta que «tem valles vezinhos à cidade, que por caso das agoas que per elles correm sam muito fertiles, e abundantes de pasto, em que nos tempos passados havia muitos jardins, pumares e vinhas» (capt. XXX).

As descrições de Duarte Pacheco, Valentim Fernandes e Damião de Góis concordam nas suas linhas essenciais e fornecem-nos alguns tópicos decisivos

a comparar com as informações de Zurara e outras fontes. Se delimitarmos a região africana que de Ceuta corre até o cabo Não, extraíremos dos textos citados os seguintes elementos que disponho esquematicamente :

- a) — Marrocos é zona de produção cerealífera;
- b) — Os cereais marroquinos são exportados;
- c) — Em Marrocos é muito abundante a criação de gado;
- d) — As costas marroquinas são pródigas de pescarias;
- e) — Em Marrocos existem importantes centros de indústria têxtil;
- f) — Os panos marroquinos são exportados quer para a Europa quer para o Sudão;
- g) — Do cabo Não a Ceuta distribuem-se vários têrmos das rotas do ouro;
- h) — Algumas cidades marroquinas têm uma população de mercadores, são núcleos comerciais consideráveis;
- i) — A coirama, cera, mel, etc., são importantes artigos do comércio marroquino.

Sem dúvida os cereais, o gado, etc., não se distribuem uniformemente nesta vasta área. A partir de Arzila, e sobretudo de Larache, estendiam-se até perto do cabo Não os campos cerealíferos; era dentro destes limites, mas já também nos da comarca de Ceuta, que a costa fornecia boas pescarias. A criação de gado abrangia não só estas paragens como ainda mais para o norte e oriente, de igual modo que

o ouro se disseminava por caravanas a tóda a orla marítima do Não a Tunes. Na península fronteira à Hispânia e para o Levante, em Oram e Tunes, e para o interior, por exemplo Fez, situavam-se os centros de produção téxtil.

Alguns dêstes pontos são também documentados pelo relato de Cadamosto. No capítulo VIII o navegador italiano gaba a grandíssima e extraordinária abundância de pescaria na costa africana; no capítulo XIII traça as rotas do ouro sudanês, indicando que vêm aportar a Tunes, a Oram, a Fez, Arzila, Safim e Messa; Cadamosto acrescenta, o que me parece de primacial relêvo, que os italianos e outros cristãos adquirem o ouro na Barbaria. As indicações de Rui de Pina convergem a afirmar o que temos estabelecido, pois por um lado anota que Azamor, ao entregar-se, obrigou-se ao tributo anual de doze mil sáveis, prova da quantidade exuberante de peixe (capítulo XXI da «Crónica d'el rei D. João II») enquanto noutro passo declara que a cêra para as grandes festas organizadas pelo Príncipe Perfeito veio da Berbéria (cap. XLIV), e por outro lado aponta que tóda a Berbéria recebe o ouro de Tomboctu (cap. XXXII).

Dêstes dados bem documentados de Geografia económica no século XV, infere-se naturalmente a intensidade do tráfego costeiro e terrestre no mundo norte-africano. Se bem que as crónicas fôssem escritas para exaltar os feitos de cavalaria e não para descrever as condições da vida cotidiana, é possível extrair dessas fontes, e nomeadamente da «Crónica

do Conde D. Pedro» de Zurara, a confirmação da realidade dos movimentos marítimo e por caravanas.

Encontramos no cap. XXXI que um barco de catorze mercadores mouros transporta muito trigo, cevada e legumes de Alcácer para o Reino de Granada, e o cronista sublinha que os mareantes estavam muito acostumados ao trato de mercadorias, e pouco ao exercício das armas. Um barco de Málaga, refere-se no capítulo seguinte, leva para Tânger ricos panos dourados e de sêda, suponho que para aí os trocar por ouro, cereais e outras mercadorias. Os portugueses aprisionaram na abra de Gibraltar, segundo nos revela o capítulo XXXIII, um barco com sêda fina, roupa, muitas moedas de ouro e prata, e fruta, o qual ia a Anafé «a carregar de trigo, de que os de Gibraltar eram mingoados». No capítulo XLIX conta-se como foi filhado um caravo que fôra a Málaga levar trigo e de lá trazia passa para Tânger. Ouvimos falar também de um caravo carregado de sardinha e passa (cap. LV) e de outro em Gibraltar que transportava muita roupa boa e peças de pano e jóias (cap. LV). A Larache «acudiam muitas mercadorias das outras partes do sertão» (cap. LVIII). Para Gibraltar, narra-nos o capítulo LIX, seguia uma barca carregada de trigo e farinha. No capítulo LXX escreve Zurara que os nossos tomaram duas zavras cheias de trigo e uvas. Mouros almocreves levam farinha e especiaria de Gibraltar, possivelmente para aqui trazida por barcos, como se pode vêr no capítulo LXXII. Junto ao cabo de S. Vicente navios mouros passam

com trigos e vinhos (cap. LXXVII). Perto de Ceuta Gonçalo Velho filhou um carracão de mouros que ia carregado de trigo (cap. IX do livro II). À saída de Larache encontraram os portugueses um caravo com muita louça de Málaga e pano e outra mercadoria (cap. XVI, livro II) e, além deste, outro com fruta e uma barca com muita roupa. No mesmo capítulo aparecem uma fusta e dois caravos de mouros mercadores que vinham de Tânger para Salé. Refere o capítulo XXI um barinel que leva trigo de Anafé para Granada. Um caravo grande transportava cavalos, muita cevada, mel e manteiga, para Gibraltar, diz-nos o capítulo XXII do 2.º livro. O capítulo seguinte fala de um navio que passava por Ceuta carregado de pão.

Este conjunto de citações é tanto mais significativo quanto Zurara não escreve uma obra sobre o comércio e, em geral, a vida económica e a sociedade, mas confina-se às proezas guerreiras e só incidentalmente alude à navegação mercantil e à produção: mais ainda, tais alusões só se inserem a propósito dos ataques navais dos portugueses. Por conseguinte, a «Crónica de D. Pedro de Menezes» documenta com solidês a realidade da exportação de cereais marroquinos e a existência de tráfego muito intenso ao longo da costa da Barbaria e entre a Barbaria e o reino de Granada. Recordemos que acima mostrámos a existência de relações comerciais entre o reino de Granada e Portugal e até de Portugal com o Maghreb, sendo esta segunda faceta atestada também por Zurara.

É agora talvez mais fácil compreender as razões que levaram João Afonso e D. João I à expedição a Ceuta. Na mente dos dirigentes esta conquista não era uma idéia isolada, pois Zurara com toda a clareza declara que para o rei ela constituía o primeiro passo da conquista do Norte de África: vejam-se os capítulos VII, IX e XII do Livro I da «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes». Ceuta valia em si própria, e sobretudo porque abria à penetração portuguesa dois mundos: o marroquino-mediterrâneo, e o marroquino-atlântico. Um conduziria ao campo onde a concorrência comercial era áspera, ao mercado mediterrâneo e ao Levante, o outro ao mercado sudanês. Em suma, Ceuta era a porta para as regiões do ouro, dos cereais, dos panos, das pescarias. Não se escolheu Granada devido ao fundado receio de insanável conflito com Castela e porque não rasgava os horizontes económicos como as cidades maghrebina.

Mas Ceuta valia também por si própria. Na descrição de Valentim Fernandes nitidamente se indica que é o centro principal das transações com o interior africano. Zurara é mais explícito, pois no capítulo XV do livro I da «Crónica de D. Pedro de Menezes» declara que «todos os moradores da Cidade pela maior parte eram mercadores, e officiaes, e mareantes» e por isso a gente nobre não podia residir em Ceuta, tinha de se alojar nos paços de Aljazira nos arredores afim de não molestar a população burguesa: fenómeno idêntico ao do Pôrto medieval, a

cidade dos navegadores e negociantes em Portugal, como Ceuta em Marrocos. Gois acentua também que Ceuta é povoada de mercadores e gente mecânica, especializando o fabrico têxtil como bem característico da sua economia, e aponta que a cidade é o escoadouro de mercadorias africanas. Em Ceuta encontrava a burguesia um dos têrmos das rotas do ouro do Sahará, como se vê no Atlas Catalão de 1375.

Além disso a comarca era muito fértil; Duarte Pacheco fala mesmo na abundância de pão e, embora Gois não considere produtivas as zonas em volta, encontramos na «Crónica de D. Pedro de Menezes» referências muito significativas. Não só a região devia ser densamente povoada, porquanto Zurara constantemente aponta aldeias populosas e quintas nos vales revestidos de hortas e pomares, e muito abundante de gado, pois em cada cavalgada eram apresadas centenas de bois e carneiros, como até conheceria lavoura desenvolvida mesmo de cereais. Numa das aldeias saqueadas encontraram os portugueses muito pão, vinho, legumes e roupa em abundância (cap. XXXVII do livro I) e noutra sortida cruzaram-se com três asnos carregados de pão (cap. seguinte). Quando os mouros vêem escaramuçar perto dos muros da cidade, conta-se no capítulo XL que os cavaleiros os impediram de talar alguns pães, e logo no capítulo imediato fala-se em searas que alguns moradores iam examinar quando foram surpreendidos por um corsário. O capítulo LVI indica a existência nos arredores de mēdas de pães. Em novas

incursões fala-se nos danos que os mouros causaram nos trigos: consulte-se o capítulo XV do livro II. Numa carta de doação de 12 de Julho de 1443, publicada por Pedro de Azevedo, o Regente concede a Rodrigo Afonso de Menezes umas casas, currais e herdades de pão em Ceuta.

Documenta-se, por conseguinte, a produção cerealífera na zona de Ceuta; ignoro, porém, se essa produção comportava um excelente exportável, e por isso limito-me a afirmar que Ceuta era uma das portas dos campos de pão, logo, que a sua conquista pode ter sido causada pela necessidade de cereais.

Zurara e Damião de Gois põem em relêvo o valor estratégico da cidade. Para o humanista de Quinhentos Ceuta garante a Península contra as invasões vindas do Norte de África, e por isso é a segurança dos reinos peninsulares e mesmo da Cristandade. Para o cronista de Quatrocentos Ceuta domina o estreito, e por isso é a segurança da navegação e do comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico, base de combate à pirataria sarracena. David Lopes e Jaime Cortezão vincaram êstes aspectos do problema. Mas vejamos melhor. A tomada de Ceuta incontestavelmente dificultaria o envio de reforços mouros para a Hispânia, e por isso facilitava muito a conquista cristã do reino de Granada; por êste lado parece-me inexplicável que fôsse o nosso país a empreender tal acção, que sem dúvida incumbia a Castela; que D. João I tinha consciência dêste ponto e o ponderou bem, patenteia-o o capítulo XII da «Crónica da Tomada de Ceuta», em que é apresentado como uma

das dúvidas do rei quanto ao valor da empresa. A esta objecção do rei respondeu-se (diz Zurara que o Infante D. Henrique) que auxiliar Castela seria serviço de Deus, mas como era acima de tudo insegurança do reino custa-me a crêr que D. João I aceitasse por boa a resposta. Uma hipótese muito plausível seria que a tomada de Ceuta, auxiliando o reino vizinho a conquistar Granada, seria serviço de Deus, e, por outro lado, ergueria uma barreira à expansão castelhana para o Norte de África, como de facto ergueu. Deve ainda atender-se a que no século XV as dissensões políticas entre os reinos de Granada, Fez e Tunes, e a existência de cidades-senhórios como Ceuta, não davam azo a qualquer ameaça muçulmana sobre a Península Ibérica: e tanto assim é que Ceuta pôde ser mantida e só uma vez foi cercada pelos mouros a ponto de necessitar socorro.

Cortezão preferiu acentuar que a tomada de Ceuta era um golpe contra a pirataria berbere, e David Lopes concordou que servia de apoio à navegação ítalo-portuguesa. Contudo, as flutuações dos preços das especiarias em Inglaterra baseia-as Cortezão nos estudos de Thorold Rogers, já do século passado, e que, como todos os estudos sobre a curva dos preços no século passado realizados, não oferecem hoje garantias quanto ao método de construção; seria imprescindível confrontá-los com os muitos recentes de Beveridge. Que assim não seja. A carreira das naus de Flandres, organizada pelo sistema de comércio, não só tinha um ponto de apoio no porto mu-

gulmano de Málaga como ainda difficilmente seria prejudicada pelo côrso.

A quem conhece a amplitude e intensidade do tráfego marítimo no Norte de África e com o Reino granadino, e compulsa, por exemplo, a «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes», onde a cada passo os feitos do mar dos portugueses consistem quasi só de acções de pirataria contra a florescente navegação commercial dos mouros, immediatamente resalta a idéa de que a Ceuta cristã era base naval da guerra de côrso dos portugueses e não de ataque à pirataria berbere.

É preciso mesmo ir mais longe. O que se tem dito quanto aos obstáculos creados pela pirataria é absolutamente insustentável e não se adapta às condições económicas da época. A actividade de corsário não se opunha ao comércio, era, e sê-lo ia ainda nos dias heróicos de Sir Francis Drake e da Companhia Holandesa das Índias Orientais — a primeira grande sociedade por acções — a forma mais nobre do comércio, porque implicava feitos guerreiros, que para a mentalidade dêsses séculos são éticamente superiores às transacções mercantis. Quando era possível apresar, saltear, roubar, não se comprava nem vendia. Não se tem notado que os títulos de muitos capítulos dessa crónica de cavalaria que é o crónica do Conde D. Pedro de Menezes referem os *roubos* praticados pelos cavaleiros. Dado que a pirataria era uma actividade económica normal, regular, lícita e até orientada pelos monarcas — haja em vista as reclamações portuguesas aos reis

de Castela e Inglaterra e ao duque de Holanda — impõe-se concluir, com Crone, no seu prefácio à edição inglesa das «Viagens de Cadamosto», que a pirataria não interrompia o comércio.

Não fomos, pois, a Ceuta para garantir a segurança da Península nem para destruir a pirataria muçulmana, pelo menos como objectivos primaciais.

Os resultados da discussão do problema do primeiro grande passo na expansão portuguesa sintetizam-se nos seguintes tópicos:

- a) — A iniciativa pertence a João Afonso e a D. João I, ou seja ao ministro e ao rei burgueses;
- b) — A conquista de Ceuta, integra-se num plano de expansão portuguesa no Norte de África;
- c) — Ceuta era a porta do mercado do ouro e dos cereais e da costa das pescarias;
- d) — Ceuta abria o caminho para dois mundos comerciais: o Mediterrâneo e o marroquino-sudanês;
- e) — Ceuta era base naval para a pirataria portuguesa interceptar o tráfego marítimo dos mouros;
- f) — Ceuta tapava a expansão castelhana para o Norte de África.

Eu sei que se tem objectado a grande despesa que a ocupação de Ceuta acarretou. Os judeus da metrópole pagavam os ferreiros que trabalhavam em Ceuta, e das receitas dos almoxarifados da Guarda,

Guimarães e Vila Real se tirava dinheiro para pagar as despesas da praça africana, como se pode ver das cartas de quitação publicadas na colecção dos «Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos». De Portugal iam mesmo abastecimentos para Ceuta. Em cartas de privilégio nessa mesma colecção editadas estimula-se o fabrico de louça em Lisboa para levar mantimentos para a cidade marroquina. Numa carta de lembrança de conta de 4 de Agosto de 1446 refere-se o envio de trigo para Ceuta, e numa carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 indica-se a expedição de milho. Nas côrtes de Lisboa de 1456, Viana, Ponte do Lima e Vila do Conde protestam contra a utilização dos seus navios para levar pão a Ceuta (Costa Lobo: *História da Sociedade em Portugal*, pág. 568). Na discussão sobre se se deveria ou não manter Ceuta depois de tomada, o partido dos que defendem o abandono argumenta que terá de manter-se com rendas da metrópole por não ser lugar de lavoura e casais, e o outro partido objecta tão só que não é legítimo antepôr o proveito à honra. Tal é o relato de Zurara. Não vejo, porém, que aceitar que Ceuta só daria despesa se permanecesse conquistada isolada destruía as conclusões a que acima chegámos. Mas é possível ir mais longe. A afirmação de que o lugar não se prestava à lavoura é nitidamente errada. Os portugueses procuraram mesmo povoar e cultivar os arredores, como ressalta de algumas cartas de doação. Em 1415 o rei doa ao conde de Barcelos os paços de Aljazira «com tôdas suas entradas e saídas e direitos e per-

tenças». Dois anos depois mosem João de Pomar recebe o castelo de Larotona e as casas que nêle estiverem, e no ano seguinte o vale de Bulhões é doado a João Pereira, com «todalas quintãss e casaees e herdades e bens» e ainda com «todas suas rendas e dereitos e trabutos e foros».

Admito, no entanto, que as tentativas de povoamento e cultivo não surtissem pleno resultado, mas por duas razões: em primeiro lugar, Ceuta permaneceu dezenas de anos conquista isolada, de modo que não era possível dominar uma área considerável e os mercadores mouros não perdiam a esperança de a recuperarem; em segundo lugar, está um êrro muito grave dos portugueses: os nobres que iam a Ceuta pretendiam enriquecer rapidamente e regressar ao reino, de modo que, em vez de protegerem a colonização portuguesa e as aldeias dos mouros, preferiam, em freqüentes cavalgadas, roubar gado, saquear povoações e apresar cativos que pagavam bons resgates. Que fortes exemplos de desenfreada cubiça não perpassam na «Crónica de D. Pedro de Menezes», como a acção de D. Duarte de Menezes que vai roubar gado de aldeias mouras que êle foi informado estarem em festa de bodas! Como o caso dos portugueses vencedores que são mortos enquanto andam a roubar nos cadáveres dos inimigos!

Quanto às despesas do Estado com Ceuta, ainda se não estabeleceu a situação das finanças públicas no século XV para podermos emitir opinião segura. Basta relevar que os dirigentes, ao suplicar conces-

sões pontifícias, tinham visível interesse em esconder as vantagens, carregando os inconvenientes.

Mas é seguro que, mesmo se acarretou prejuízo para o Estado, a ocupação de Ceuta beneficiou os particulares, pois muitos nobres e escudeiros lá enriqueceram com as suas depredações e os mercadores também lucraram. Com efeito, não é crível que o ouro deixasse de afluir a Ceuta, nem que a sua conquista cortasse o comércio português com os mouros. Na «Crónica de D. Pedro de Menezes» há positiva evidência do contrário. É, no capítulo LXXXII do livro I, o conde que manda construir casas para mercadores. É, no capítulo XXII do livro II, a descrição da passagem pelo porto das galés de Veneza, durante a qual o conde e muitos portugueses compraram mercadorias no valor de 6.000 ducados, que pagaram em ouro e em troca de mercadorias da cidade: esse ouro só do Sudão podia vir; Zurara declara que em Ceuta havia «então homens de boas fazendas, especialmente aquêles que tratavam sobre mar». Querê dizer, não só o ouro continuava a afluir à cidade, como ainda nela existiam fortunas provenientes do comércio marítimo. Quando o conde vem ao reino trás muitas jóias, ouro e prata (Cap. XI do livro II). A ocupação de Ceuta beneficiou aos particulares, contudo a partir da quinta década do século, o Norte de África deixou de nos interessar como termo das rotas do ouro porque tínhamos alcançado mercados muito mais próximos da origem.

Em resumo, quanto à ocupação de Marrocos há a observar :

1.º — Os particulares beneficiaram com a ocupação do Norte de África;

2.º — Ignoramos se o Estado beneficiou ou perdeu com a ocupação do Norte de África porque não podemos estabelecer com segurança o estado das finanças públicas ;

3.º — As causas da decadência marroquina na 2.ª metade do século XV e no século XVI foram :

a) — Ausência de política de colonização e de fomento agrícola e industrial ;

b) — Depredações e conseqüente despovoamento provocado pela cubiça desenfreada dos cavaleiros — mesmo fenómeno que no Império Oriental;

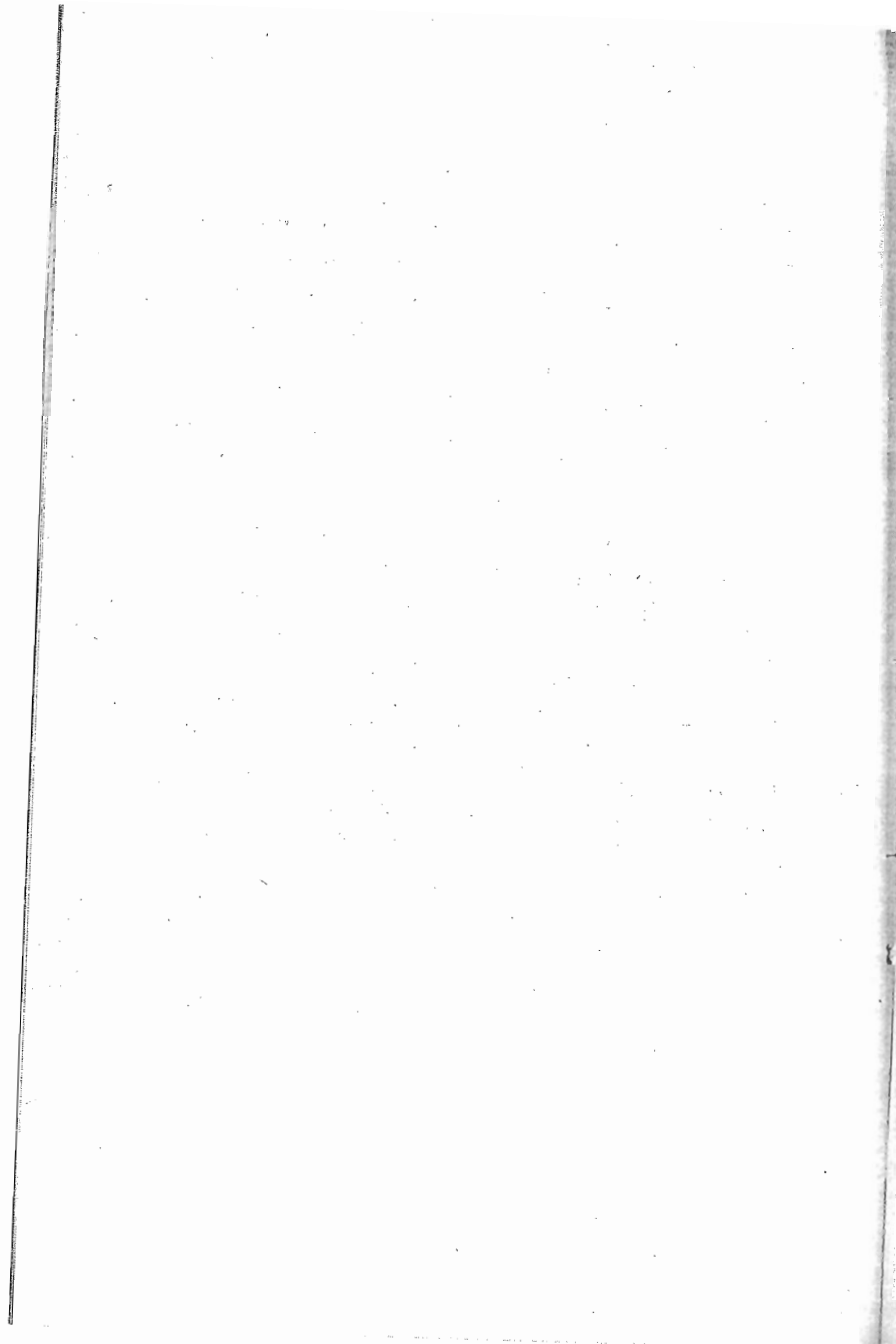
c) — Desorganização das finanças públicas ;

d) — Desvio do comércio do Sudão com Marrocos para a costa da Guiné, iniciado entre 1442 e 1448 e depois acelerado ;

e) — Estado de guerra provocado pela intervenção do imperialismo português.

Sem dúvida, estranhar-se-á a nossa afirmação da persistência do comércio de Ceuta com o mundo africano, porque se julga tal comércio incompatível com o estado de guerra permanente. Conhecemos o risco de transpor para um século atrás informações de autores do século XVI, mas me não me repugna aduzir para a questão os «Anais de D. João III» de

Frei Luiz de Sousa, aliás baseados, no que a Marrocos se reporta, nos «Anais de Arzila». Ora, aí vemos que as caravanas transitavam entre as hostes rivais, que delas colhiam informações quanto ao inimigo a trôco de boas recompensas; mais ainda: ainda os combates não tinham cessado, e já para os dois campos adversos se precipitavam mouros e portugueses alfaqueques que negociavam no resgate de prisioneiros. Veladas alusões na «Crónica de D. Pedro de Menezes», por exemplo, sugerem situação semelhante no século XV. Julgo decisivo argumentar que as dissensões políticas entre os reinos mouros eram tão fortes que não só obstaram a uma acção comum contra Ceuta, como até levaram chefes muçulmanos a aliarem-se ao conde português, que, aproveitando essas discórdias, tentou obter Alcácer por manejos diplomáticos, como refere o capítulo VIII do livro II da Crónica de Zurara; repare-se agora que essas contendas políticas não impediam que os reinos de Fez, Granada e Tunes formassem uma unidade económica.



§ 6 — Políticas de expansão

POR mar também os portugueses mantinham relações comerciais com o resto do Norte de África, quer sob a forma de pirataria quer sob a forma de transacções pacíficas.

As fustas e outros barcos de Ceuta constantemente percorriam toda a costa. Em Gibraltar, aponta a «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes», encontravam-se duma vez sete barcos de Castela (Cap. LII); nessa mesma altura estavam em Castela muitas barcas carregadas para a Berbéria (mesmo capítulo). Ainda antes de 1418 fustas de Ceuta vão piratear para Larache e Mamora (Cap. LIII). O próprio conde organizou uma expedição marítima a Larache e Salé (Cap. LVIII). Fustas portuguesas noutra ocasião navegam nas águas de Arzila e Larache (Cap. XVI do livro II). Mais significativo é, no entanto, que Zurara diga de Afonso Martins Caiado que fôra a Larache muitas vezes por mar, o que denota a frequência regular dêsse pôrto para comércio (Cap. LVIII), e que se refira a um castelhano que também aí fôra três vezes num só ano pôr mercadoria (mesmo capítulo). Outra passagem da crónica fala-nos de portugueses que vão a Tunes vender mercadorias roubadas em dois barcos mouros e resgatar os cativos (Cap. XLVII).

Só a persistência dêste comércio marítimo e terrestre pode explicar, parece-me, que Ceuta seja tão freqüentada por barcos portugueses e estrangeiros, como em vários capítulos da mesma crónica se aponta; também nela se atesta a freqüente ida de embarcações para a pesca ao longo de tôda a costa marroquina.

É fundamental para a compreensão do desenvolvimento posterior da expansão portuguesa a existência dêste activo tráfego marítimo quâsi totalmente exercido por particulares. A documentação de que dispomos não permite calcular com rigor a amplitude da penetração comercial portuguesa no Norte de África durante o reinado de D. João I. Muito possivelmente os portugueses navegavam até às Canárias. Sabemos ainda por Zurara que o conde D. Pedro de Menezes procura obter informações âcerca do interior africano. Por outro lado, se os cristãos não conseguiram ser admitidos às rotas saharianas e sudanesas, os judeus freqüentavam essas regiões e desempenhavam importante papel no comércio interior, e as suas informações foram consignadas pelos cartógrafos judeus de Maiorca dos séculos XIV e XV.

Como actuavam depois da tomada de Ceuta as mesmas causas de expansão que a ela tinham conduzido, as navegações e conquistas podiam seguir três rumos: metódica ocupação de Marrocos, ou progressão ao longo da costa atlântica para o sul do cabo Não, ou intervenção na concorrência económico-política no Mediterrâneo.

Não temos dados para afirmar a existência de um plano sistemático de expansão mediterrânea, mas há alguns indícios que seriam satisfatoriamente explicados pela suposição de que tal idéia não foi de todo estranha ao Portugal de Quatrocentos. Relata Zurara na «Crónica da tomada de Ceuta» que a rainha da Sicília pretendia casar com D. Duarte, mas que, estando já tratado o casamento do príncipe herdeiro, o rei mandara propôr o matrimónio com o infante D. Pedro. Os casamentos dos dois infantes pertencem à Casa de Aragão, e depois o filho de D. Pedro disputará a corôa aragonesa. Quando se realizaram os preparativos para a expedição de 1415, no estrangeiro chegou-se a supôr que Nápoles seria o objectivo, e o rei de Aragão também receou o ataque. Todos êstes indícios são demasiado ténues e vagos para suscitar uma interpretação coerente, sem serem, porém, inteiramente para desprezar. As duas tentativas de D. Duarte de Menezes contra Tetuão ainda em vida do pai talvez signifiquem a idéia de expansão ao longo da costa mediterrânea do Norte de África (*). O projecto do Infante D. Henrique, em 1419, de conquistar Gibraltar pode estar relacionado com uma possível dilatação pelo Mediterrâneo. Aventaria a hipótese de qua tais idéias vagas não chegaram a definir-se porque se tinha a noção de que Veneza, Génova, Aragão e o Egito dominavam o Mediterrâneo de modo que qualquer tentativa aí esbarraria com a oposição decidida dessas potências.

(*) Mas podem significar apenas que Tetuão era necessário para a segurança de Ceuta.

Fechado o caminho do Levante pelo Norte de África, restavam unicamente a política de extensão territorial em Marrocos e a política de progressão marítima para o sul. Estas duas orientações não eram necessariamente antagónicas, pode até dizer-se que se completavam. Mas condições sociais-económicas vão cindi-las e colocá-las frente a frente.

É enigmático que D. João I não prosseguisse a conquista encetada, mas devemos recordar-nos dos enormes recursos financeiros e militares que uma empresa como a de Ceuta exigia, implicando para mais todos os gastos de uma ocupação. Parece natural, por consequência, que despontasse a idéia de alcançar directamente as regiões produtoras do ouro ⁽¹³⁾, evitando a prolongada guerra para senhorear o reino de Fez e substituindo as actividades guerreiras pelas relações comerciais pacíficas. Idéia, note-se bem, incompatível com os interesses de expansão da nobreza e interessando essencialmente as classes urbanas.

Zurara, é certo, sublinha fortemente que nenhuns mercadores nem mareantes se intrometeriam de se aventurar a paragens desconhecidas, porque só navegam para onde conhecidamente há proveito, e por esta razão os descobrimentos não podiam ter sido de sua iniciativa. Zurara teria razão, se pudesse demonstrar que os mercadores ignoravam as vantagens da navegação para o sul do Bojador, o que é inteira-

⁽¹³⁾ Cf. Visconde de Lagôa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, Introdução.

ramente inadmissível dados os testemunhos convergentes da cartografia e das fontes narrativas.

A importância que tinha para a burguesia a expansão marítima não escapou aliás ao próprio Zurara, pois no mesmo cap. V da «Crónica da Guiné» nos fala que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado, e se levariam para lá das que em estes reinos houvesse, cujo tráfego traria aos portugueses manifesto proveito. Mais explícito, e também coevo, é Diogo Gomes: «Este mar arenoso, os cartagineses, agora chamados tunísios, em caravanas levando às vezes 700 camelos, atravessaram até o lugar chamado Tambucutu e a outro país Cantor, em demanda do ouro arábico que aí se encontra em grande cópia», e acrescenta que o conhecimento deste facto «moveu a inquirir daquelas terras pela água do mar». Valentim Fernandes declara também que o descobrimento da costa africana se empreendeu porque havia «notícia dos mouros q hiã por ouro cõtra esta parte occidental» (pág. 39). Jerónimo Munzer no seu Itinerário supõe de igual modo que os portugueses pretendiam desviar o ouro que sabiam ir para o reino de Fez.

Mais do que ao comércio do ouro, é costume ligar a expansão portuguesa desde o início ao comércio das especiarias, e alguns historiadores baseiam-se até nesta conexão para corroborar a hipótese de que o Infante D. Henrique tinha por um dos objectivos atingir a Índia. Mas, se há múltiplas referências documentais ao desejo de alcançar as regiões aurí-

feras e de obter escravos, escasseiam as alusões ao fito de entrar em contacto directo com as zonas produtoras das especiarias, na primeira metade do século XV.

A fonte principal é Cadamosto. No capítulo I da sua *Navegação Primeira* lemos: «...: e protestaram além disso, que não se podia voltar sem grande ganho e que se alguém da nossa Nação (Veneza) queria cometer a viagem, faria nisso uma coisa muito grata ao Sr. Infante, que lhe faria mercê, pois presumia, que nas ditas terras se descobririam especiarias e outras coisas boas, de que os Venezianos eram mais conhecedores do que nenhuma outra Nação». A viagem que os portugueses propõem aos venezianos evidentemente tomava rumo para a Guiné e, por conseguinte, Cadamosto refere-se à esperança de D. Henrique de encontrar as *especiarias africanas e não as orientais*. Esta informação é corroborada pela carta de Antoniotto Uso di Mare, que conta aos seus crêdores que entrou no rio Gâmbia em 1455 «sabendo que neste país se colhe ouro e malagueta».

O primeiro contacto directo de portugueses com os vendedores africanos de especiarias da Guiné deu-se na região do rio Grande (Geba, na actual Guiné portuguesa). Assim indica Diogo Gomes: «E assim passámos o rio de S. Domingos e outro rio grande que se chama Fancaso, para lá do rio Grande. ...E a meio da maré ficou o mar bastante manso, e vieram os mouros de terra nas suas almadias, e nos trouxeram suas mercadorias, a saber, panos de sêda

ou algodão, dentes de elefantes, e uma quarta de malagueta em grão e nas suas cascas tal qual cresce, com o que muito me alegrei». Esta informação é confirmada por Jerónimo Munzer no apêndice ao *Itinerário*: «Em seguida chegaram os portugueses ao rio de S. Domingos, onde encontraram malagueta, algodão e dentes de elefante; e toda a malagueta nas suas cascas».

Mas desde quando e como se conheceriam as especiarias africanas em Portugal? No capítulo II do Livro II da *Década I*, João de Barros informa-nos: «E não somente neste tempo por mandado de el-rei depois que começou a governar, mas ainda por o mesmo Infante D. Henrique que como atrás vimos viveu até o ano de quatrocentos sessenta e três: sempre houve conquistas e descobrimentos, assim como da costa donde veio a primeira malagueta, que se fez por o Infante D. Henrique. Da qual alguma que em Itália se havia, antes deste descobrimento, era por mãos dos mouros destas partes da Guiné, que atravessavam a grande região de Mandinga e os desertos da Líbia, a que eles chamam Saará, até aportarem em o mar Mediterrâneo em um porto por eles chamado Mundi barca e corruptamente Monte da Barca. E de lhe os italianos não saberem o lugar de seu nascimento, por ser especiaria tão preciosa lhe chamaram Grana paradisi, que é nome que tem entre eles». Discorrendo acerca da povoação de Guaden, relata Cadamosto: «Não têm habitação fixa, mas andam sempre vagueando por aqueles desertos; vão à terra dos Negros, e vêm também a esta nossa

Barbaria de cá (costa mediterrânea ocidental de África), são em grande número, têm cáfila de camêlos, e nêles acarretam cobre, prata e outras cousas da Barbaria para Tombuto e terras dos Negros, donde trazem ouro e malagueta, que conduzem para cá (Mediterrâneo).» (Cap. IX da Navegação Primeira).

Vê-se, portanto, que a malagueta era exportada da Guiné para a costa do Norte de África e aqui comprada pelos venezianos, mas êstes só a obtinham em pequenas quantidades e por isso sobejamente a apreciavam.

A viagem de Diogo Gomes ao Rio Grande é de 1456, e foi, parece, nesta viagem que pela primeira vez obtivemos directamente a malagueta. Cadamosto chegou a Portugal em 1454 e realizou a sua primeira navegação em barcos portugueses no ano seguinte; também de 1455 é a viagem de Uso di Mare à procura de ouro e malagueta. Consideremos conjuntamente os seguintes factos:

- a) — As especiarias da Guiné eram conduzidas a um pôrto do Mediterrâneo;
- b) — Nesse pôrto eram compradas pelos venezianos;
- c) — A Europa conhecia-as pelo intermédio dos venezianos;
- d) — Obtinham-se muito pequenas quantidades de tais especiarias;
- e) — A única fonte a apontar que D. Henrique viajava as especiarias é Cadamosto;

- f) — As especiarias apontadas por Cadamosto como objectivo henriquino são as africanas;
- g) — Cadamosto vem para Portugal em 1454, e a sua primeira viagem com *Uso di Mare* é de 1455.
- h) — Em 1456 os portugueses obtêm a malagueta directamente da Guiné.

Estes dados autorizam uma hipótese: a busca portuguesa das especiarias africanas é conexas a uma solicitação económica de Veneza, interessada em obter maior porção de tão preciosos grãos. Esta hipótese ainda se torna mais provável se atendermos às amistosas relações de Portugal e Veneza na primeira metade do século XV (o que não obsta a que na segunda metade desse século os portugueses procurassem arrebatá-lhe o monopólio das especiarias asiáticas). Talvez não seja arbitrário ir mais longe, e relacionar a vinda do veneziano Cadamosto para Portugal com o interesse de Veneza no descobrimento e estabelecimento de uma nova rota das especiarias africanas: pois não é estranho que abandonasse a meio caminho o negócio da Flandres, de lucro certo, só porque o acaso de uma borrasca o levou ao Algarve? e não é de supor que tivesse ligações com o veneziano Patrício de Conti que estava em Portugal? ⁽¹⁴⁾

Das citações feitas devemos depreender que um

⁽¹⁴⁾ A fragilidade da discussão precedente reside, segundo Veiga Simões, na falta de confiança que oferece o texto de Cadamosto.

dos problemas básicos que se apresentavam (não importa agora se por factores internos se por influências externas) ao Portugal de Quatrocentos era atingir a região do ouro, da malagueta e dos escravos, por conseguinte, um objectivo nitidamente comercial, relevando do grupo dos mercadores e armadores.

Mas, a-pesar do que objectámos a Zurara, não é impossível que o cronista acerte ao supor que a iniciativa de ultrapassar o Bojador não pertenceu aos mercadores. Não sabemos ao certo quando, como e por quem começaram as navegações propriamente de descobrimento. Parece-me razoável concordar com Duarte Leite que tudo o que é legítimo afirmar quanto a datação se limita a que se situa entre 1419 e 1425, ou seja, entre o descêrco de Ceuta e a expedição às Canárias e o início do povoamento da Madeira. A quem cabe a iniciativa? É perentória a concordância das fontes: Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto, Rui de Pina, Duarte Pacheco, Jerónimo Munzer, Valentim Fernandes, João de Barros, Damião de Góis, António Galvão, atribuem-na inequivocamente ao Infante D. Henrique, o que é confirmado por cartas de D. Afonso V e por declarações do próprio Infante. Nem tôdas estas fontes merecem confiança, porque são já deformadas por aquilo que com propriedade se denomina a *Lenda Henriquina* ou são evidentemente interessadas em esbater a odiada figura do Infante D. Pedro. Aceitemos, a-pesar de tudo, que a iniciativa partiu de D. Henrique. Se não me engano, não se têm, porém,

marcado as razões porque a iniciativa partiria do regedor e governador da Ordem de Cristo.

A argumentação de Zurara, de que não podiam ser os mercadores a empreender os descobrimentos, está viciada pela inexactidão da premissa: que se ignorava o proveito a tirar das regiões a descobrir. No entanto, consideramos justo admitir que a iniciativa não partiu de qualquer particular: efectivamente, para que se encetasse e prosseguisse, poder-se-ia julgar indispensável uma prévia acumulação de capitais em escala não reduzida, de maneira a manter uma despesa que não se sabia quando seria compensada por futuros proventos. Tanto assim que o primeiro acto da expansão portuguesa só pelo Estado pôde ser organizado.

Ora, no século XV as ordens militares não são já o que foram outrora. A evolução da Ordem dos Templários dois séculos antes dá-nos a chave para compreender as outras ordens posteriores; quando Filipe o Belo a atacou e destruiu, a Ordem dos Templários tinha-se transformado principalmente na mais influente organização financeira da época. As ordens militares dos séculos XIV e XV não correspondem já à mesma necessidade político-religiosa que as gerou, e constituem em grande parte poderosas concentrações de propriedades fundiárias e de riqueza mobiliária, tanto mais que algumas, por exemplo a de Cristo, herdaram os bens de ordens anteriores. Por consequência, as ordens de cavalaria também devem considerar-se forças sociais-económicas, e pelas suas disponibilidades dão azo a novos

empreendimentos de frutuoso alcance. As investigações de Werner Sombart (veja-se, por exemplo, *O Burguês* e *O Capitalismo Moderno*) mostraram, embora exagerando-a, a função das organizações fundiárias e do Estado na génese do capitalismo moderno; tal idéia pode e deve ampliar-se de modo a abranger as ordens militares; de resto Sombart revelou também com finura a quota das expedições militares e do espírito guerreiro a elas conexo para as origens das empresas e do espírito de empreendimento. Não curo agora dos móveis do Infante D. Henrique e dos seus cavaleiros, limito-me a integrar a sua ordem no sistema das forças económico-sociais da época e a explicar por aí por que a iniciativa partiu de uma organização como esta, independentemente dos fins que se propunha. Acrescento que as grandes casas nobres se aproximam do que dissemos quanto às ordens militares.

Não nos iludamos, porém. A possível iniciativa da Ordem de Cristo e da Casa Senhorial de D. Henrique só pode compreender-se sobre a larga base do tráfego marítimo português particular ao longo das costas da Barbaria. A navegação particular não cessou com as viagens ordenadas pelo Infante, e depois de 1442 revelam-se várias iniciativas privadas no prosseguimento da exploração da costa africana. É este um tema quasi inteiramente por desbravar. Sistemáticamente, todas as crónicas atribuem todos os empreendimentos ao Infante D. Henrique, e nas cartas oficiais nota-se a mesma tendência. No entanto, descortina-se, através das contradições das fontes,

que nem sempre assim deve ter acontecido. Muitas vezes um particular ou grupo de particulares pedia ao Infante autorização para navegar para a Guiné ou concessão de alguma ilha para colonizar, e, ou o cronista que relata a viagem a reporta a projecto de D. Henrique, ou a carta de doação, para manter a majestade dos direitos senhoriais, adscrive ao doador a idéia de colonização. Norma geral, os feitos dos servidores são transferidos para a glória do senhor.

Exemplifiquemos. Zurara diz que Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, a que se associou Bartolomeu Perestrelo, pediram ao Infante licença para povoar Pôrto Santo, ao que este acedeu; Diogo Gomes atribui a Gonçalves Zarco e a Tristão Teixeira a iniciativa do povoamento da Madeira, que teria agradado a D. Henrique; mas na carta de doação da Madeira de 1 de Novembro de 1450 o filho de D. João I reivindicou para si o mérito e na carta anterior, de doação de Pôrto Santo, de 1 de Novembro de 1446, marca idêntica posição. Ignoramos se as viagens de descobrimento ou redescobrimento destas ilhas foram ou não ordenadas pelo governador da Ordem de Cristo. Incerteza ainda mais obscura paira quanto ao reconhecimento e povoamento do arquipélago açoreano, nem sequer há quaisquer indícios que levem a atribuir a mandado do Infante a viagem de Diogo de Silves (15) de 1427 e a viagem de Diogo de Teive que em 1452 abordou às ilhas Flores e Corvo,

(15) De Silves, e não: de Sunis (como ainda transcrevemos em *Documentos sobre a Expansão*, vol. I), segundo a mais recente leitura, proposta por Damião Peres.

esta última ilha doada a D. Atonso Duque de Bragança, pelo rei em carta de 18 de Junho do ano seguinte. António de Noli, ainda em vida de D. Henrique, descobre parte do arquipélago de Cabo Verde mas não parece que por mandado dêsse Infante.

Ao Infante D. Fernando, irmão do rei, concedia o monarca já em 17 de Novembro de 1457 as ilhas que viesse a descobrir. Os exemplos mais frisantes são, contudo, fornecidos por Zurara. A grande expedição de 1445, composta de 14 caravelas e uma fusta, que tinha por objectivo ocupar ou pelo menos despovoar a ilha de Tider, tem uma importância tal que preenche mais de 1/4 dos capítulos da «Crónica da Guiné»; pois bem: é de inteira iniciativa dos armadores de Lagôs, e o Infante não faz mais do que dar a sua aprovação. Álvaro Fernandes é enviado em 1446 por João Gonçalves Zarco com uma caravela a fim de seguir mais à frente quanto pudesse, como se lê no capítulo LXXXVII, e percorre 110 léguas para diante de Cabo Verde. Nesse mesmo ano Nuno Tristão armara uma caravela com que fôra a descobrir para o sul de Cabo Verde (Cap. LXXXVI), anteriormente à viagem de Fernandes. A viagem de Gomes Pires é também de sua iniciativa própria.

Estes factos autorizam-nos a rejeitar a cómoda concepção de que tôdas as navegações de 1415 a 1460 se devem a D. Henrique, e, embora não possamos medir rigorosamente a amplitude relativa dos impulsos dados pelo Infante e por particulares (16),

(16) Veja-se, em todo o caso, o final da última nota ao Cap. III do vol. II dos *Documentos sobre a Expansão*.

podemos contudo assentar que houve uma pluralidade de iniciativas que a glória do Infante não deve ofuscar. É de admitir que tais empreendimentos privados borbulhassem sobretudo depois de 1442, aproximadamente desde a altura em que se obtiveram os primeiros escravos e se realizou o primeiro resgate. Zurara, e João de Barros que o segue, registam até essa data forte oposição à política de descobrimentos de D. Henrique, porquanto a nação só via as pesadas despesas que acarretavam sem que resultassem quaisquer vantagens desse projecto obstinado; mas tudo mudou quando houve a antevisão segura de substanciais proveitos.

A aceitarmos estas informações (que não merecem excessiva confiança) não podemos determinar bem quantos anos o Infante lutou sozinho. O reconhecimento do arquipélago da Madeira efectuou-se depois de 1419 mas possivelmente não resultou de determinação de D. Henrique, antes da navegação para as Canárias. Mesmo no que respeita ao descêrco de Ceuta, nesse ano, afoitamente afirmamos que o filho terceiro de D. João não desempenhou papel de relêvo, limitou-se a cumprir estritamente as ordens reais. Só a partir de 1425 se documentaria com mais clareza a sua actividade, pois nesta altura se inicia o povoamento da Madeira, e nesse mesmo ano D. Fernando de Castro é enviado com uma armada à conquista das Canárias.

Infelizmente, o povoamento da Madeira não parece ser de sua iniciativa (antes cabe aos povoadores e ao injustamente esquecido rei D. João I) e a expe-

dição às Canárias, que não implica actividade descobridora mas tão só a prossecução do plano marroquino, deve ter sido organizada pela corôa (como sugeriu Jaime Cortezão), pois um particular, mesmo investido com senhorios, não tinha o direito de realizar por sua conta conquistas de graves consequências internacionais.

Repugna-me a crêr que a passagem do Bojador levasse tantos anos quantos nos dizem os cronistas e os historiadores, pois a cartografia e a informação oral não podiam deixar dúvidas de que as terras para o sul eram habitadas. Possivelmente os mareantes e mercadores, que só navegam, no dizer de Zurara para onde esperam proveito certo, temiam as correntes junto ao cabo preferiam piratear na Barbaria, e foi necessária a intervenção do Infante para realizar o feito, o que talvez não tivesse necessitado muitas tentativas. Depois de ultrapassado o Bojador o interesse em prosseguir esmorece de tal modo que até 1440 só se realizaram três viagens, incluindo a passagem primeira por Gil Eanes; ora, de 1441 a 1447 realizam-se nada menos de vinte viagens. A interrupção das navegações a partir de 1436 explica-se, em parte pelo menos, pela expedição a Tânger e pelas dissidências em torno da Regência. Em todo o caso, vê-se que a intervenção do Mestre de Cristo não foi muito enérgica.

Mas novo problema desponta. Por que se interrompeu em 1436 a faina de descobrir para realizar a expedição a Tânger? A «Crónica de D. Duarte» de Rui de Pina oferece, pelo menos aparentemente,

a mesma razão que Zurara apontara para a tomada de Ceuta: D. Fernando, o filho mais novo do rei de virtuosa memória, desejava ser armado cavaleiro e, pelo seu mérito pessoal, conquistar a honra e o prestígio social que lhe competiam e, como os seus irmãos anos atrás, pensava em correr mundo. Jaime Cortezão e David Lopes descortinaram, porém, explicação mais plausível.

Há muito se arrastava a contenda diplomática entre Portugal e Castela quanto ao direito de conquista das Canárias e de Marrocos. No Concílio de Basileia de 1435 os protestos castelhanos tinham sido atendidos, e, em nova Bula de 31 de Julho de 1436, Eugénio IV restringe a validade da anterior Bula, em que concedera ao rei português as Canárias, ao caso de verificar-se a condição da inexistência de anteriores direitos, e admoesta D. Duarte a bem ponderar a questão para que não levante injustificados conflitos com o monarca castelhano. Castela podia de um momento para o outro fazer valer pela ocupação efectiva o direito que lhe fôra reconhecido;urgia, por conseguinte, atalhar rapidamente a expansão castelhana, conquistando em África uma praça que comandasse ulterior dilatação territorial. Ceuta domina o estreito pelo Levante, Tânger domina-o pelo Poente; a tomada de Tânger obstava a que Ceuta ficasse separada da metrópole pelo estabelecimento dos castelhanos na parte ocidental do promontório fronteiro à Hispânia e evitava o cerco militar a Portugal que resultaria da ameaça às costas algarvias. Estas ra-

zões político-estratégicas teriam decidido o Infante D. Henrique e o rei.

A hipótese dos dois historiadores é aceitável, e a única dificuldade que permanece reside na Bula de Eugénio IV datada de 8 de Setembro de 1436; com efeito o Papa aplaude a idéia de D. Duarte de arrancar das mãos dos infiéis as terras por eles ocupadas, roga a toda a Cristandade que o auxilie, concede plenária remissão dos pecados aos que no empreendimento participarem, e estabelece que ficarão sujeitas à corôa portuguesa as terras conquistadas aos infiéis. As concessões desta Bula vão evidentemente contra os princípios que nas anteriores se estabeleceram e certamente desagradaria a Castela. Seja como fôr quanto à explicação da atitude pontifícia (sabemos, pelas investigações de Domingos de Maurício, da intensa actividade diplomática portuguesa junto da Santa Sé neste período), não há dúvida que esta Bula incitaria os castelhanos a uma acção militar para colocar a Santa Sé e Portugal perante o facto consumado, e por isso impunha-se à corôa portuguesa uma decisão imediata se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias.

Se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias, dissemos nós. Ao que se me antolha, não se tem prestado a merecida atenção a este ponto. A tentativa contra Tânger só é justificável do ponto de vista de um plano de sistemática conquista de Marrocos e da idéia de um monopólio português dessa conquista. A expedição a Tânger

foi fruto da concorrência de dois países em expansão e também fruto do desejo de remediar os inconvenientes resultantes do isolamento de Ceuta.

Acontece que a conquista marroquina aparece não só desligada como mesmo divergente das navegações de descobrimento. Poderíamos supô-las harmonizáveis e até conexas, se não atendessemos a que a primeira envolve um esforço financeiro hercúleo e uma tal concentração de força militar e naval que são incompatíveis com a continuidade da exploração marítima, tanto mais que aos gastos iniciais há a acrescer as despesas posteriores de ocupação.

Da crónica de Rui de Pina ressalta que a empresa de Tânger quasi foi imposta ao rei por D. Henrique, e não vejo motivos convincentes para desacreditar inteiramente o cronista. É suficiente, no entanto, admitir que a idéia era de D. Henrique e que não agradava completamente a D. Duarte, cujas próprias dúvidas eram reforçadas pelos outros irmãos. Lendo atentamente Rui de Pina constata-se que a explicação apresentada não é tanto a oportunidade de armar cavaleiro o Infante mais novo como o descontentamento de D. Fernando e possivelmente outros nobres quanto à exiguidade das suas terras e à insuficiência das rendas que usufruíam. O cronista declara que D. Fernando se queixou ao rei porque possuía unicamente Atouguia, Salvaterra de Campo e o Mestrado de Aviz e porque «lhe parecia que com estas cousas ainda em honra, terras e rendas era desigual em muita parte aos Infantes seus irmãos, mostrava de si grande

descontentamento», e falava ao irmão «para abrir caminho de acrescentar mais seu Estado» (capt. X). No estrangeiro, pela maior largueza das terras, teria mais esperança do seu acrescentamento, embora com trabalho próprio. As informações de Rui de Pina são corroboradas pelo próprio secretário de D. Fernando, Frei Álvares, na sua *Crónica do Infante Santo*.

A insatisfação do Infante devia ser comum a grande parte da nobreza, como revelou Veiga Simões. Ora, repare-se que há incontestável conexão entre a necessidade de novas terras e rendas para a classe nobre, e a idéia de dilatação territorial, o que explica o empenho de impedir que Castela se assenhoreasse do Norte de África. A depreciação monetária e a influência crescente da riqueza mobiliária embarçavam as casas senhoriais. Mas também uma corrente da burguesia não perdera a esperança, que a levava a Ceuta, de englobar Marrocos nos seus mercados (¹⁷).

Os infantes D. Pedro e D. João opuzeram-se à empresa de Tânger. Se o segundo vinca com finura que a expedição não será serviço de Deus, o primeiro argumenta que já nem vale a pena discutir esse ponto, porquanto guerrear os inimigos da Fé só será serviço de Deus se daí não resultarem danos maiores. D. Pedro mostra o penoso sacrifício financeiro que a expedição acarreta, e sublinha as dificuldades

(¹⁷) Para uma discussão mais aprofundada do problema de Tânger, em face das provas, pode ver-se o cap. II dos *Documentos sobre a Expansão*, vol. II.

de uma útil ocupação de Marrocos para uma nação de fraca densidade populacional. Conquistar praças é esforço vão se não se seguir o metódico domínio dos campos e a faina colonizadora ; ora, a própria metrópole está por colonizar. Em suma, o Infante das sete partidas opõe-se à política de expansão territorial.

Por outro lado D. Pedro, na sua carta a D. Duarte quando o irmão subiu ao trono, aconselha-o a não ser pródigo de mercês e tenças. Morto o rei, o problema da regência é duramente debatido, a um lado alinham os que do governo de uma mulher e estrangeira pensam retirar o máximo de benefícios e adquirir como que uma autonomia dentro do Estado, e a outro lado enfileiram as cidades partidárias de um poder real forte que não ceda aos abusos da nobreza. D. Pedro é elevado à regência pela imposição das classes urbanas e com visível despeito da classe nobre.

Pretende-se que o Infante de «A Virtude Benfeitoria» encarnasse a política de fixação diametralmente oposta à política de transporte, mas a verdade é que na discussão que precedeu Tânger contrariou somente a conquista de possessões sem sequer aludir às viagens marítimas, e na anterior carta de Bruges frisa a mesma nota. É fácil mesmo aduzir exemplos de incentivo seu às navegações, até na «Crónica da Guiné» de Zurara, a qual é contudo a apologia de D. Henrique. O mais significativo, parece-me, porém, que é o sincronismo entre a influência política exercida por D. Pedro e a in-

tensidade das viagens de descobrimento. Enquanto até 1441 se realizam só três viagens, desse ano a 1447 efectuam-se vinte. Em compensação, não se regista nenhuma tentativa em Marrocos, ao passo que antes as navegações se tinham interrompido para a ida a Tânger.

Este conjunto de dados leva a aventar a hipótese de que a Regência de D. Pedro foi decisiva para os descobrimentos, desviando-nos do objectivo norte-africano. E quer-se a contra-prova? A partir de 1448 cessam as viagens de exploração, afirmam unanimemente as fontes, e só de novo se realizam em 1456, e não por mandado de D. Henrique. Jaime Cortezão rejeita esta afirmação e defende que, pelo contrário, depois daquela data de 1448 a actividade de descobrir foi ainda mais intensa, mas não documentou suficientemente a sua tese, que foi destruída pela crítica de Duarte Leite ⁽¹⁸⁾. Se em 1448 pára a exploração marítima, ao invés vái manifestar-se novamente em plano dominante a preocupação conquistadora.

A Regência de D. Pedro foi um movimento urbano, como a Revolução de 1383-5, de que é a continuação, pois enquanto esta se dirigira contra a antiga nobreza, aquela cerceava o desenvolvimento da nova nobreza. Alfarrobeira é a reacção dos nobres, que dominam a vida pública durante o reinado de D. Afonso V. Na Regência as navegações constituíram a preocupação suprema, e a expansão

⁽¹⁸⁾ *O termo meridional das descobertas henriquinas* (apêndice a *Acêrca da Crónica dos feitos da Guinee*, 1941).

em Marrocos foi postergada; no reinado que se lhe segue, a conquista marroquina constitui a preocupação suprema, e a exploração marítima é relegada para a iniciativa privada. Ressalta com extraordinário relêvo a correlação entre o desenvolvimento social-político e as orientações de expansão, a qual é claramente confirmada ainda pela história posterior. Com D. Afonso V é o período áureo dos feitos militares além-estreito, o período morto das descobertas. As expedições marítimas só prosseguem verdadeiramente quando em 1469 é concedido o monopólio do resgate da Guiné ao rico comerciante de Lisboa, Fernão Gomes: a realeza deixava aos mercadores a tarefa de devassar os mares; e durante seis anos continuam os navegadores, a cargo desse burguês, a exploração metódica da costa africana. Em 1475 expira o contrato, e o Príncipe D. João encarrega-se dos negócios ultramarinos; quando sobe ao trono entramos no apogeu da política comercial e marítima, do mesmo passo que a nobreza é fêrreamente abatida.

Não existe, por conseguinte, uma directriz única de expansão. Na convergência das necessidades de expansão comercial para a burguesia e de expansão guerreira para a nobreza reside plausivelmente a causa dos descobrimentos e conquistas. Mas as necessidades convergentes de dilatação das duas classes cindem-se e, enquanto os mercadores pretendem chegar aos pontos-fulcros para o tráfego, a nobreza deseja o alargamento territorial pela conquista de Marrocos. Além da política de fixação interna mar-

cam-se dêste modo duas grandes directrizes de expansão: a política de expansão marítima comercial e a política de expansão territorial guerreira, aquela relacionada com os interesses económicos da burguesia, esta com os interesses político-financeiros da nobreza. O Infante D. Pedro encarna a primeira política, D. Henrique representa a segunda.

Mas êste esquema assim apresentado não cinge talvez bem a realidade. Há uma participação dos nobres nos descobrimentos a ter em conta. As casas senhoriais, numa época em que as corveias e os cánones em géneros tinham dado lugar, pelo menos parcialmente, às rendas monetárias, não dispunham já, para manter a sua clientela, do antigo recurso de distribuição de terras a trôco de prestação do auxílio militar, e, dada a vertiginosa queda do valor da moeda e as crescentes necessidades de uma civilização comercializada, encontravam-se a braços com o áspero problema da sustentação dos cavaleiros e escudeiros, para quem tôda a função social girava ainda em tôrno do senhor. Como consequência, os escudeiros e os cavaleiros, reconhecendo embora que ainda ao serviço do seu senhor, lançam-se nas navegações e procuram os feitos de armas em África; os fidalgos, pelo contrário, para obterem pelas mercês régias o acrescentamento do seu estado, vão estancear às praças marroquinas, onde os assaltos às aldeias ajudam também o seu enriquecimento. Afinal pelos seus interesses, os escudeiros e cavaleiros aproximavam-se da classe burguesa e integravam-se na sua directriz.

A questão tem ainda outra faceta. A Barbaria importava também ao comércio da Guiné. O ouro e os escravos, e mais tarde a malagueta, obtinham-se a trôco de panos e de trigo. Na verdade, para o sul do cabo Não espraíavam-se a terra dos azenegues e a terra dos negros, divididas pelo Senegal, mas ambas carecendo de cereais para a alimentação. Cadamosto informa que os árabes que traficavam na fortaleza de Arguim vendiam os negros e o ouro por panos, prata, tapêtes «e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos» (cap. X da «Navegação» I), e João de Barros refere-se de igual modo a que enviávamos trigo para Arguim (cap. X do Livro I da Década I). Os maometanos; utilizando camêlos, segundo conta o navegador veneziano (Cap. IX), transportam da terra dos negros ouro e malagueta para a Barbaria, e daqui levam para o sul, cobre, prata e outras cousas. Os panos eram também artigo primordial no resgate do ouro, e na carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 a Diogo Afonso Malheiro indica-se a exportação de tecidos de Guimarães e de Lamego para o Rio do Ouro. A maioria dos panos utilizados no resgate, era, porém, fabricada no Norte de África. A Oram, conforme indica João de Barros (Cap. VIII, do Livro IV da Década I) iam os portugueses buscá-los para o comércio da Mina. Por Cadamosto sabemos que no resgate nas costas africanas se empregavam sêdas mouriscas que se fabricavam em Granada e Tunes (Cap. X); a roupa com que se presenteou Batimansa era feita em terra de mouros (Cap. III da Navegação II). Duarte Pacheco

co não é menos explícito, pois especifica que os panos do resgate do ouro são fabricados em Oram, Tenez, Bona, Bugia e Tunes e outros lugares da Berbéria (Cap. IV do Livro II).

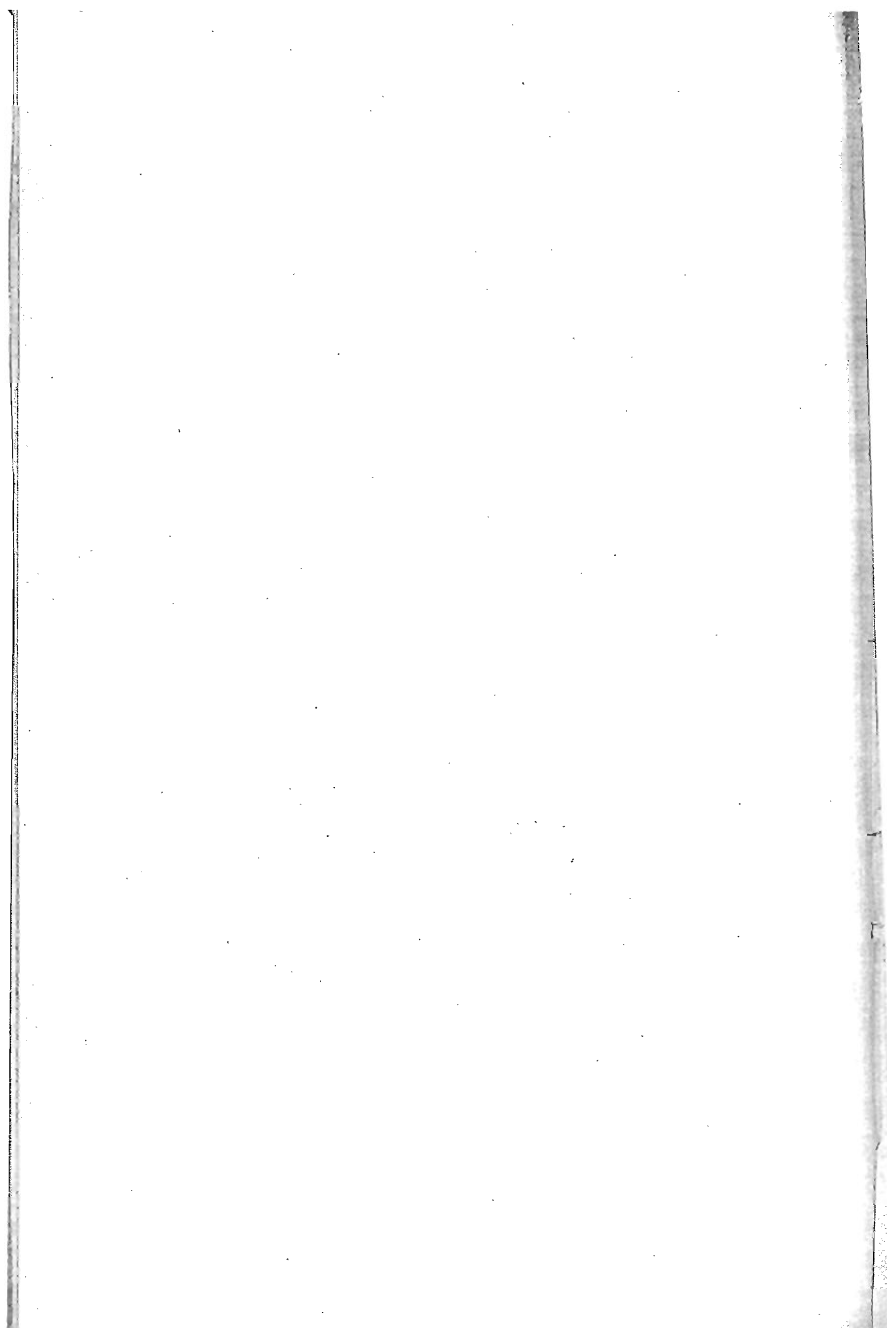
Em conclusão, Marrocos era um centro cerealífero e de indústria têxtil que muito importava ao comércio africano. Por aqui é possível compreender a política de D. João II, de intervenção no Norte de África; o Príncipe Perfeito supera o antagonismo das duas directrizes expansionistas que se cindiram depois de Ceuta, realizando a síntese da exploração do trigo e dos panos marroquinos com o resgate do ouro, dos escravos e da malagueta da Guiné. Ao mesmo tempo continua a ideia henriquina (ou talvez joanina) da conquista das Canárias que como que estão na confluência das duas políticas pois constituem base quer para a ocupação da Barbaria quer para escala e protecção eficaz das navegações para a Guiné e para a Índia.

Com D. João II o plano dos descobrimentos e conquistas ultrapassa decididamente os objectivos mediterrâneo e africano para visar o longínquo Oriente, o mundo das especiarias, dos aromatas, das madeiras requintadas, das pedras preciosas, dos tecidos de luxo. Talvez que o plano das Índias já existisse obscuramente na mente do Infante D. Henrique, ou talvez fôsse concepção de quem conhecia a perspectiva europeia dos problemas, o Infante D. Pedro. Carecemos de documentos para estabelecer rigorosamente as circunstâncias em que brotou e se desenvolveu. É indubitável que em tempo dos

filhos de D. João I se pretendeu alcançar o Preste João, é indubitável também que D. João II pretendeu alcançar o Preste João e a Índia; entre estas duas certezas move-se toda a construção histórica. É possível que, com a chegada ao Senegal, que se considerava então, e ainda muito posteriormente, um dos dois braços do Nilo, supuzessem os Infantes que estava encontrado o caminho para o Preste João e para os seus índios, confundidos com os povos para o interior da Guiné, o que explicaria em parte o estacionamento da faina descobridora depois de 1448. Demonstrada a impossibilidade de derivar a expansão dos povos ocidentais do imperialismo islamita, e mostrada a impossibilidade do plano das Índias derivar da ameaça turca ⁽¹⁸⁾, afigura-se-me que a única via para compreendermos a génese desse plano é situá-lo no quadro da concorrência ao quasi monopólio muçulmano-veneziano do comércio oriental ⁽¹⁹⁾. Em tempo do Príncipe Perfeito, diz Duarte Pacheco, havia «muito desejo de acrescentar o comércio e riqueza destes Reynos» (Prólogo do «Esmeraldo»). Vimos já como Duarte Pacheco comprova o fito de arrancar aos venezianos a distribuição das especiarias na Europa. Afirmções análogas se lêem em Lopes de Castanheda. (Cap. I do Livro I).

⁽¹⁸⁾ A tomada de Constantinopla em 1453 cortou uma das estradas da seda que vinha da China. (Gordon East: *Geography behind History*, Londres 1938, pág. 193). Mas não parece que o problema da seda preocupasse fundamentalmente o Ocidente europeu.

⁽¹⁹⁾ Já Gordon East, em 1938, viu assim o problema (*ob. cit.*, pág. 193).



§ 7 — Condições ideológicas

TEM-SE defendido que o plano dos Índias resultou exclusivamente ou pelo menos preponderantemente do espírito de cruzada que animaria o Infante D. Henrique e seus colaboradores, e D. João II e os seus navegadores. Só no reinado de D. Manuel a ebriedade das riquezas orientais teria sufocado a generosa abnegação dos que partiam a combater os infiéis, a «seita do torpe Mafamede». A dilatação geográfica do século XV continuaria a cruzada de reconquista cristã da Península Ibérica. Esta explicação, que remonta à «Ásia» de João de Barros e tem em Joaquim Bensaúde o seu mais estrênuo defensor, denomina-se comumente tese religiosa, do mesmo modo que se apelida de tese económica uma interpretação que coloque como mola a cubiça.

Seria fácil eliminar o problema, cortando com Sérgio o nó górdio, quere dizer, admitindo que não há qualquer relação inteligível entre o cristianismo e as navegações e conquistas, o que imediatamente implicava a negação da causa religiosa. Mas Sérgio engana-se ao supor que não há tal relação inteligível, porquanto interpreta a mensagem evangélica de uma maneira que não corresponde à sua interpretação nos séculos XV e XVI. Antes de mais é necessário analisar quais eram as idéias e senti-

mentos religiosos dessa época, independentemente das nossas concepções, para em seguida determinar se podiam ou não mover os feitos guerreiros que para Sérgio são antagónicos com o Cristianismo. Este historiador é obrigado, para harmonizar a realidade com os seus princípios, a atribuir à hipocrisia larga função na sociedade quatrocentista e quincentista, o que certamente é inadmissível como norma geral, embora dela existam casos irrefutavelmente estabelecidos.

O problema tem, pois, de ser enfrentado. Mas, em que consiste, afinal? Confesso a minha perplexidade. Sempre que se suscita o problema das causas da expansão portuguesa, formula-se do seguinte modo: quais as razões que moveram o Infante D. Henrique? Foi Zurara o primeiro a colocar assim a questão, no capítulo VII da «Crónica da Guiné», em que parte do princípio de que se conhece verdadeiramente a obra quando se conhecem o obreiro e o fim que tinha em mente.

Não sei se se tem reparado que colocada neste pé a investigação, restringiu-se duas vezes: em primeiro lugar, passou-se das causas dos descobrimentos às razões que moveram os dirigentes, e, em segundo lugar, transitou-se das razões que moveram os dirigentes às razões que moveram o Infante D. Henrique. Por outro lado, talvez não se tenha reparado também que subjacente a esta posição do problema está o enunciado de Zurara, de que a obra só se conhece pelo obreiro, o que envolve a teoria aristotélica da explicação, em manifesto de-

sacôndo com a natureza das explicações sociológica, psicológica e histórica.

Não basta conhecer as razões que moveram o Infante para compreender os descobrimentos. O problema precisa de ser alargado e não restringido, como até aqui se tem feito. Tão importante como conhecer as razões que moveram D. Henrique, ou mesmo mais, é conhecer as razões que moveram todos os dirigentes — D. João I, João Afonso, D. Pedro, D. Afonso V, D. Fernando irmão dêste monarca, Fernão Gomes, D. João II, D. Manuel, Francisco de Almeida, Albuquerque; e o problema alarga-se mais, porque é indispensável conhecer também as razões que moveram os grandes capitães, como D. Fernando de Castro, D. Pedro de Menezes, Vasco da Gama, Alvares Cabral, os cosmógrafos e os pilotos, a marinhagem e os soldados; o problema adquire âmbito ainda mais vasto, porque há que indagar as razões que moveram o geral do reino, o comum da população. Ao lado das atitudes dos dirigentes há a estudar as atitudes dos obscuros obreiros e dos grandes conjuntos de indivíduos.

É todavia ilusório julgar que penetrámos no âmago da questão. O problema não só tem de ser alargado como ainda deslocado. A explicação histórica é complexa; não se reduz a um esquema simples. Para Henri Berr, na explicação histórica interferem três directrizes: a contingência, a necessidade e a lógica; ora, o problema tal como tem sido encarado confunde as três facetas, e no fundo

move-se só no domínio do contingente, ou seja, do individual. Se a lógica marca as normas internas de desenvolvimento das idéias e sistemas de idéias, a necessidade assenta na noção de transformação social, e relaciona condições e conseqüências de carácter objectivo. Considero fundamentalíssimo este ponto, para que se não confundam ridiculamente causas económicas com a ambição, a cubiça, o utilitarismo dos indivíduos que dirigiram um movimento.

Uma vez estabelecida a conexão entre transformações sociais, não está resolvido nem sequer pôsto o problema dos motivos da conduta das grandes personagens. Acontece até que esta questão é a mais difícil de tratar historicamente, o que revela quão paradoxal é formular como até aqui o problema dos descobrimentos, porquanto se tem colocado precisamente no terreno menos acessível à pesquisa histórica. Não está constituída a psicologia histórica, que é imprescindível para explicar o individual ou contingente na evolução da humanidade, e, por outro lado, a psicologia ensina-nos que os objectivos que se atribuem a um indivíduo, e os que êle próprio se propõe ou confessa propôr não são sempre, quasi nunca, as motivações reais da sua conduta, as causas de que depende, o que quasi torna desesperado o problema de explicar uma personagem histórica pois as fontes só nos dão os motivos conscientes. As dificuldades acumulam-se, porque dispomos principalmente de fontes narrativas, e os cronistas dão-nos já a sua interpretação, a sua sistematização pessoais, em que não podemos confiar cegamente por-

que lhes faltava o conhecimento do mecanismo da vida social e das leis da vida mental.

A-pesar de tôdas estas restrições gravíssimas, não é inteiramente impossível penetrar nos propósitos de alguns dirigentes, por exemplo D. Henrique, mas precavendo-nos de assimilar a descrição dos objectivos que se propunham à explicação da sua conduta.

Não me repugna aceitar que o Infante D. Henrique fôsse um cruzado, um cavaleiro medieval, como quere Joaquim Bensaúde, no entanto antolha-se-me mais equilibrada a descrição de Zurara, que para mais é confirmada por documentos emanados do próprio Infante. O cronista consigna em primeiro lugar a vontade de saber a terra que ia além das ilhas da Canária e de um cabo que se chama Bojador; o desejo de saber a verdade, de ter de tudo manifesta certidão. Diogo Gomes fala também do desejo do Infante de conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme, e numa sua carta de doação D. Henrique revela que o movera o estar certo que de memória dos homens nunca existira notícia na Cristandade dos mares, terras e gentes que eram além do cabo Não contra o meio dia. Os três testemunhos concordes forçam-nos a admitir como uma primeira razão que moveu o Infante, a curiosidade indagadora, a vontade de conhecer descritivamente a superfície terrestre, o que não deve confundir-se com o espírito científico, que além do espírito crítico implica a noção de lei científica, ignorada no século XV. Nessa carta

de doação o Infante fala em seguida da conversão dos infiéis cativos à santa fé, o que é por Zurara apresentado como quinta razão. Em terceiro lugar aponta D. Henrique o proveito que advém para o reino e para a Cristandade das mercadorias e ouro africano, o que o cronista também consigna, sob a rubrica de segunda razão. Zurara e Diogo Gomes referem o desejo do Infante de guerrear os mouros para defesa da fé cristã, procurando o possível auxílio de um príncipe cristão que na África se encontrasse. É preciso vincar que no ánimo de D. Henrique estas razões são outras tantas maneiras de servir a Deus e ao rei.

É de extraordinário interêsse notar que tais razões, apresentadas pelas fontes como movedoras dos feitos de D. Henrique, são ainda as que, com anterioridade de algumas décadas, os capelães Pierre Bontier e Jean le Verrier atribuem à acção do seu senhor Jean de Béthencourt, que em 1402 empreendeu a conquista das Canárias. Os dois companheiros do barão normando declaram que este tinha por fito conquistar as Canárias e atrair à fé cristã os seus habitantes, para honra de Deus e exalçamento e aumento de sua santa fé (Prólogo e cap. I); noutro passo falam que da empresa resultará para Bethencourt honra e proveito (Cap. XXI), e de novo acen-tuam, no cap. XLIV, o muito proveito que advirá da colonização. Depois indica-se que o barão normando tenciona descobrir as terras para o Sul do Cabo Bojador (o actual Jubi) até o rio do Ouro (o Senegal) e estender a conquista: portanto, também

a curiosidade geográfica («saber a verdade à cerca de...») (cap. LIV). Jean de Bethencourt tencionava assim abrir o caminho para o Rio do Ouro, aproximando-se de tal modo do Preste João (cap. LIX); neste mesmo capítulo sublinha-se uma vez mais o desejo de conhecer os países vizinhos às Canárias. Outros trechos vincam de preferência a idéia de combater os inimigos da fé e de os destruir: o espírito de cruzada. No conquistador das Canárias encontramos também a idéia de que a conquista beneficiará toda a Cristandade ⁽²⁰⁾.

Não há provas de vasta cultura, ou de forte preparação científica do Infante, nem de que seja um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo do abraçador amor de Deus, como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas idéias de utilidade e de lucro, nem um puro cavaleiro medieval que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo desenvolvimento do comércio, pela guerra aos mouros. A atestar que não possuía excepcionais qualidades de organização prática, aí estão o desastre de Tânger e as dívidas que legou (e que não devem ter resultado das despesas com os descobrimentos mas sim dos gastos da sua casa senhorial). Mas pensava também no acrescentamento ma-

⁽²⁰⁾ Pierre Bontier e Jean le Verrier: *História do Primeiro Descobrimento e Conquista das Ilhas Canárias* (pela primeira vez editada em Paris em 1630).

terial da Ordem de Cristo, e Zurara indica que esta adquiriu novas casas e herdades e pôde construir capelas. Sacrificou o irmão em Alfarrobeira não por dureza de carácter e plena consagração a um ideal exclusivista, mas porque divergiam politicamente. Também D. Pedro colocava o serviço de Deus acima de tudo, mas os dois irmãos entendiam-no de maneiras diferentes.

O Visconde de Lagoa negou que na conquista de Ceuta e expansão marroquina interviesse a idéa de converter os infiéis, porque os muçulmanos, como a história mostrou, são inconvertíveis. Tal idéa só desportaria ao contacto com os povos não islamitas. Afigura-se-me que o problema deve ser encarado do modo seguinte: Em plenos séculos XV e XVI o islamismo ainda alastra pela África e Ásia (facto já apontado por David Lopes). Os cristãos representavam uma concorrência comercial e daí o interesse, vital para o comércio português, de libertar os indígenas da influência muçulmana. No balanço final, contudo, os progressos do cristianismo não são de relêvo.

Prèviamente, porém, a discutir os motivos conscientes da conduta das personagens do século XV, impõe-se a análise da ideologia coeva, das grandes correntes intelectuais e afectivas, da hierarquia de valores que caracteriza a cultura quatrocentista.

Afirmou-se ou negou-se até aqui que os descobrimentos resultaram do espírito de cruzada e do espírito de cavalaria, sem procurar definir o que se entende por qualquer destas duas orientações espiri-

tuais. Esta precipitação embarça tanto mais as pesquisas quanto não podem considerar-se claros e distintos êsses conceitos. É paradoxal falar de espírito de cruzada ou de cavalaria no século XV, não atendendo a que os historiadores das cruzadas e da Cavalaria se sentem perplexos para determinar essas noções, e não admitem sequer a sua unicidade. De 1095 a 1270 o espírito que informou a primeira grande expansão europeia não permaneceu constante, transformou-se por várias vezes e mesmo num dado momento apresentou direcções divergentes; basta recordar o profundo contraste entre as duas vagas que compuzeram a primeira cruzada, os novos interesses que motivaram a quarta cruzada essencialmente ligados à luta económica entre Veneza e Génova, e a utilização dos generosos intuitos de S. Luís para certas ambições políticas no Norte de África. Mesmo no movimento das Cruzadas mesclaram-se idéias religiosas, aspirações de engrandecimento, necessidade de novos senhorios, vagabundagem e aventureirismo de indivíduos que não tinham lugar nos quadros feudais, cubiça de fabulosas riquezas, planos de dilatação política, interesse económico de reabrir o Mediterrâneo ao tráfego europeu e reatar relações comerciais com a Ásia.

Além disso, pode afirmar-se que o espírito de cruzada está ausente da Reconquista, e só lentamente penetra na Península por influências estrangeiras, subordinado sempre à idéia política do interesse nacional: mostram-no as referências de David Lopes e

o ensaio de Carl Erdmann (*A Idéia de Cruzada em Portugal*, Coimbra 1940).

Estas observações não têm outro fito que não seja revelar um problema e desvendar a sua complexidade, onde é habitual confiar que existe uma solução. Provisoriamente, vamos tentar definir o espírito de cruzada; prevenimos, contudo, que se trata tão só de uma abstracção. No espírito de cruzada a idéa suprema é o serviço de Deus e glória da fé, no entanto distingue-se do espírito de proselitismo em que não tem por finalidade a conversão dos infiéis mas o aniquilamento do poder político dos inimigos da crença cristã, e para tal utiliza o combate pelas armas às nações não cristãs. A guerra aos mouros para defesa da religião e dêsse todo político-religioso que é a Cristandade, e para destruir os reinos muçulmanos e dominar politicamente os infiéis, constitui o fulcro da idéa de cruzada. Esta idéa está atestada por todas as fontes que se reportam ao século XV.

Mas paralelamente desenvolvem-se outras linhas de pensamento e de actividade.

Por um lado, considera-se que o proveito a usufruir do comércio mesmo com os infiéis será serviço de Deus, ponto de vista que não aceitariam os canonistas e a ideologia medievais, pois condenavam a procura de vantagens mercantis em geral e mais especialmente quando fruto do comércio ilícito com os inimigos da fé; ora, a Bula de Eugénio IV, de 25 de Maio de 1437, autoriza D. Duarte

e os seus vassallos a comerciar com os mouros, excepto em armamento.

Por outro lado, destrinça-se o fio do espírito de proselitismo, quer dizer, o anseio pela conversão das almas que têm andado perdidas da verdadeira salvação. Este anseio reveste na era de quatrocentos a forma de escravização dos infiéis para os solicitar à fé cristã. Na sua carta de doação já citada, o Infante D. Henrique acentua que muitos dos cativos feitos em África são tornados à santa fé e espera que muitos mais venham a converter-se. Nicolau V, na sua Bula de 18 de Junho de 1452, concede a D. Afonso V o direito de se apoderar das terras dos mouros e de os reduzir à escravidão. Zurara comenta a propósito de alguns mouros que fugiram a um assalto dos portugueses: «Oh! e se assim fôra que em aquestes que fugiram houvera um pequeno conhecimento das cousas mais altas! Por certo eu creio que aquela mesma trigança que levavam fugindo, trouxeram por se vir para onde salvassem suas almas e repaçassem suas vidas; que pero a eles parecesse que vivendo assim viviam livres, em muito maior cativeiro jaziam seus corpos, considerada a disposição da terra e a bestialidade da vida, do que entre nós era, vivendo em senhorio alheio, quanto mais a perdição das almas que sobre todas as cousas devera ser mais sentida» (Cap. LXV da «Crónica da Guiné»), e no capítulo XIV tinha anotado, quanto aos escravos cativos de África, que «posto que os seus corpos estivessem em alguma sujeição, isto era pequena cousa em comparação das suas almas, que eter-

nalmente haviam de possuir verdadeira soltura».

No primeiro passo citado vê-se também subjacente a idéia de que escravizar se justifica pela obra civilizadora de elevar o nível de vida, o que o cronista frisa na *Crónica de D. Duarte de Menezes* (pág. 332) ao afirmar que os cativos reduzidos a escravos irão para onde terão com que se manter e serão bem agasalhados. Ideologia, aliás, de todos os imperialismos.

O espírito de cruzada, como o definimos, coincide em grande parte com o espírito de cavalaria. Acima de tudo o cavaleiro tem de servir a Deus, e por isso só pegará em armas contra outros cristãos quando em defesa da justiça, para proteger os fracos. A cavalaria é ainda a arma nobre, e por isso o cavaleiro só deve acrescentar a sua honra e bens por feitos guerreiros. Mas o seu objectivo deve ser precisamente elevar-se em honra e acrescentamento de seu estado, embora só lhe seja lícito fazê-lo ao serviço de Deus e do rei. Repare-se que a idéia de acrescentamento de estado, ou seja, de melhoria da posição financeira e do prestígio social, implica a de galarção terreno dos feitos de cavalaria. Também o incremento da prosperidade material das nações cristãs, mesmo pelo comércio com os infiéis, se liga à idéia de recompensa visível do serviço da Cristandade, pois, pelo florescimento económico, os reinos terão o prestígio e a força para se imporem aos muçulmanos e pagãos.

No entanto, é mais nobre, eleva mais a honra, acrescentar seu estado por feitos guerreiros que por

transacções mercantis; para o cavaleiro é louvável que assalte as aldeias de mouros e as roube, ou ataque as fustas e caravos de infiéis e os aprisione, aligerando nestas bases a sua riqueza. Os exemplos pululam nas crónicas de Zurara.

Sintetizaremos nos seguintes pontos as características da ideologia do século XV:

- a) É ilícita toda a acção que não fôr serviço de Deus e serviço do rei;
- b) Toda a acção deve tender a acrescentar a honra e estado do cavaleiro;
- c) A honra e estado do cavaleiro devem acrescentar-se pelo exercício das armas;
- d) O roubo e a pirataria são para o cavaleiro mais recomendáveis do que o comércio;
- e) O comércio com os infiéis é lícito desde que concorra para a prosperidade das nações cristãs;
- f) A guerra entre cristãos não é serviço de Deus;
- g) O exalçamento da fé impõe: a guerra aos infiéis, a conversão das almas;
- h) É lícito reduzir à escravidão os infiéis, porque as almas perdidas não são verdadeiros senhores dos corpos, e assim as almas serão salvas e os corpos deixarão a vida bestial;
- i) É lícito apoderar-se das terras dos infiéis porque êstes as usurparam ao verdadeiro proprietário, que é Deus;
- j) É lícito buscar o proveito desde que não contrarie o serviço de Deus.

Considero ainda vagas estas indicações, que necessitam de ser precisadas, como, por exemplo, a idéia de proveito, a perseguição do ganho — a integrar numa análise das origens do espírito capitalista em Portugal. Os nossos cronistas, demasiado voltados para as idéias de cavalaria e acrescentamento da honra e estado, fornecem a-pesar-de tudo algumas alusões à ânsia de proveito, mas é principalmente um veneziano, mentalidade mais norteadada para o comércio, que desvenda sintomas significativos da nova atitude de busca de acumulação das riquezas, de esperança confiante nas promessas, pelos dirigentes, de avultados benefícios: este sópro perpassa através do capítulo I das «Navegações», de Cadamosto, e é também manifesta a preponderância do interesse mercantil em toda a «Relação» de Diogo Gomes. Aliás, já no século XIV português descortinamos manifestações do capitalismo nascente, e até tentativas, por consórcios de mercadores, de açambarcamento em escala nacional para, pela alta de preços assim provocada, obter lucros excepcionais.

O sistema de valores culturais, o espírito de cruzada e cavalaria e o espírito capitalista embrionário, inserem-se na sociedade quatrocentista, são por ela explicados e contribuem para a explicar.

A evolução cultural e a evolução social despojam solidariamente, a uma estrutura económico-jurídica corresponde, e reciprocamente, uma atitude mental, ou melhor, uma pluralidade de atitudes mentais interrelacionadas. Para efectivamente integrar

o espírito de cavalaria e cruzada e o espírito comercial burguês no processo de desabrochar da expansão do século XV, talvez o caminho preferível seja guiarmo-nos pelos estudos de Max Weber, Troeltsch e Werner Sombart à cerca das condições psicológicas do advento do capitalismo moderno no século XVI.

No que à era de quatrocentos se reporta, não pode afirmar-se a dependência dos descobrimentos e conquistas da actividade e sentido de vida meramente capitalistas; há, pelo contrário, a confluência da noção medieval de serviço do senhor pelas armas e da noção moderna de proveito pelas fainas mercantis. Na expansão convergem as condições sociais-económicas e as idéias de que é exalçamento da fé vencer politicamente os infiéis, dominar economicamente os seus mercados e colocar os cativos não cristãos como escravos ao serviço dos cristãos. No âmbito religioso parece-me que se chocam as tendências de supremacia político-económica da Cristandade e de conversão para salvar as almas. No âmbito económico parece-me que embatem as orientações de acrescentamento do estado pelos feitos militares ou pelas transacções comerciais.

A solidariedade das transformações da sociedade e da cultura reflecte-se nas vicissitudes da historiografia quatrocentista. A Fernão Lopes, o cronista da revolução popular, sucede Gomes Eanes da Zurara, áulico do rei-cruzado e apologista das proezas de cavalaria; entre os dois intercala-se Alfarrobeira, o termo da Regência imposta pelas cidades.

Zurara utiliza-se de ignorada crónica anterior de Afonso de Cerveira. Embora ousado, é plausível supôr que Afonso de Cerveira fôra o cronista de D. Pedro ⁽²¹⁾, e na sua «Crónica» mostraria como a iniciativa das navegações em grande parte cabia ao regente. As recriminações contra o Infante D. Henrique por ter consentido na afronta ao irmão, levam D. Afonso V a encomendar a Gomes Eanes o panegírico do tio, e mais tarde o guarda-mor da Torre do Tombo refundirá a crónica de Cerveira transpondo a iniciativa para o actual Governador da Ordem de Cristo. No reinado do Príncipe Perfeito — a desforra da Regência contra a nobreza — Rui de Pina por seu turno refundirá a crónica de Zurara, relativa à menoridade de D. Afonso V, num sentido favorável ao Infante D. Pedro: as novas circunstâncias sociais-políticas permitiam a Rui de Pina uma acuidade na compreensão dos acontecimentos, que não é alheia ao seu estilo sóbrio, e ambas as qualidades vincam a sua superioridade sobre Zurara.

Desta evolução destacaremos um aspecto que passou despercebido mas se me afigura o de maior relevo em toda a história cultural do século XV. Rui de Pina relata no capítulo XVII da «Crónica de D. Duarte» o voto do Infante D. João acerca da passagem a Tânger. Este Infante distingue as razões de siso e as de cavalaria. O siso mostra que a expedição só poderá realizar-se com infindas despesas, o que equivale a pesados sacrifícios dos po-

(21) Hipótese de José de Bragança.

vos, certamente proceder bem contrário ao serviço de Deus. Na expedição irão uns, como o rei, para servir a fé, mas outros irão por desejo de honra ou esperança de ganho, e a gente meúda irá forçada por medo, sem liberdade de vontades. Ora, matar os mouros com tais tenções é perder almas, não é salvá-las. Mais ainda: não está de acôrdo com os preceitos evangélicos guerrear os mouros, convertê-los pela violência. Como afirmar que a guerra contra os mouros é umã cruzada, se as mesmas violentas discórdias dividem cristãos contra cristãos? Logo, o ataque pelas armas aos infiéis não é vontade de Deus. Pela fala do Infante D. Pedro, reproduzida no capítulo XIX, constata-se a identidade de vistas dos dois irmãos, que juntos trabalhariam no estabelecimento da Regência, mas enquanto o mais novo analisa os motivos espirituais, o mais velho ataca o problema político e estratégico.

Nunca se aproximaram as posições dos dois Infantes de alguns passos da «Crónica da Tomada de Ceuta» escrita em 1450. Zurara apostrofa os «nés-cios e cobardes» que sustentam o grave êrro de que a guerra dos mouros não é o maior serviço de Deus, e refere que «alguns pouco menos que herejes, defendem que todos os homens são irmãos e por isso a nenhuns devemos guerrear» (Cap. IV). Ora a Crónica foi encomendada no ano de Alfarrobeira; já antes Zurara coligira informações da boca de D. Pedro, mas depois, conforme êle próprio dá a entender, rejeitou-as para adoptar o relato de D. Henrique (Cap. XIII). Na apologia do Infante Governador da Or-

dem de Cristo, inserta na «Crónica da Guiné», Zurara, por comparação implícita verbera a atitude de D. Pedro, pois exalta a lealdade e a obediência de D. Henrique.

A atitude espiritual de D. Pedro e D. João será continuada no século XVI por Frei Francisco de Vitória, o fundador do Direito Internacional, que defenderá que *casus justis belli non est diversitas religionis* (a diversidade da religião não é caso de guerra justa), e por Frei Bartolomeu de Las Casas, o apóstolo da liberdade dos índios, que atacará a escravidão dos não cristãos.

Aos conflitos sociais-políticos de quatrocentos juntam-se, portanto, fortes contrastes espirituais.

No plano da plena lucidez dos valores éticos e das transformações da sociedade, os infantes D. Pedro e D. João dominam a cultura quatrocentista.

§ 8 — Repercussões

A clara lucidês dos esforços de D. João II, coroando a acção do burguês Fernão Gomes, conduz à resolução dos grandes problemas económico-sociais. D. Manuel toma o título de «Senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia»: O Estado é agora uma casa comercial, o rei um poderoso negociante que habita junto dos seus armazéns e recebe metade, mais tarde um quarto, das mercadorias importadas.

O último quartel do século XV e as primeiras décadas do século XVI gravitam em torno do ouro e da pimenta.

Sem dúvida, sente-se em Portugal o que a ameaça turca representa para a Cristandade, e por isso D. Manuel auxilia militarmente Veneza, cujo comércio procurava talvez arruinar. Sem dúvida também, documenta-se agora, pela primeira vez inequivocamente, a idéia de cruzada própria-mente dita — de libertação do Santo Sepulcro realizada por um ataque no Levante mediterrâneo apoiado pela progressão no Índico.

Abandone-se, porém, a leitura dos cronistas, obrigados a apregoar a ideologia *conveniente* aos interesses dominantes, e percorram-se as relações de viagens, os livros de bordo, que nos dão mais di-

recta e fielmente o ambiente psicológico dos feitos e personagens: no Roteiro da Viagem do Gama, de Alvaro Velho, na Navegação de Pedro Álvares Cabral, de um piloto ou escrivão anónimo, no relato de Tomé Lopes, no relato de João de Empoli, a cada passo se fala em estabelecer comércio, comprar especiarias, apresar naus de carga, cortar a rota mercantil do Estreito de Meca; o sôpro comercial abafa inteiramente todo e qualquer fito religioso. Mas já no reinado do Príncipe Perfeito assim acontecia: basta ler o discurso pronunciado por Diogo da Azambuja ao Caramansa, impregnado unicamente da cubiça do proveito («Crónica de D. João II», de Rui de Pina); mais tarde, João de Barros transformará esse discurso no sentido de nele inserir o móbil da fé: contraste que dá a medida da distância entre a realidade e as construções ideológicas imperialistas.

Fôssem quais fôssem os objectivos dos portugueses — e fundamentalmente girariam em torno da destruição do monopólio veneziano-muçulmano e formação do monopólio português — o que é facto é que, ao chegarem ao Índico, entraram em contacto com uma realidade económica cujas imposições ditaram a sua política ulterior e fracasso final de parte dos objectivos propostos.

A acção portuguesa no Oriente de 1505 a 1515, interrompendo em grande parte o caudal de mercadorias que da Índia afluía ao mar Roxo, abalou as finanças públicas do Soldão do Egito e contribuiu assim para a conquista deste país

pelos turcos, em 1517. Mas já no tempo de Albuquerque era impossível bloquear com êxito total o Estreito de Meca. Pouco a pouco a situação oriental anterior à chegada dos portugueses foi-se restabelecendo, com a diferença da existência agora de *mais uma* rota marítima — a do Cabo — que os interessados não conseguiram que passasse a ser a *única*, embora, evidentemente, diminuisse a importância das outras.

Quem deseje constatar que o fracasso das pretensões portuguesas se tinha já dado em meados de quinhentos ⁽²²⁾, não precisa mais do que consultar os «Colóquios» de Garcia da Orta ⁽²³⁾. Verá então que existia activo comércio entre o Índico e o império turco e que Veneza, passada a crise das duas primeiras décadas, continuava a traficar activamente no Levante em mercadorias orientais. Documentemos um e outro ponto ordenadamente.

A Índia iam cada dia mercadores turcos buscar benjoim (Vol. I, pág. 106 da edição Ficalho). Os portugueses vendem aos turcos lacre do Pegú (II 32), e os mercadores gentios e mouros exportam para a Turquia o linaloés que vem de Malaca à Índia (II 55). De Guzarate ia tamarindo e turbite para a Tur-

⁽²²⁾ Já David Lopes escreveu sensatamente: «Não aniquilámos os mouros em Marrocos, nem vibrámos golpe de montante nos turcos. A Turquia não foi atingida no seu poder terrestre nem marítimo; e depois de 1500 o islamismo não deixou de avançar na África e na Ásia extrema» (*História de Portugal*, vol. III).

⁽²³⁾ Para a importância dos «Colóquios» como fonte para este problema chamou-me a atenção Artur Augusto.

quia, seguindo do último grandes quantidades (II 330); a Diu concorrem mercadores turcos e rumes (II 339). Os turcos são os principais compradores de diamantes da Índia (II 202): da Índia também é carregado para a Turquia espódio (II 302). As cubebas, provenientes de Sunda e Jáoa, seguem pela Índia para os turcos, que delas muito consomem (I 290-1). O custo vai por Adem para a Turquia (I 257). A canela é transportada pela rota de Ormuz até Alepo (I 261). A própria pimenta do Malabar é levada em abundância para o mar Roxo pelos mouros, apesar da proibição do rei de Portugal (II 241).

A continuidade do afluxo das mercadorias orientais ao Levante explica a continuidade do tráfico veneziano no Mediterrâneo Oriental. Pela rota de Adem, Judá, Cairo, Alexandria transportava-se grande quantidade de drogas que as galés venezianas iam buscar a esta última cidade; por aqui recebiam o aloés da Índia e de Socotorá (I 27). Em Alexandria, Beirute e Trípoli de Síria abastecia-se o comércio veneziano de cálcamo aromático (I 143), e naquele primeiro pôrto carregava cardamomo (I 178), cássia fístola (I 198-9), custo (I 258-9) e zeruimbet (II 366), tudo mercadorias originárias da Índia e entradas por Adem. Os mercadores da República, que aliás freqüentavam Diu (II 339) e estavam alguns estabelecidos em Goa (I 333), adquiriam em Alepo o espique-nardo da Índia (II 298) e em Trípoli de Síria e em Alexandria o ruibarbo da China (II 276). A tal ponto o comércio entre o Índico e o Levante e entre o Levante e Veneza era activo e amplo, que

Alepo, cidade da Síria, era, no tempo de Garcia da Orta, mais do que nunca escala da Índia para o Poente (II 269-7).

Das citações dos «Colóquios», que outras fontes corroboram, é legítimo concluir que a expansão portuguesa transformou a geografia económica pelo estabelecimento da nova rota do Cabo de Boa Esperança mas não por arruinar, porque não arruinou, as rotas de Adem e Alexandria, de Ormuz e Alepo, e de Alexandria e Alepo a Veneza. O Mediterrâneo perdeu indubitavelmente a sua posição privilegiada, o que aliás é o desenvolvimento de um processo iniciado com a dissolução da România e a génese da Europa (Séculos VII-IX). Mas não deixou de ser um mercado de excepcional importância, e a decadência das cidades italianas não se explica só, nem talvez primordialmente, por uma transferência de rotas geográficas ⁽²⁴⁾.

Quando a Europa tem notícia da expedição de Vasco da Gama afluem precipitadamente os capitais estrangeiros a Portugal. Até aí a restrita amplitude do tráfico e o diminuto das despesas das navegações quasi não tinham exigido outros recursos que não fôsem os da própria exploração do comércio africano. Mas agora a distância dos centros de produção e a colocação dos produtos numa escala muitíssimo mais vasta tornavam necessário um entendimento mais estreito com as grandes firmas alemãs, floren-

⁽²⁴⁾ Cf. *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses de história da expansão*, pág. 30-1.

tinas e genovesas. Nas viagens seguintes parte da carga vem por conta dos negociantes italianos e dos Welser, Fugger e Hochstetter. Em Lisboa estabelecem-se representantes destas casas comerciais e em 1503 conseguem facilidades para todos os alemães que tenham entre nós pelo menos 10.000 ducados. Com a ida de um feitor português para Antuérpia as grandes sociedades abandonam Bruges e vão aí negociar nas especiarias, fazendo da nova cidade o centro do comércio dos países do Norte.

O montante das transacções movimenta grossas somas de capitais em que os burgueses da Idade Média nem sequer teriam sonhado. Surgem assim alguns potentados da finança cujos interesses abrangem as mais longínquas nações e em tôdas elas procuram açambarcar as principais mercadorias. Os Fugger de Augsburgo emprestam a Maximiliano, financiam a eleição de Carlos V e tornam depois possível a sua política, obtendo em recompensa o monopólio das lãs, do ferro e das madeiras no império espanhol; em paga dos empréstimos concedidos, recebem várias minas, e o imperador entrega-lhes ainda os jazigos de mercúrio de Almaden, cuja posse lhes permite provocar, em 1528, a falência de Hochstetter, o rei do Mercúrio.

O primeiro resultado dos descobrimentos é, portanto, dar volume incomparavelmente maior às trocas, alargando ao mesmo tempo a variedade dos produtos negociados. Como consequência, e devido também à supressão de alguns intermediários, o início de quinhentos é um período de preços baixos.

O Infante D. Henrique, transplantando a cana sacarina para a Madeira, de onde passou para Cabo-Verde e São Tomé, transforma o mercado internacional do açúcar: a produção em larga escala permite que no fim do século XV o seu consumo esteja generalizado e o custo baixe a metade — primeiro golpe no poderio veneziano. Além disso, as naus portuguesas descarregam em Lisboa a pimenta a um preço cinco vezes menor do que em Veneza, que em breve não consegue adquirir especiarias para o seu comércio, situação aliás transitória.

Parece-me, por conseguinte, que devemos distinguir duas fases, nem sempre convenientemente frisadas, na evolução económica do século XVI: durante as três primeiras décadas há depreciação de algumas mercadorias e inundação dos mercados; com as minas do México e do Potosi, a partir de 1545, a vinda dos metais preciosos é em tal quantidade que causa uma queda do poder de compra da moeda e uma alta do custo da vida que atinge principalmente a nobreza e os assalariados. Note-se que não foi talvez, como por vezes se afirma, a revolução monetária um dos factores de Reforma: Nos Países Baixos a elevação dos preços só é sentida depois de 1550, e apenas trinta anos mais tarde alcançará a Inglaterra. Mas é já em grande parte esse forte aumento do numerário em circulação que torna grave a crise das guerras religiosas e consente a monarquia absoluta no século XVII.

Os descobrimentos não só modificam as condições de venda dos produtos conhecidos como ainda

alteram o carácter do comércio pela introdução de novos produtos. No século XVI, os espanhóis trazem o cacau do México, e no século seguinte importam-se para a Europa o chá e o café; a procura do açúcar eleva-se conseqüentemente, e a sua cultura recebe novo impulso por volta de 1533 com a construção no Brasil de um engenho por uma sociedade, em que participam financeiros flamengos e italianos. Do além-Atlântico vem também o tabaco e o algodão. A economia europeia passa a assentar na posse de colónias, e nestas surge uma nova estrutura do trabalho com a mão de obra escrava e a propriedade latifundiária.

As transacções abrangem dêste modo um campo mais largo na vida corrente e deslocam quantidades enormes de produtos e valores. Já os lucros obtidos bastam muita vez para empregar o capital em meras operações de especulação. O âmbito dos negócios e a sua maior continuidade conduzem ao desaparecimento progressivo das grandes feiras, onde os mercadores se reuniam só de onde-a-onde, e à criação de lugares permanentes de negociações. A bolsa de Antuérpia é fundada em 1532, e Lyon torna-se a sede do movimento financeiro meridional. Não só a oferta se dá em escala muito maior como a continuidade de procura exige a existência de locais onde regularmente se efectuem as compras e as vendas. Em vez da apresentação dos próprios objectos, as transacções são levadas a efeito à vista de simples amostras; sucede freqüentemente que sejam firmados contratos a prazo sobre importações ainda não realizadas.

Ao lado das bolsas de mercadorias, outras bolsas consagram-se em exclusivo a negociar títulos, valores mobiliários. Com a expansão marítima, os mercados permanentes e regulares substituem as antigas feiras.

Na primeira metade do século XVI a economia europeia é dominada pela existência de algumas grandes fortunas. A actuação do capitalismo é ainda individual ou, quando muito, familiar. Em 1559 declara-se a bancarrota em França e dezasseis anos depois em Espanha: entre outros são atingidos os Grimaldi e os Fugger. Caminha-se para novas formas de organização económica. A navegação e o comércio, de costeiros e mediterrâneos, tinham passado a oceânicos. O numerário circulante na Europa em 1600 excede o quádruplo do que girava cem anos antes. Para ir buscar os produtos aos outros continentes e os distribuir pelos mercados não basta já a simples fortuna pessoal: impõe-se o aproveitamento comum de capitais e a constituição de empresas permanentes e não de ocasião.

Quando declina o século XVI e se inicia o século XVII, na Holanda e na Inglaterra, que superam então Portugal e Espanha na hegemonia marítima e comercial, formam-se, como reunião de pequenas sociedades, as primeiras grandes companhias comerciais privilegiadas. A Moscovy Company data de 1554, a Eastland Company de 1579. Em 1602 fundem-se várias companhias, dando origem à Companhia Holandesa das Índias Orientais, que dispõe de 6.500.000 florins. É o alvorecer das sociedades por

acções. Primeiro, no tempo em que o capital era constituído apenas pelas mercadorias (como indica o título *Joint Stock Company*), repartira-se com os dividendos depois de realizada cada transacção; em seguida, o capital passara a estar na posse da sociedade por um número limitado de anos e por fim chegava-se a uma organização permanente. Já na época de quinhentos o banqueiro Hochstetter aceitara e movimentara depósitos particulares sem atender à pessoa do depositante. Mas agora obtém-se um duplo resultado: a concentração de capitais e a continuidade da empresa, com a emissão de títulos que quem quer que seja pode adquirir, e que além de garantirem participação nos lucros, são negociáveis. Por outro lado, como nestas sociedades só tomam parte na escolha da direcção aqueles que possuem um número mínimo de acções, os seus destinos ficam nas mãos dos grandes capitalistas.

Se a sociedade por acções é a cúpula da revolução social dos descobrimentos, importa não esquecer que a organização do trabalho sofreu correlativas transformações. Para satisfazer as novas necessidades dos mercados, a mão de obra não podia continuar inibida pelos regulamentos da Idade Média, e por isso no século XVI, a actividade industrial transfere-se para os campos e adopta o sistema doméstico. Mas enquanto se manifesta este movimento de dispersão, o maior volume de capitais vai suscitar também a concentração de trabalhadores numa vasta oficina, e daqui resultará a decomposição do trabalho, cada operário executando sempre as mes-

mas operações, que constituem fragmentos da obra conjunta. A manufactura apparecera há muito: em 1371 encontramos uma em Amiens com cento e vinte tecelões, oitenta anos depois aponta-se outra em Nuremberg agrupando igual número de tipógrafos. Contudo, notemos que as manufacturas occuparam um lugar relativamente diminuto na organização industrial, embora tivessem uma dupla importância, quer por prepararem as fábricas, quer por revelarem a tendência capitalista da economia.

Mesmo não tendo em conta o sistema manufactureiro, o certo é que o mundo do trabalho goza cada vez menos autonomia e cai sob o domínio do capital. As famílias rurais, que se dedicam a fiar, tecer, etc., são impelidas a essas fainas pela pressão dos interesses dos commerciantes, que quasi sempre lhes emprestam até os instrumentos de trabalho, ou, pelo menos, lhes encomendam a confecção das matérias-primas que lhes fornecem e depois revendem transformadas. A vaga de metais preciosos fez diminuir o poder de compra do dinheiro e, como a alta dos salários foi relativamente insignificante, a condição dos trabalhadores tornou-se mais precária, mais à mercê dos detentores da riqueza. Compreende-se, por isso, que as cidades procurassem conservar a rígida estrutura antiga. A organização espontânea em corporações succedera, para o fim da Idade Média, a regulamentação corporativa pela cidade, que por seu turno dera lugar ao individualismo económico durante o Renascimento: no fim do século XVI regressa-se parcialmente ao sistema corpo-

rativo, regulamentado agora pelo Estado nacional. Sem dúvida, êste esquema de evolução necessita de restrições e correcções consoante os países; há aqui interessantes problemas de história comparada ainda não suficientemente explorados.

Alguns traços de conjunto ressaltam ao encararmos o desenvolvimento económico que segue a expansão geográfica dos séculos XV e XVI. A indústria doméstica e a manufatura, a organização corporativa de «Ancien Régime» substituída às corporações medievais, as bolsas de mercadorias e de valores, a escravatura e o latifúndio coloniais, a base colonial da economia europeia, o prodigioso volume do numerário e das transacções, vincam a feição nova da vida económica moderna. E, ao lado destes elementos, o aparecimento das sociedades por acções constitui um dos fundamentos da nossa civilização, a ponto de Bertrand Nogaro poder afirmar que «le prodigieux développement économique de la société contemporaine ne se concevrait pas plus sans cette trouvaille juridique que sans les grandes inventions des sciences physiques». Esta acumulação de riquezas foi factor necessário do aproveitamento social das invenções técnicas no fim do século XVIII.

Na Idade-Média, a unidade económica fôra o centro urbano, e à cidade competia regulamentar o trabalho, as condições do comércio, a situação jurídica dos negócios. Em quinhentos, pelo contrário, a economia urbana está subordinada à economia nacional, e o Estado encarrega-se das questões industriais e mercantis. Neste período é a rainha de Inglaterra

quem promulga a legislação dos artífices. Em 1540 um edito do rei de França, exclui a importação de especiarias em barcos estrangeiros que não venham dos países produtores. Poderia multiplicar os exemplos da intervenção do Estado na vida económica protegendo os comerciantes, regulando as importações, etc. ⁽²³⁾.

À volta de 1600 — a época do aparecimento das grandes companhias — uma preocupação domina a política de vários países: conseguir o maior «stock» de metais preciosos. Nada impressionara tanto a Europa, compreende-se, como a abundância de ouro e prata que as descobertas trouxeram. Em 1568, Jean Bodin explicara a alta dos preços, relacionando-a com o aumento do numerário em circulação. A preponderância espanhola na Europa tinha evidentes conexões com a posse das minas americanas. Tudo convergia, portanto, para dirigir para os fenómenos monetários as atenções da política comercial. A doutrina do mercantilismo espanhol localiza as causas de prosperidade das nações na posse dos centros de origem dos metais. Mas para os outros Estados que não dispunham de minas o problema consistia

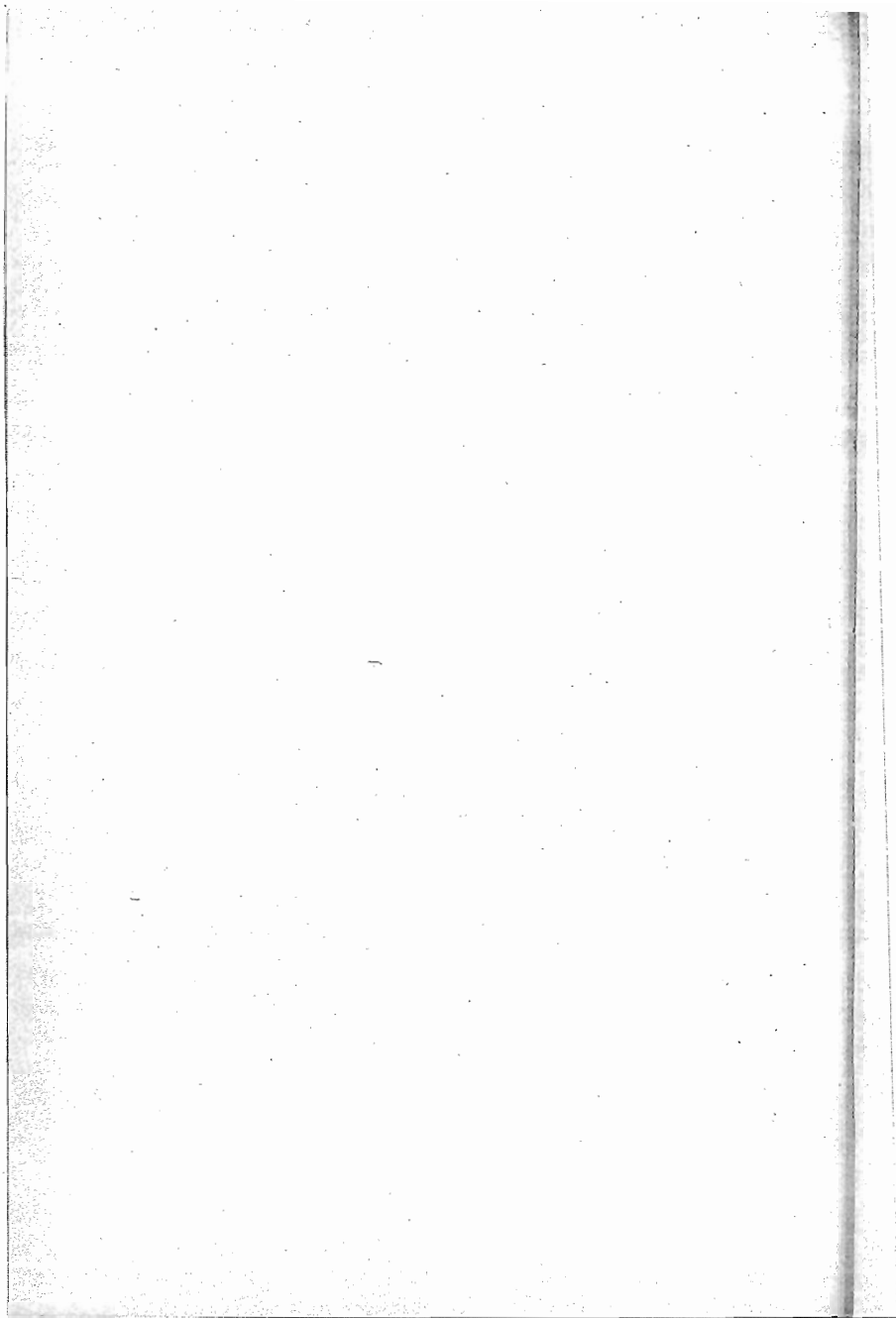
⁽²³⁾ Sobre a revolução económica do século XVI pode ler-se: Henri Hauser, «La Modernité du XVI^e siècle», Paris, 1930; Henri Sée e A. Rébillon, «Le XVI^e siècle», Paris, 1934; Herbert Heaton, «Economic History of Europe», New York, 1936; Gino Luzzatto, «Storia Economica — L'Età Moderna», Pádua, 2.^a ed., 1938; Amintore Fanfani, «Storia Economica», Milão, 1940; Henri Sée, «Les origines du Capitalisme moderne», Paris, 1926; Werner Sombart, «Il Capitalismo Moderno» (trad. Gino Luzzatto), Florença, 1925; G. Renard e G. Weulersse: «Le travail dans l'Europe moderne», Paris, 1929.

em provocar o afluxo do ouro e da prata. Este objectivo só podia alcançar-se obrigando o montante das exportações a exceder o total das importações. As medidas tendentes à sua realização revestem modalidades diversas: desenvolvimento da indústria, como Colbert ensaia metódicamente de 1660 a 1683, como já Luís XI entrevira dois séculos antes quando impulsionou o fabrico das sedas no reino para que a moeda não fôsse drenada para o estrangeiro; contratos em que se estipula que as importações serão pagas em mercadorias nacionais e as exportações cobradas em numerário, como se firmaram em Inglaterra.

A doutrina da balança do comércio (de que colbertismo e sistema de contracto inglês são duas formas de realização) e a conseqüente política proteccionista e intervencionista orientam os estados europeus e as correntes de ideologia económica até 1750. Sublinhemos que, senhor do Mundo ocidental quando a burguesia vai substituindo a nobreza na administração pública e relegando-a para o fausto da corte e a economia é já dominada pelo capitalismo comercial e financeiro embora o não seja ainda a sociedade, o mercantilismo é a conseqüência directa do movimento de expansão ultramarina. Com a revolução técnica do século XVIII a organização capitalista absorverá a indústria, provocando uma mudança na estrutura das relações humanas; então a ciência passa a ser a grande força de evolução social. Mas é bom não esquecer que ao desenvolvimento técnico pré-científico se deve em grande

parte a passagem das comunidades urbanas para os estados mercantilistas.

As transformações da técnica constituem até, com as repercussões dos descobrimentos e conquistas e com a formação de estados nacionais, as grandes forças do advento do capitalismo comercial no século XVI.



§ 9 — Directrizes metodológicas e hipóteses

RECAPITULEMOS esquematicamente os princípios de investigação e as conclusões mais importantes a que chegámos. Quanto à maneira de formular o problema das origens e ao método, há a reter:

1.º — O problema das causas dos descobrimentos não se confunde com o problema das razões que moveram o Infante ou qualquer outra personagem;

2.º — O problema das razões que moveram o Infante ou qualquer outra personagem não se confunde com o problema das causas da sua conduta;

3.º — O problema da génese dos descobrimentos desdobra-se em três aspectos:

- a) Relações entre transformações sociais consideradas objectivamente (ponto de vista da causalidade sociológica) — Problema das impulsões e solicitações;
- b) Razões que moveram os dirigentes, os colaboradores e o geral da população (ponto de vista da motivação psicológica) — Problema das iniciativas e adaptações;
- c) Sistemas de idéias que impregnaram a conduta e suas directrizes (ponto de vista do desenvolvimento lógico) — Problema dos valores culturais;

4.º — Os três aspectos integram-se num todo pelos encadeamentos parciais:

- a) Relação entre os valores culturais e as razões que moveram as diferentes condutas;
- b) Relação entre as razões que moveram as diferentes condutas e as transformações sociais;
- c) Relação entre as transformações sociais e os valores culturais;

5.º — A conjunção destas relações dá o ponto de vista da explicação histórica.

Os resultados do estado actual das investigações são, uns, firmes, outros hipóteses plausíveis. Enumeremo-los:

1.º — A expansão do século XV não teve por causa o imperialismo turco;

2.º — A expansão do século XV teve:

- a) por impulsão: a convergência das necessidades de dilatação territorial da nobreza e de conquista de mercados da burguesia;
- b) por solicitações, sucessivamente:

Marrocos — cereais, panos, ouro (vindo do Sudão), pescarias, posição estratégica.

Guiné — ouro, malagueta, escravos.

Índia — especiarias, pedras preciosas, madeiras raras, aromatas.

3.º — A expansão deve-se não a uma iniciativa única mas a uma pluralidade de iniciativas:

- a) Ceuta — João Afonso e D. João I;
- b) Passagem do Bojador — D. Henrique e talvez D. Pedro;
- c) Exploração da costa africana até a Serra

Leôa — D. Henrique, D. Pedro e particulares;
d) Tânger — D. Henrique e D. Duarte.

4.º — Na expansão divergiram duas orientações: conquista territorial e navegação comercial;

5.º — As duas orientações de expansão correspondem aos interesses contrastantes da nobreza e da burguesia;

6.º — D. João II reuniu as duas orientações pela valorização económica de Marrocos para o comércio da Guiné;

7.º — A iniciativa dos descobrimentos não coube a qualquer particular mas talvez à Ordem de Cristo;

8.º — A Ordem de Cristo teve a iniciativa porque era uma organização de riqueza fundiária e mobiliária, e portanto uma força social-económica;

9.º — As razões que moveram D. Henrique, subordinadas complexivamente ao serviço de Deus e do reino, são ao mesmo tempo a curiosidade, a perspectiva comercial, o espírito de cruzada e cavalaria, e considerações político-estratégicas;

10.º — A Regência de D. Pedro desviou do plano marroquino e promoveu decisivamente a exploração atlântica;

11.º — A evolução da historiografia quatrocentista reflecte o desenvolvimento do conflito dos grupos sociais e das directrizes de expansão;

12.º — O plano da Índia nasceu da concorrência comercial ao monopólio veneziano-muçulmano;

13.º — O bloqueio português do Estreito de Meca contribuiu para a ruína do Soldão do Egito e conquista deste país pelos turcos, em 1517;

14.º — O descobrimento da rota do Cabo afectou o comércio veneziano com certa gravidade de 1505 a 1515;

15.º — A expansão portuguesa não arruinou as rotas de Ormuz e de Adem;

16.º — A expansão portuguesa não foi um golpe de morte no império turco;

17.º — A expansão não arruinou o comércio veneziano no Levante;

18.º — Os progressos do islamismo não se detiveram no século XVI.

Fundamentação

A — FONTES

Como orientação geral e compilação seleccionada e ordenada de fontes, pode ver-se: *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, I 1943, II 1944.

As fontes indicadas no presente texto, são:

Gomes Eanes da Zurara

Crónica da Tomada de Ceuta — Edição Esteves Pereira, Lisboa, 1915.

Crónica da Guiné — Edição Visconde de Santarém, Paris, 1841, e ed. José de Bragança, Porto, 2 vols., 1937.

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses — Edição Correia da Serra, na Coleção de Inéditos de História Portuguesa, tomo II, Lisboa, 1792.

Alvise da Cadamosto

Le Navigazioni — Edição Rinaldo Caddeo, Milão, 1929; tradução de Sebastião Trigoso, na Coleção de Notícias para a História e Geografia, vol. II, 2.^a ed., 1867; Tradução inglesa de Crone, na Hakluyt Society.

Frei João Álvares

Crónica do Infante Santo D. Fernando — Edição Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911.

Diogo Gomes

As relações dos descobrimentos da Guiné e das ilhas — versão do latim por Gabriel Pereira (Documentos sobre a Expansão, vol. I); o original em Valentim Fernandes.

Rui de Pina

Crónica de El-rei D. Duarte — Edição Coelho de Magalhães, Porto, 1914.

Crónica de El-rei D. Afonso V — Edição Biblioteca de Clássicos, Lisboa.

Crónica de El-rei D. João II — Edição Correia da Serra, na Coleção de Inéditos, tomo II, Lisboa, 1792.

Duarte Pacheco Pereira

Esmeraldo de Situ Orbis — Edição Epifânio Dias, Lisboa, 1905.

Valentim Fernandes

O Manuscrito Valentim Fernandes — Edição Bensaúde e Baião, Lisboa, 1940.

João de Barros

Ásia: Década I — Edição António Baião, Coimbra, 1932.

Damião de Góis

Crónica do Príncipe D. João — Edição Gonçalves Guimarães, Coimbra, 1905.

Garcia da Orta

Colóquios — Edição Conde de Ficalho, 2 vols., Lisboa, 1891.

Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos —

Edição Pedro de Azevedo — Tomo I, 1415-1450 — Lisboa, 1915.

Alguns documentos do Arquivo da Torre do Tombo relativos aos descobrimentos — Edição Ramos Coelho, Lisboa, 1892.

B — ESTUDOS

Azevedo (Lúcio de)

Épocas de Portugal Económico — Lisboa, 1929.

Bensaúde (Joaquim)

A Cruzada do Infante D. Henrique — Lisboa, 1943.

Cortezão (Jaime)

L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation — Bruxelas, 1930.

A tomada e ocupação de Ceuta (Boletim da Agência Geral das Colónias, ano I, n.º 5), 1925.

O âmbito da obra do Infante (Idem, II n.º 10), 1926.

Teoria Geral dos Descobrimentos portugueses — Lisboa, 1940.

e a colaboração no vol. III da História de Portugal.

Leite (Duarte)

Cousas de Vária História — Lisboa, 1941.

Acêrca da «Crónica dos Feitos de Guínee» — Lisboa, 1941.

Lopes (David)

Os portugueses em Marrocos (História de Portugal, vol. III).

Peres (Damião)

História de Portugal, vol. III, Barcelos, 1931.

Sérgio (António)

Considerações Histórico-Pedagógicas — Pôrto, 1915.

A Conquista de Ceuta — 1919 (Ensaio I, Rio de Janeiro, 1920).

História de Portugal — Barcelona, 1929.

Em tôrno da designação da monarquia agrária — Lisboa, 1941.

Simões (Veiga)

O Infante D. Henrique (História da Expansão Portuguesa, vol. I).

Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista — Lisboa, 1938.

NOTA:

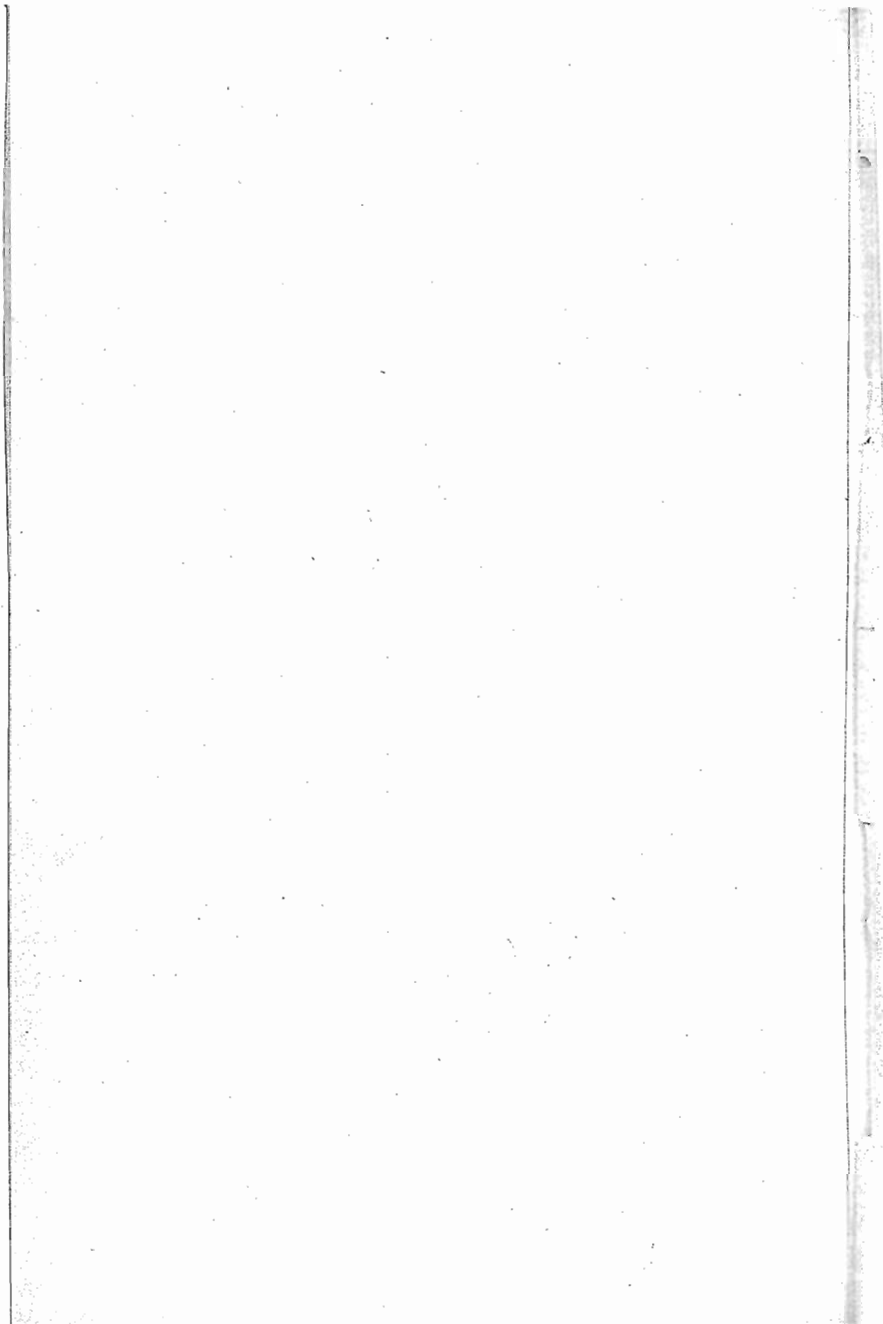
Em esboços anteriormente publicados abordámos já estes problemas: Os Descobrimentos e a Evolução da Economia Mundial (Revista do Pôrto, n.ºs 2, 3 e 4, Novembro e Dezembro de 1940).

Acêrca de alguns passos do «Esmeraldo» (Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, tomo VIII, n.ºs 1 e 2), Lisboa, 1942.

Notas de História da Expansão (Idem, tomo IX n.ºs 1 e 2), Lisboa, 1943.

Dúvidas e Problemas acêrca de algumas teses da História da Expansão, Lisboa, 1943.

Documentos sôbre a Expansão Portuguesa, Lisboa I 1943, II, 1944.



Índice remissivo

A

Adem—30, 124, 125, 140
 Afonso III—9
 Afonso IV—46
 Afonso V—36, 84, 96, 97, 105, 113, 118
 Afonso (João)—10, 17, 51, 52, 63, 68, 105, 138
 África (Norte de)—13, 15, 30, 36, 39, 53, 56, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 75, 76, 77, 78, 82, 94, 99, 100, 111
 Aguiló—55, 57.
 Alarves—55, 57
 Albuquerque (Afonso de)—105, 123
 Alcácer-Ceguer—58, 61, 73
 Alemanha—43, 45
 Alepo—37, 124, 125
 Alexandria—32, 45, 124, 125
 Alfarrobeira—96, 110, 117, 119
 Algarve—53, 83
 Aljazira—63, 69
 Almadén—126
 Almeida (Francisco de)—105
 Álvares (Frei João)—94
 Amiens—131
 Anafé—54, 61, 62
 Anatólia—32
 Antuérpia—126, 128
 Árabes—44, 49
 Arábia—29, 121
 Aragão—30, 53, 77
 Arguim—99
 Arraiolos (Conde de)—47

Arzila—58, 59, 60, 75
 Ásia—16, 27, 29, 31, 32, 37, 38, 110, 111, 123
 Ásia Central—29, 31
 Audem—45, 81
 Augusto (Artur)—123
 Azambuja (Diogo de)—122
 Azamor—54, 56, 60
 Azenegues—99

B

Bagdad—31, 37, 41
 Bajazeto—34
 Balcãs—32
 Baldaia (Afonso Gonçalves)—34
 Báltico—42
 Babaria—53, 60, 62, 75, 82, 86, 90, 99, 100
 Barcelos (Conde de)—69
 Bardí—46
 Barros (João de)—37, 81, 84, 89, 99, 103, 122
 Beazley—10.
 Beirute—124.
 Bensaúde (Joaquim)—10, 11, 12, 13, 16, 37, 56, 103, 107
 Berr (Henri)—105
 Bethencourt (Jean de)—108-9
 Beveridge—66
 Biscáia—52
 Bodin (Jean)—133
 Boémia—43
 Bojador—14, 78, 84, 90, 107, 108, 138
 Bona—100
 Bontier (Pierre)—108, 109

Bordéus — 41
 Bragança (José de) — 118
 Brasil — 128
 Bruges — 23, 46, 75, 126
 Bugia — 100

C

Cabral (Alvares) — 105, 122
 Cadamosto — 35, 60, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 99, 116
 Caía — 29
 Cairo — 124
 Calcut — 45
 Canárias — 76, 84, 89, 90, 91, 92, 100, 107, 108, 109
 Cantor — 79
 Cavaleiro (Casa do) — 55, 56
 Caramansa — 122
 Carlos V — 34, 126
 Carvoeiro (Cabo) — 57
 Casas (Frei Bartolomeu de Las) — 120
 Catanheda (Lopes de) — 101
 Castela — 33, 48, 49, 51, 54, 58, 63, 65, 66, 68, 75, 91, 92, 94
 Castelhanos — 75, 91, 92
 Castro (D. Fernando de) — 105
 Centuriones — 43
 Cerveira (Afonso de) — 118
 Ceuta — 8, 9, 11, 34, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 84, 89, 91, 93, 94, 100, 110, 119, 138
 Champagne — 24, 42
 China — 29, 101, 124.
 Chipre — 31.
 Claros (Montes) — 55.
 Colbert — 134.
 Colombo — 8.
 Constantinopla — 14, 33, 101.
 Conti (Patrício) — 83.
 Córsega — 30.
 Cortesão (Jaime) — 12, 13, 14, 16, 37, 52, 65, 66, 90, 91, 96.
 Corvo — 87.
 Covilhã (Pero da) — 37, 45.

Creta — 41.
 Cristandade — 10, 13, 14, 15, 17, 30, 33, 37, 38, 58, 65, 92, 107, 108, 109, 112, 114, 117, 121.
 Crone — 68.

D

Damasco — 37, 41, 58.
 Delhi — 32.
 Diu — 124.
 Drake (Francis) — 67.
 Duarte (D.) 47, 77, 90, 91, 92, 93, 95, 112, 118, 139.
 Dulcert — 44.
 Duquela — 54.

E

Eanes (Gil) — 90.
 East (Gordon) — 101.
 Eduardo III de Inglaterra — 46.
 Egípcios — 44.
 Egipto — 15, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 77, 122, 139.
 Empoli (João de) — 122.
 Erdmann (Carl) — 112.
 Escalda — 42.
 Escandinávia — 42.
 Etíopes — 44.
 Etiópia — 57, 121.
 Eugénio IV — 34, 91, 92, 112.
 Extrêmo-Oriente — 29.

F

Fancaso (rio) — 80.
 Fanfani (Amintore) — 15, 27, 133.
 Fernandes (Álvaro) — 88.
 Fernandes (Valentim) — 56, 57, 58, 63, 79, 84.
 Fernando (D.) — 26.
 Fernando (Infante D.) — 47, 88, 91, 93, 94.

Fez — 54, 55, 56, 60, 66, 73, 78, 79.
 Filipe o Belo — 85.
 Flandres — 13, 35, 41, 45, 52, 66, 83.
 Florença — 41.
 Flores — 87.
 França — 30, 33, 34, 41, 129, 133.
 Franciscanismo — 13.
 Franciscanos — 29.
 Fugger — 126, 129.

G

Galipoli — 34.
 Galvão (António) — 84.
 Gama (Vasco da) — 37, 105, 122, 125.
 Gâmbia — 80.
 Geba — 80.
 Génova — 30, 45, 46, 53, 77, 111.
 Genoveses — 33, 57.
 Gibraltar — 61, 62, 75, 77.
 Goa — 124.
 Gois (Damião de) — 57, 58, 64, 65, 84.
 Golfo Pérsico — 37.
 Gomes (Diogo) — 35, 79, 80, 82, 84, 87, 107, 108, 116.
 Gomes (Fernão) — 97, 105, 121.
 Gonçalves (Antão) — 36.
 Granada — 47, 51, 53, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 73, 99.
 Grande (Rio) — 80, 82.
 Grécia — 30, 41.
 Grinaldi — 129.
 Guaden — 81 (Ver Andem).
 Guer (Cabo de) — 55.
 Guimarães — 69, 99.
 Guiné — 55, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 113, 120, 138, 139.
 Guzarate — 123.

H

Halphen (Louis) — 27, 32, 34.
 Hauser — 33, 34, 133.
 Heaton (Herbert) — 27, 33, 34, 133.
 Henrique (Infante D.) — 7, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 17, 34, 35, 65, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 100, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 113, 118, 119, 120, 127, 137, 138, 139.
 Humboldt — 7.
 Hochstetter — 126.
 Holanda — 68, 129.

I

Igreja — 13.
 Índia — 9, 10, 16, 17, 32, 36, 37, 39, 40, 79, 100, 101, 103, 121, 122, 123, 124, 125, 138, 139.
 Índico (Oceano) — 34, 121, 122, 123, 124.
 Índios — 101, 120.
 Inglaterra — 33, 41, 46, 66, 68, 127, 129, 132, 133.
 Irão — 31.
 Islame — 10, 11, 14, 33, 38.
 Itália — 13, 30, 35, 81.
 Italianos — 60, 81.

J

Jáoa — 124.
 João (Infante D.) — 94, 118, 120.
 João I (D.) — 7, 16, 51, 52, 53, 63, 65, 66, 68, 76, 78, 89, 101, 105, 138.
 João II (D.) — 11, 37, 39, 45, 54, 57, 60, 97, 100, 101, 103, 105, 121, 122, 139.
 João Sem Terra — 46.
 Jubi (Cabo) — 108.

Judá — 124.
Judeus — 44, 68, 76.

K

Kabul — 32.

L

Lagoa (Visconde de) — 78, 110.
Lagos — 88.
Larache — 54, 59, 61, 62, 75.
Leite (Duarte) — 39, 84, 96.
Leão (Serra) — 139.
Levante — 9, 13, 14, 27, 30, 33, 34, 36, 39, 42, 53, 60, 63, 78, 121, 123, 124, 140.
Le Verrier (Jean) — 108, 109.
Líbia — 81.
Liga Hanseática — 30, 41.
Lisboa — 46, 69, 97, 127.
Lobo (Costa) — 69.
Londres — 42, 46, 52.
Lopes (David) — 65, 66, 91, 110, 111, 123.
Lopes (Fernão) — 117.
Lopes (Tomé) — 122.
Luís (São) — 111.
Luís XI — 133.
Lúlio (Raimundo) — 30.
Lybyer — 32, 33.
Lyon — 24, 128.

M

Madeira — 34, 84, 87, 89, 127.
Maiorca — 76.
Maghreb — 62.
Maiorca (Jaime de) — 10.
Malabar — 45.
Malaca — 123.
Málaga — 61, 62, 67.
Malfante — 43.
Maluco — 45.
Mamelucos — 30.

Mamora — 54, 56, 75.
Mandinga — 44, 81.
Manuel (D.) — 54, 103, 105, 121.
Marrocos — 8, 9, 42, 51, 53, 59, 64, 69, 72, 73, 78, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 123, 138, 139.
Marselha — 46.
Martins (Oliveira) — 7, 8, 9, 10.
Maurício (Domingos) — 92.
Mazagão — 54, 56.
Maximiliano — 126.
Meca (Estreito de) — 122, 123, 139.
Menezes (Duarte de) — 70, 77, 114.
Menezes (Pedro de) — 53, 62, 64, 67, 70, 71, 73, 75, 76, 105.
Mercantilismo — 133-4.
Mesopotâmia — 29.
Messa — 55, 57, 60.
México — 127, 128.
Mina — 99.
Mongóis — 30.
Montpellier — 46.
Mundi barca — 81.
Murad II — 34.

N

Não (Cabo de) — 55, 57, 59, 60, 76, 99, 107.
Nápoles — 77.
Negra (Peste) — 20.
Negro (Mar) — 29, 42.
Negros — 99.
Nicolau V — 113.
Niger — 44.
Nilo — 101.
Nogaro (Bertrand) — 132.
Noli (António da) — 88.
Norte (Mar do) — 46.
Novgorod — 41.
Nuremberg — 131.

O

Oram — 60, 99, 100.
Ormuz — 30, 37, 124, 125, 140.
Orta (Garcia da) — 123, 125.
Otomanos — 31, 33.
Ouro (Rio do) — 34, 99, 108, 109.

P

Pacheco Pereira (Duarte) — 37, 53, 54, 58, 64, 84, 99.
Países-Baixos — 42, 127.
Paiva (Afonso) — 37.
Pamir — 32.
Papado — 22.
Pedro (D.) 11, 14, 34, 45, 61, 77, 84, 94, 95, 96, 98, 100, 105, 110, 118, 119, 120, 138, 139.
Pegú — 123.
Perestrelo (Bartolomeu) — 87.
Perfeito (Príncipe) — 45, 54, 60, 100, 101, 118, 122.
Pérsia — 15, 29, 30, 31, 121.
Pina (Rui de) — 60, 84, 90, 93, 94, 118, 122.
Pirenne (Henri) — 15, 19, 27, 34.
Pires (Gomes) — 88.
Polo (Marco) — 29.
Pôrto — 46, 63.
Pôrto Santo — 34, 87.
Potosi — 127.
Preste-João — 8, 36, 45, 101, 109.
Próximo-Oriente — 34.

R

Renaudet — 27, 34.
Reno — 41.
Rogers (Thorold) — 66.
Roma — 30.
România — 125.

Roxo (Mar) — 32, 38, 122, 124.
Rumes — 124.
Rússia — 42.

S

Saará — 44, 64, 81.
Safim — 55, 57, 60.
Salé — 54, 56, 62, 75.
Samarcande — 32.
Santarém (Visconde de) — 7.
Sanuto (Marino) — 30.
São Domingos (Rio de) — 80, 81.
São-Tomé (Ilha de) — 127.
Sardenha — 30.
Sé (Santa) — 11, 22, 92.
Segismundo — 45.
Senegal — 44, 99, 101, 108.
Sérgio (António) — 9, 10, 12, 16, 51, 52, 103, 104.
Sibéria — 29.
Sicília — 30, 42, 52, 76.
Sidgilmessa — 42.
Silves (Diogo de) — 87.
Simões (Veiga) — 47, 83, 94.
Síria — 15, 29, 37, 125.
Socotorá — 124.
Sombart (Werner) — 86, 117, 133.
Sudão — 8, 27, 44, 59, 71, 72, 138.
Sunda — 124.

T

Tânger — 58, 61, 62, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 118, 139.
Tártaros — 31, 34.
Teive (Diogo de) — 87.
Teixeira (Tristão) — 87.
Tenez — 100.
Terra dos Negros — 81, 82.
Tetuão — 77.
Tibet — 32.

Tider — 88.
 Tingitânia — 53, 92.
 Timur — 31, 32, 33.
 Tirol — 43.
 Tomboctu — 60, 79, 82.
 Treviso — 45.
 Tripoli de Síria — 124.
 Troeltsch — 117.
 Tuat — 43.
 Tunes — 60, 66, 73, 75, 99, 100.
 Tunísios — 79.
 Turcos — 13, 16, 31, 32, 33, 34,
 36, 37, 39, 123, 124, 139.
 Túrquia — 123.
 Tyti — 56.

U

Uso di Mare (Antoniotto) —
 80, 82, 83.

V

Velho (Álvaro) — 122.

Velho (Gongalo) — 62.
 Veneza — 30, 31, 33, 35, 45,
 46, 53, 71, 77, 80, 83, 111,
 121, 123, 124, 125, 127.
 Venezianos — 34, 80, 82.
 Verde (Cabo) — 88, 127.
 Vicente (São) — 10, 61.
 Viladestes (Mecia) — 44.
 Vitória (Frei Francisco de) —
 120.

W

Weber (Max) — 117.
 Welser — 126.

Z

Zarco (Gonçalves) — 87, 88.
 Zurara — 35, 52, 59, 61, 62, 63,
 64, 65, 66, 69, 71, 73, 75, 76,
 77, 78, 84, 85, 87, 88, 89, 90,
 91, 95, 104, 107, 108, 110,
 113, 117, 118, 119, 120.

ÍNDICE

| | Pag. |
|---|------|
| 1 - Evolução do Problema das origens | 7 |
| 2 - A Europa económica e social nos séculos XIV e XV | 19 |
| 3 - Europa e Asia - Os turcos e a expansão europeia . . | 27 |
| 4 - O comércio europeu e as condições portuguesas . . . | 41 |
| 5 - Ceuta e Marrocos | 51 |
| 6 - Políticas de expansão. | 75 |
| 7 - Condições ideológicas | 103 |
| 8 - Repercussões | 121 |
| 9 - Directrizes metodológicas e hipóteses | 137 |
| 10 - Fundamentação (Fontes e estudos) | 141 |
| 11 - Índice remissivo | 145 |

ERRATA

| Pág. | Linha | Onde se lê | Leia-se |
|------|-------|-----------------|------------------------|
| 12 | 23 | XV | XIV |
| 15 | 30 | 1885 | 1935 |
| 31 | 9 | estados entre | estados cristãos entre |
| 53 | 18 | Marocos | Marrocos |
| 54 | 21 | Azamar | Azamor |
| 57 | 29 | cousas se nella | cousas que se nella |
| 65 | 9 | excelente | excedente |
| 67 | 27 | o crónica | a crónica |
| 90 | 15 | cabo preferiam | cabo e preferiam |
| 91 | 6 | trás | atrás |
| 92 | 22 | um decisão | uma decisão |
| 95 | 20 | «A Virtude | «A Virtuosa |

Na página, 57 substitua-se a linha 15 por :
bodes, locar e anyll» (pág. 39). No cabo de Aguiló